

**marx & engels - lênin  
thalhaimer - raul villa  
érico sachs**

**A TRANSIÇÃO PARA O PODER  
NA TRADIÇÃO MARXISTA**

**TEXTOS SELECIONADOS**

**COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE**

**4**

**CVM - CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER**

# **A TRANSIÇÃO PARA O PODER NA TRADIÇÃO MARXISTA**

Textos selecionados

# **A TRANSIÇÃO PARA O PODER NA TRADIÇÃO MARXISTA**

Textos selecionados

**marx & engels - lênin - thalheimer  
raul villa - ernesto martins**

**CVM  
CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER  
Salvador – BA  
2011**

**COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE**  
**VOLUME 4**

Uma publicação do Centro de Estudos Victor Meyer

Organizadores: Pery Falcon e Orlando Miranda

Editoração eletrônica:  
Empresa Gráfica da Bahia

Edição integrante do Projeto "50 anos da POLOP (1961-2011)"

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CIP)

S126 Sachs, Érico

A transição para o poder na tradição marxista;  
textos selecionados. – Salvador: EGBA, 2011.

228 p.

ISBN 978-85-63320-04-9

1. Marxismo. 2. Liga dos comunistas. 3. Palavras de  
ordem de transição. 4. Brasil- ditadura militar. 5. Chile  
– governo Allende. 6. Governo dos trabalhadores. I  
Título

CDU – 141.82

CVM - Centro de Estudos Victor Meyer

CNPJ 10.806.922/001-44

[WWW.centrovictormeyer.org.br](http://WWW.centrovictormeyer.org.br)

cymbahia@gmail.com

Salvador – BA

1ª edição - janeiro de 2011

1.000 exemplares

*Na prática, a classe não se coloca os seus objetivos históricos de uma só vez e não apreende apenas pela teoria... A experiência vem demonstrando que esse processo de amadurecimento do proletariado e o das suas relações com outras classes, seus aliados latentes, coloca periodicamente o problema do poder em termos ainda não socialista — na forma de um governo de transição. (Ernesto Martins, "Aonde Vamos? Parte 3", 1966).*

# SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO – Os Editores
2. INTRODUÇÃO – Victor Meyer
3. MENSAGEM DO CC À LIGA DOS COMUNISTAS – Marx & Engels
4. ALGUMAS CONCLUSÕES - Lênin
5. NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS E DOS CONSÓRCIOS CAPITALISTAS - Lênin
6. OS PONTOS DO PROGRAMA: A ESTRATÉGIA E A TÁTICA DA INTERNACIONAL COMUNISTA– August Thalheimer
7. AONDE VAMOS? Parte III: GOVERNO DE TRANSIÇÃO – Ernesto Martins
8. O CHILE ENTRE A LEGALIDADE BURGUESA E A REVOLUÇÃO – Raul Villa
9. COMO APRENDER, COM QUEM APRENDER – Ernesto Martins

## APRESENTAÇÃO

A presente Coletânea é uma reedição revisada de publicação promovida pelo então Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical - Cepas (Salvador-BA), em outubro de 1989.

O trabalho traz à luz uma seleção de textos marxistas relativos às questões da transição para o poder e às palavras de ordem de transição, no caminho da luta dos trabalhadores pela sua emancipação. Trata-se de questões de suma importância na história do marxismo revolucionário que, todavia, permanecem ausentes nas preocupações da esquerda brasileira.

A seleção dos textos foi efetuada por Victor Meyer, que também redigiu a Introdução.

À época, a edição de 500 exemplares, impressa de forma rudimentar e distribuída através de esquema improvisado, esgotou-se rapidamente. A que se deveu tal interesse por um trabalho desprezioso, surgido de um pequeno núcleo de militantes da causa do socialismo? Para entendermos o fenômeno, relembremos alguns dados da conjuntura da época.

Em 1989, vivíamos uma conjuntura marcada pela persistência de uma crise econômica com efeitos sociais os mais perversos. A recessão se aprofundava e a inflação chegava a níveis insuportáveis. A crise econômica era o pano de fundo de uma crise política maior, marcada pela crescente rejeição ao governo Sarney e a entrada em cena do movimento dos trabalhadores. Em janeiro, foi lançado o Plano Verão, que promoveu uma violenta transferência de recursos do Estado para o setor privado, através da política de elevação das taxas de juros, agravando a crise das finanças públicas, além de um brutal processo de arrocho dos salários.

A deterioração da economia tornava penosas as condições de vida de amplos setores da população, provocando o desencadeamento de um dos maiores ciclos de greves de nossa história. Em março de 1989, a CUT liderou uma greve geral vitoriosa que teve o significado de contestação global da política econômica do governo. Em prosseguimento, ocorreram centenas de outros movimentos nas mais variadas categorias dos setores público e privado. Experiências de greves com ocupação de fábrica, ocupações de terra, greves que paralisaram categorias em nível nacional, além da própria greve geral, passaram a fazer parte da rotina de milhões de trabalhadores.

A vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais do ano anterior, combinada com o êxito da greve geral, deu uma nova qualidade às lutas de classes. Abre-se, assim, um novo período na disputa pela hegemonia da sociedade brasileira, na qual o PT e a CUT passam a desempenhar um papel preponderante. Trata-se, na verdade, da presença na cena política de uma classe trabalhadora independente, buscando se organizar em partido político, em sindicatos e associações, disposta a construir seu programa e a fazer valer sua hegemonia.

Pressionadas pelo ascenso do movimento de massas e esgotadas as medidas do Plano Verão, as classes dominantes tentam reciclar a velha idéia de um pacto social anti-crise, sob a justificativa explícita da "garantia da normalidade democrática". Ao mesmo tempo, o Governo edita medidas provisórias anti-greve e estimula a repressão aberta aos movimentos sociais. Correndo por fora, como mais um elemento de intimidação política, grupos paramilitares vinculados à extrema-direita reaparecem em cena, contando com o beneplácito velado de setores do aparato estatal-militar.

No plano institucional, as classes dominantes, desgastadas pelo fracasso do governo Sarney, dividem-se em busca de uma alternativa para as eleições presidenciais que se aproximavam. No campo dos trabalhadores, o PT se destacava como alternativa independente, contando com o apoio incontestado de amplas camadas dos trabalhadores das cidades e do campo e das simpatias de boa parte das massas populares. Uma candidatura própria dos trabalhadores à presidência do país, independente das alternativas burguesas, se apresentava como algo irreversível.

Procuramos entender o que o PT, elevado a condição de principal partido de oposição, se propunha naquela conjuntura. Tomemos por base os documentos saídos do seu VI Encontro

Nacional, realizado em São Paulo, em junho/1989. São eles: *O momento atual e as nossas tarefas; As eleições presidenciais e a candidatura Lula e Diretrizes para a elaboração do programa de governo*. Trata-se de documentos extensos, repetitivos até, e que não demonstram possuir um claro eixo político-programático para o conjunto das propostas apresentadas. Mas a sua análise nos permite compreender a visão que norteava o partido naquele momento.

Em primeiro lugar, a questão da luta pelo socialismo. Os três documentos reafirmam explicitamente o objetivo socialista da luta:

*Contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo. (O momento atual e as nossas tarefas).*

E mais adiante:

*Na conjuntura, o objetivo da tática dos trabalhadores é a conquista de um governo democrático-popular, com a eleição de Lula presidente do Brasil novembro próximo. (...) este objetivo se combina com o da constituição de um campo de forças antimonopolista, antilatifundiária e antiimperialista na sociedade brasileira, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em seu estágio atual de consciência e mobilização e a luta pelo socialismo. (O momento atual e as nossas tarefas).*

Em segundo lugar, a necessidade da hegemonia dos trabalhadores na concepção estratégica proposta. Isto está afirmado claramente nos citados documentos:

*O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores (As eleições presidenciais e a candidatura Lula).*

E mais:

*O PT não acredita num partido socialista sem trabalhadores. Nem acha possível construir o socialismo sem a ação decisiva dos trabalhadores no próprio processo dessa construção. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo ou é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo. Por isso, estamos dispostos a disputar em todos os campos da hegemonia na sociedade e chegar ao socialismo pela ação e pela vontade das maiorias. Pelo desejo do povo e dos trabalhadores. (Diretrizes para a elaboração do programa de governo).*

Em terceiro lugar, a sustentação do governo. Esta sustentação dependerá da capacidade de luta e de mobilização dos trabalhadores:

*Sabemos que o programa democrático-popular se choca com interesses que tudo farão para inviabilizar nosso governo, ou mesmo para desmoralizar o PT e as forças democráticas e populares durante o mandato do Lula. A resposta às tentativas de desestabilizar nosso governo e de romper com a institucionalidade, recurso que setores das classes dominantes historicamente têm utilizado, só pode ser a mais ampla mobilização e a luta social. O PT acredita que a capacidade de luta e a mobilização dos trabalhadores é o principal instrumento para o avanço político e programático de um governo popular. (Diretrizes para a elaboração do programa de governo).*

Em quarto lugar, o caráter transitório do governo proposto. Fica evidenciado que a



efetivação das medidas propostas entrarão em colisão com a ordem social vigente, impondo o avanço no sentido da revolução socialista:

*Um governo do PT e da Frente Brasil Popular deverá realizar as tarefas democráticas e populares no País, de conteúdo antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A efetivação de medidas deste gênero, mesmo que de cunho não explicitamente socialista, choca-se diretamente com a estrutura do capitalismo aqui existente e somente poderão ser adotadas por um governo de forças sociais e políticas em choque com a ordem burguesa, um governo hegemônico pelos trabalhadores.*

*O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil.*

*Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo. A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática e nem resultado da "retirada de cena" das minorias privilegiadas que, com base na força e negação da democracia, subjugarão historicamente os trabalhadores e o povo deste país. A implementação da globalidade de um programa democrático-popular só pode ocorrer com a revolução socialista (Diretrizes para a elaboração do programa de governo).*

Por fim, mas não em importância, o caráter do governo. Os documentos partem da prévia caracterização do governo a ser instalado como um "governo democrático-popular", sem se deter em definir mais claramente o seu caráter de classe. Entretanto, nas "Diretrizes...", encontra-se uma explanação mais desenvolvida dos objetivos de um tal governo:

*O objetivo permanente de um governo democrático e popular é a construção de um poder alternativo, fundado no compromisso de promover a igualdade social e orientado pela busca radical de liberdade. Um poder que faça da democracia não um compromisso discursivo e legitimador de práticas formais e alienantes de uma pseudo-participação política, mas que estimule a criação de novas esferas públicas de participação política e afirmação da cidadania, que respeite e resguarde os direitos das posições minoritárias, que assuma a noção de pluralidade de sujeitos políticos, que impulse a diversidade; um poder, enfim, que se coloque o desafio de dirigir a sociedade e romper com todas as formas de dominação. Isto exige ampliar e consolidar as conquistas democráticas, eliminar a tutela militar, aperfeiçoar o sistema de representação política e os mecanismos eleitorais, consolidar a liberdade sindical e os direitos dos trabalhadores, democratizar o Judiciário, pôr fim aos monopólios da comunicação, resgatar e redefinir o conceito de cidadania, apostando na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e no amadurecimento político-ideológico dos movimentos sociais, impulsionando as formas de auto-organização dos trabalhadores e preparando as condições políticas e acumulando forças para a revolução socialista.*

*De outra parte, um governo popular terá de se colocar a serviço dos interesses populares, dos trabalhadores, dos pequenos produtores e pequenos proprietários, das camadas médias da sociedade. Terá de ser, portanto, um governo que redistribua a renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob controle de interesses privados e de seus prepostos, que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico, condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidade de expressão cultural para todo o povo. Um governo como esse, forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia. (Diretrizes para a elaboração do programa de governo).*

Há nesse trecho uma contradição com os trechos anteriormente destacados, além de uma imprecisão quanto ao caráter de classe do governo. A ênfase aqui está dada na ampliação e aperfeiçoamento das medidas democráticas, realizáveis nos limites da democracia

parlamentar burguesa, ao contrário dos trechos anteriores, que privilegiam medidas de caráter antimonopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas, cuja consecução entraria em choque com a ordem social vigente.

É evidente que o governo nos moldes propostos no conjunto dos documentos só poderia ser um Governo Revolucionário dos Trabalhadores, ou seja, um governo hegemônico pelos trabalhadores da cidade e do campo, capaz de implantar e sustentar medidas que preparem o caminho para a transição para o socialismo. Ao fugir desse entendimento, enfatizando o aspecto "democrático", os autores pagam um tributo às concepções reformistas da década de 60, que davam prioridade à luta por "tarefas democráticas" em lugar das reivindicações de classe dos trabalhadores. E, de forma envergonhada, se omitem em definir o caráter de classe do governo proposto, adotando a designação imprecisa de "governo popular". Outro aspecto a ser observado é a entrada em cena dos interesses dos chamados "setores médios" da sociedade, cuja incorporação passaria a representar o rompimento da barreira ideológica que até então garantiu a hegemonia dos trabalhadores nas posições do Partido. Por trás dos "setores médios", estava a "ala esquerda do PMDB", a média burguesia, ou seja, fração de classe cujas aspirações representam um entrave constante para as reivindicações dos trabalhadores e motivos para retrocessos.

Os fundamentos teóricos dessa reflexão crítica estão presentes nos textos da coletânea ora apresentada. Daí a importância da sua publicação naquele momento. Entretanto, os conceitos ali transmitidos, não chegaram a influir nos acontecimentos. Eram por demais limitados os recursos daqueles que os defendiam. E o desenrolar dos acontecimentos não chegou a por à prova a sua correção. Como se sabe, as classes dominantes terminaram por se unificar em torno da candidatura Collor de Melo que, na falta de alternativa melhor, a elas se impôs como o seu "Bonaparte". A estabilidade de um governo burguês foi alcançada com a presidência de Fernando Henrique Cardoso, quando a experiência do Plano Real se impôs mediante uma nova moeda que expressava o controle dos preços assentado na contenção dos salários. O esvaziamento da greve geral de maio de 1991, à qual a classe operária não aderiu, reforçado pela derrota imposta por FHC à greve nacional dos petroleiros em 1995, foi seguida de um longo ciclo de refluxo do movimento dos trabalhadores que se prolonga até hoje. O PT ocupou o governo por dois mandatos sucessivos, mas para isso teve que rebaixar profundamente o seu programa e praticamente abandonar as perspectivas socialistas. A CUT se neutralizou e a maioria dos sindicatos classistas retrocedeu para uma prática hoje caracterizada como "neopeleguismo".

Mas a história prega peças àqueles que desconhecem ou se fazem de desentendidos acerca da inexorabilidade das lutas de classes. Um novo ciclo de ascenso das lutas dos trabalhadores pode estar sendo gestado. A sua eclosão, fazendo com que "a aparência dê lugar ao conteúdo", certamente porá por terra as alternativas burguesas hoje dominantes e os conceitos da transição para o poder voltarão a se colocar na ordem do dia.

Salvador, outubro de 2010

Os Editores

# INTRODUÇÃO

Victor Meyer<sup>1</sup>

A Carta Circular do Comitê Central da Liga dos Comunistas, publicada em março de 1850, é um dos primeiros textos marxistas a discutir a problemática das situações de transição, anteriores à tomada do poder pelo proletariado. A questão abordada por esse histórico documento não é a da transição para o socialismo, já dirigida pelo Estado proletário, mas sim a da transição rumo à própria tomada do poder.

Em 1850, Marx e Engels admitiam a proximidade de uma luta pelo poder na Alemanha, cujo primeiro estágio deveria ser a ocupação do governo pela pequena burguesia democrática. A sociedade alemã ainda colocava na ordem do dia a luta contra os anacronismos feudais, fato que delimitava o caráter inicial da revolução esperada ao terreno democrático, destacando o peso político inicial que a pequena burguesia forçosamente assumiria. Mas o proletariado deveria avançar em faixa própria, forçando a revolução a tornar-se "permanente" (Lênin faria, décadas depois, um reparo ao termo empregado: o proletariado forçaria a revolução a tornar-se "ininterrupta").

A Carta Circular levantava palavras de ordem que, na hipótese de uma confirmação dos prenúncios de uma nova revolução, teriam o papel de sinalizar o avanço do proletariado. Quais eram essas palavras de ordem? Primeiro, a formação de uma organização política paralela, do próprio proletariado, sustentada nos "Clubes Operários" (Marx e Engels, fieis ao materialismo histórico, pensavam as formas organizatórias com base na experiência das lutas. E a experiência da revolução francesa ainda era a fonte inspiradora para algumas propostas organizatórias, a exemplo dos Clubes).

Juntamente à palavra de ordem da organização política em bases independentes, Marx e Engels propunham o armamento dos operários: a revolução que se aproximava colocaria a necessidade de armar os operários, e armá-los em fuzis, carabinas, canhões e munições. Acrescentava a célebre Carta Circular:

*A nenhum pretexto entregarão (os operários) suas armas e munições; toda tentativa de desarmamento será rejeitada, caso necessário, pela força das armas.*

As recomendações da Carta Circular alcançavam a esfera da organização social: o proletariado deveria pressionar para concentrar o maior número de forças produtivas nas mãos do Estado, tais como os meios de transporte, fábricas, estradas de ferro etc. Se o futuro governo democrático propusesse indenização pelas estradas de ferro e fábricas, o proletariado deveria exigir sua confiscação pura e simples pelo Estado. Se os democratas propusessem impostos proporcionais, o proletariado deveria exigir impostos progressivos. Se os democratas propusessem impostos progressivos moderados, o proletariado deveria propor impostos em escala tal que provocasse a ruína do grande capital. Em qualquer caso, era preciso radicalizar a plataforma operária com relação às propostas da pequena burguesia democrática, que segundo as expectativas seria a força dirigente da revolução vindoura.

Esse era o sentido geral das palavras de ordem de transição apresentadas pelo CC à Liga dos Comunistas. Mas a esperada onda revolucionária não se realizou. Marx e Engels seriam os primeiros a analisar a mudança da situação na Alemanha e na Europa, com o fim da crise cíclica iniciada em 1847 e com a abertura das correntes migratórias associadas às descobertas do ouro na Califórnia e na Austrália. A onda revolucionária não se consumou, mas a Carta Circular ficaria na história como uma das pedras angulares

---

<sup>1</sup> Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana – BA) e Prof. de Economia da UCSal (Salvador – BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos.

da doutrina marxista. Rosa Luxemburgo e Lênin, mais adiante, se debruçariam sobre este documento. Riazanov, na sua biografia intelectual de Marx e Engels, diria de passagem: "*Lênin sabia (a Carta Circular de 1850) por assim dizer de cor*". Posteriormente, August Thalheimer iria situar, nesta mesma "Mensagem do CC", a primeira abordagem marxista sobre as palavras de ordem de transição para a tomada do poder.

Uma segunda referência teórica fundamental para a discussão sobre as palavras de ordem de transição viria com Lênin, inicialmente nas "Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática". Mas iríamos nos alongar demais se quiséssemos publicar e comentar especificamente todos os marcos clássicos no debate sobre o tema da transição ao poder. Limitemo-nos aqui a mencionar esta obra, as Duas Táticas, mas vamos nos deter nas contribuições posteriores de Lênin, já datadas dos tempos da 3ª. Internacional. Começemos pelo "Esquerdismo, doença infantil do comunismo". Aí estão expostas as principais premissas teóricas para as teses sobre os governos de transição, conforme aprovados no 3º e 4º Congressos da Internacional Comunista.

Lênin argumenta que não se pode confundir a conquista ideológica da vanguarda com o amadurecimento das massas, nem com o consentimento das massas frente às metas socialistas. A conquista das massas seria um processo tortuoso e prolongado, não dependendo apenas da propaganda da doutrina. Dependeria, sobretudo, do aprendizado prático vivido por essas massas, em trajetórias sempre complexas.

Na marcha cotidiana da vida prática, as massas dificilmente se defrontam de forma linear com as metas finais sistematizadas pelos partidos. As massas avançam segundo vias imprevisíveis. Lênin, discípulo brilhante da dialética marxista, não deixaria de atentar para este fato fundamental. Parafraseando Goethe, já dissera várias vezes que "*a teoria é cinzenta, mas a árvore da vida é sempre verde*". Muito mais explícitas e diretas seriam, contudo, as palavras lapidares do "Esquerdismo":

*A história é mais astuta do que imaginam os melhores partidos e as vanguardas mais conscientes das classes mais adiantadas.*

A história tem mais astúcia e muito mais imaginação do que nós. Eis um Lênin que os manuais stalinistas não gostam de mostrar. É o Lênin atento à dialética da história. É o mesmo Lênin que anotaria nos seus Cadernos Filosóficos: a prática tem superioridade sobre a teoria. E é no curso da prática, da prática das massas, cuja "astúcia" e "imaginação" não podem ser enquadradas nos limites "cinzentos" da teoria, que se configuram situações originais: por exemplo, situações nas quais a classe operária chega a formar governos sob seu comando, embora sem ter claro um programa socialista, sem estar unificada e organizada em torno de metas socialistas.

Sobre uma situação deste tipo o mesmo Lênin escrevera em abril de 1917:

*O partido do proletariado não pode se propor, de modo algum, 'implantar' o socialismo num país de pequenas explorações camponesas, enquanto a imensa maioria da população não tenha alcançado a consciência da necessidade de uma revolução socialista.*

Neste caso, para ganhar as massas para o socialismo não bastaria propagar as metas finais: seria antes necessário impulsionar a ação prática em torno de medidas factíveis, já entendidas pelas massas, medidas que extrapolavam o curso normal da ordem vigente, mas sem serem socialistas: as medidas de transição.

Medidas que poderiam ser assim resumidas: controle operário da produção, armamento dos operários, ocupação de terras pelos camponeses pobres, culminando com a nacionalização do solo, dos bancos e consórcios capitalistas. Portanto, medidas ainda não socialistas, mas capazes de barrar a fome e a catástrofe iminente, abrindo caminho para um avanço posterior da ação, em direção ao socialismo.

A discussão sobre as palavras de ordem de transição seria recolocada em destaque por Thalheimer, ao longo da década de vinte e especialmente na Comissão de Programa da 3ª. Internacional, em 1928. Mas já numa linha de crítica às posições oficiais da IC,

o que logo mais conduziria a referida liderança do PC alemão às fileiras da Oposição anti-stalinista. Para Thalheimer, as palavras de ordem de transição consumavam um distanciamento com relação aos programas mínimos da 2ª. Internacional (tendentes a apenas retocar a face do capitalismo), embora não se confundissem com as palavras de ordem finais. Nos "Pontos do Programa" Thalheimer faz uma retrospectiva sobre as palavras de ordem de transição na tradição marxista, desde os escritos de Engels (1847) e Marx (1848), com ênfase à Carta Circular de 1850. Thalheimer prossegue analisando as plataformas leninistas de 1905 e 1917, detendo-se nas resoluções dos 3º e 4º Congressos da 3ª Internacional. Em particular põe em destaque a palavra de ordem do "governo operário e camponês". Seria um sinônimo para a ditadura do proletariado? O próprio Thalheimer responde: dois nomes para uma mesma coisa seria demais. A fórmula de "governo operário e camponês" é uma palavra de ordem de transição, pois já ultrapassa a normalidade do poder do Estado burguês (não é uma palavra de ordem parcial ou de reforma), embora ainda não represente o poder dos soviets ou qualquer outra expressão da ditadura do proletariado.

Já a experiência latino-americana de governos de transição, no sentido das referidas teorizações da 3ª Internacional seria estudada por Érico Sachs ("Ernesto Martins"). Ex-militante da Oposição Comunista Alemã, discípulo de Thalheimer, militante no Brasil desde que aqui se exilou durante a guerra, Érico Sachs observaria na Bolívia de 1952, Cuba de 1959/60 e Chile durante o governo Allende, a realização mais nítida dos governos de transição propugnados pelos Congressos da IC nos tempos de Lênin.

Nos três casos citados, todos no pós-guerra, os caminhos que levaram à implantação dos governos de transição foram os mais variados: uma insurreição dos mineiros na Bolívia, a descida dos guerrilheiros de Sierra Maestra simultaneamente a uma greve geral em Cuba, e uma vitória eleitoral no Chile. Mas, nos três casos, foram governos apoiados nas organizações dos trabalhadores, sem a participação das antigas classes dominantes. Foram governos que, exatamente por excluírem as respectivas burguesias, já ultrapassavam os limites do poder do Estado burguês, embora sem que representassem formas de organização do poder do proletariado.

Foi o curso da luta, em sua originalidade, que levou as classes exploradas dessas sociedades latino-americanas a formarem governos (de trabalhadores) sem que as guiasse qualquer projeto prévio de revolução socialista. Dos três precedentes, dois resultaram em derrotas, mas um deles — Cuba - conseguiu levar a experiência às últimas conseqüências, radicalizando as medidas de transição, culminando-as com a expropriação da burguesia industrial e dos latifundiários e com o desmantelamento de todo o velho aparato de repressão.

Observando essas experiências, Érico Sachs nos traz de volta as considerações de Lênin sobre a riqueza e a imaginação sempre presentes nos caminhos da história:

*Na prática, a classe não se coloca os seus objetivos históricos de uma só vez e não apreende apenas pela teoria... A experiência vem demonstrando que esse processo de amadurecimento do proletariado e o das suas relações com outras classes, seus aliados latentes, coloca periodicamente o problema do poder em termos ainda não socialista — na forma de um governo de transição. ("Aonde Vamos? Parte 3", 1966).*

Os governos de transição estudados no "Aonde Vamos" nada têm em comum com os governos de coalização com a burguesia, como se formariam na Europa antes e depois da guerra. Longe disso, são governos formados pelas classes exploradas da sociedade capitalista, embora ainda não de caráter socialista. São governos de operários e camponeses, ou de trabalhadores da cidade e do campo, sem a burguesia e em aberto desafio à burguesia. Assim como se formaram na Bolívia, em Cuba e no Chile, nos momentos já referidos.

Nessa perspectiva, destaque especial merece hoje a rediscussão da experiência chilena. No artigo "Como Aprender, Com Quem Aprender" (1975), Érico Sachs discute a base de classe do governo Allende e o seu caráter de governo de transição. O governo da Unidade Popular era de transição, no sentido das teses clássicas da 3ª Internacional,

porque se sustentava numa frente de trabalhadores, excluindo a burguesia, mas ainda governando nos quadros institucionais do Estado burguês e sobre a base econômica da velha sociedade. Da experiência chilena se poderia dizer, relembrando a linguagem do Lênin do "Esquerdismo....", que um conteúdo proletário abre caminho e tenta firmar-se no interior de formas políticas burguesas. A possibilidade de êxito do processo de transição dependeria da capacidade dos trabalhadores em acelerar as transformações sociais, destruindo as principais bases econômicas da dominação burguesa e firmando seus mecanismos de poder sobre os do velho Estado. Esse caráter de governo de transição acompanha a experiência da Unidade Popular até o ingresso dos generais no Ministério, no final de 1972.

Conquanto seja, este artigo de Érico Sachs, um trabalho polêmico, impregnado pela discussão com Raul Villa sobre o desenrolar da luta no Brasil (1975), aí estão subsídios fundamentais para um debate sobre um governo de transição formado a partir de uma vitória eleitoral. O documento se estende ao período seguinte, aberto com o golpe e implantação da ditadura militar no Chile. Consideramos que este trabalho de Érico Sachs de certa forma continua um texto do próprio Raul Villa, escrito no Chile em 1971. Estamos nos referindo a um trabalho de Raul Villa anterior à controvérsia que depois se abriria entre ele e Érico Sachs. Trata-se de "O Chile entre a Legalidade Burguesa e a Revolução". Onde Raul Villa discute as condições históricas nas quais se formou o governo da Unidade Popular, o programa assumido e a prática a que deu origem, nos primeiros meses, logo após a posse do Salvador Allende. Como nos informa Érico Sachs, esse trabalho de Raul Villa foi traduzido para o francês e para o alemão, circulando na Europa durante muito tempo como um dos poucos subsídios marxistas para o entendimento do governo Allende nos seus primeiros momentos.

Em ambos os documentos se discutirão problemas fundamentais. O caráter de classe da Unidade Popular, o seu programa de governo e os fatos consumados que as lutas sociais criaram no seu percurso. Érico Sachs mencionará a importância dos "cordões" e as formas de auto-organização e controle criadas pelos trabalhadores chilenos em diversos auges de confrontação. Raul Villa (1971) advertirá para a necessidade de utilização do momento favorável na correlação de forças para a expropriação rápida e sem indenizações das grandes propriedades burguesas. Fatos talvez já esquecidos serão trazidos de volta nesses dois trabalhos: a reação das classes dominantes chilenas, a sabotagem econômica, o boicote promovido pelas empresas nacionais e estrangeiras, pelos donos de caminhões, a oposição armada ao governo dos trabalhadores, promovida inclusive por uma parcela significativa da pequena burguesia.

Esperamos que o estudo desses textos e dessas experiências possa ter alguma relação prática com o momento e as lutas que hoje vivemos no Brasil.

*(Outubro de 1989)*

## Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas

*Karl Marx & Friedrich Engels*

*A **Liga dos Comunistas** foi uma organização internacional de trabalhadores, fundada em Londres, em 1847, por remanescentes de uma organização anterior, a "Federação dos Justos". No congresso subsequente ao da fundação, Marx e Engels foram encarregados de redigir o manifesto da Liga, do que resultou no célebre Manifesto do Partido Comunista.*

*Quando o manifesto acabou de ser impresso, estourou em Paris a revolução de 1848, que rapidamente se alastrou pelo continente europeu. Quando a revolução se instalou na Alemanha, muitos membros da Liga se transferiram para lá, tendo sido os mais combativos em todas as frentes.*

*O declínio do movimento deu-se a partir de junho, quando o proletariado parisiense é derrotado em lutas sangrentas.*

*As revoluções de 1848/1849 foram revoluções burguesas, em que a classe operária agiu de forma independente.*

*Até meados de 1850 todos esperavam um novo despertar da revolução. Em fins de maio Marx e Engels compreenderam o engano e passaram a defender que só após um longo período de propaganda e organização o proletariado estaria em condições de desempenhar o seu papel revolucionário. Foram combatidos no interior da Liga, levando à cisão da mesma. A Liga se transferiu para Colônia, de onde procurou irradiar a propaganda para toda a Alemanha. Em 1851 um membro foi preso, tendo em poder vários nomes e endereços, ocasionando um grande número de prisões. Em nov/51 o governo prussiano instalou o célebre "processo dos comunistas em Colônia". (Nota dos Editores).*

Do Comitê Central à Liga:

Irmãos: Durante os dois anos revolucionários de 1848 e 1849, a Liga atravessou galhardamente uma dupla prova: primeiro, porque os seus membros participaram energeticamente do movimento em todos os lugares onde ele se deu e porque, na imprensa, nas barricadas e nos campos de batalha, estiveram na vanguarda da única classe verdadeiramente revolucionária - o proletariado. Ademais, porque a concepção que a Liga tinha do movimento, tal como foi formulada nas circulares dos congressos e do Comitê Central, em 1847, assim como no Manifesto Comunista, se revelou a única acertada; porque as esperanças manifestadas nesses documentos se confirmaram plenamente, e os pontos de vista sobre as condições sociais do momento, que a Liga até então só havia divulgado secretamente, se acham agora na boca de todo o mundo e são defendidos abertamente nas praças públicas. Ao mesmo tempo, a primitiva e sólida organização da Liga se debilitou de modo considerável. Grande parte dos seus membros - os que participam diretamente do movimento revolucionário - acreditava que já havia passado a época das sociedades secretas e que bastava a atividade pública. Alguns círculos e comunidades foram enfraquecendo os seus laços com o Comitê Central e terminaram por extingui-los pouco a pouco. Assim, pois, enquanto o partido democrático, o partido da pequena burguesia, fortalecia sua organização na Alemanha, o partido operário perdia sua única base firme, conservava a custo sua organização em algumas localidades, para fins exclusivamente locais e, por isso, no movimento geral caiu por completo sob a influência e a direção dos democratas pequeno-burgueses.

É necessário acabar com tal estado de coisas, é preciso restabelecer a independência dos operários. Compreendendo esta necessidade, o Comitê Central, já no inverno de 1848-1849, enviou Joseph Moll com a missão de reorganizar a Liga na Alemanha. A missão de

Moll não produziu o resultado desejado, em parte porque os operários alemães não tinham experiência suficiente e em parte por que tal experiência se interrompeu em virtude da insurreição de maio do ano passado. O próprio Moll, que empunhou armas e se incorporou ao exército de Baden-Palatinado, tombou no encontro de 19 de julho, nas imediações de Murg. A Liga perdeu nele um dos membros mais antigos, mais ativos e mais seguros, que havia participado de todos os congressos e comitês centrais e que já realizara antes, com grande êxito, várias missões no exterior.

Depois da derrota dos partidos revolucionários da Alemanha e França, em julho de 1849, quase todos os membros do Comitê Central voltaram a reunir-se em Londres, preencheram as suas fileiras com novas forças revolucionárias e empreenderam com renovada energia a tarefa de reorganizar a Liga.

Esta reorganização só pode ser alcançada por um enviado especial, e o Comitê Central acha que é de grande importância que esse enviado parta precisamente agora, quando é iminente uma nova revolução, quando, portanto, o partido operário deve agir de modo mais organizado, mais unânime e mais independente, se não quer de novo ser explorado pela burguesia e marchar a reboque desta, como em 1848.

Já em 1848, vos dissemos, irmãos, que os liberais burgueses alemães logo chegariam ao poder e empregariam imediatamente contra os operários esse poder recém-conquistado. Já vistes como se realizou isto. Com efeito, imediatamente depois do movimento de março de 1848, foram os burgueses que ficaram com o poder, utilizando-o sem delongas para forçar os operários, seus aliados na luta, a voltar à sua condição anterior de oprimidos. E, embora a burguesia não pudesse obter tudo isso sem se aliar ao partido feudal, derrotado em março, e, afinal, sem ceder de novo ao domínio deste mesmo partido absolutista feudal, pode, não obstante, assegurar para si as condições que, em vista das dificuldades financeiras do governo, haveriam de pôr finalmente em suas mãos o Poder e salvaguardariam os seus interesses, no caso de o movimento revolucionário entrar, a partir de agora, na via do chamado desenvolvimento pacífico. Para assegurar seu domínio, a burguesia nem sequer precisava recorrer a medidas violentas, que a tornariam odiosa aos olhos do povo, pois todas essas medidas violentas já haviam sido tomadas pela contra-revolução feudal. Mas o desenvolvimento não há de seguir essa via pacífica. Pelo contrário, a revolução, que há de acelerar esse desenvolvimento, está próxima, quer seja provocada por uma insurreição do proletariado francês, quer por uma invasão da Babel revolucionária<sup>1</sup> pela Santa Aliança.

E o papel de traição que os liberais burgueses alemães desempenharam em relação ao povo, em 1848, será desempenhado na próxima revolução pelos pequeno-burgueses democratas, que hoje ocupam na oposição o mesmo lugar que ocupavam os liberais burgueses antes de 1848. Este partido democrático, mais perigoso para os operários do que foi o partido liberal, está integrado pelos seguintes elementos:

- I. Pela parte mais progressista da grande burguesia, cujo objetivo é a total e imediata derrocada do feudalismo e do absolutismo. Essa fração está representada pelos antigos conciliadores de Berlim que propuseram a suspensão do pagamento de suas contribuições.
- II. Pela pequena burguesia democrata-constitucional, cujo principal objetivo no movimento anterior era criar um Estado federal mais ou menos democrático, tal como o haviam propugnado os seus representantes - a esquerda da Assembléia de Frankfurt -, mais tarde o Parlamento de Stuttgart e ela mesma na campanha de pró-constituição do Império.
- III. Pelos pequeno-burgueses republicanos, cujo ideal é uma república federal alemã no estilo da Suíça e que agora se chamam a si mesmos "vermelhos" e "democrata-sociais", porque têm o pio desejo de acabar com a opressão do pequeno capital pelo grande, do pequeno-burguês pelo grande burguês. Representavam esta fração os membros dos congressos e comitês democráticos, os dirigentes das uniões

---

<sup>1</sup> Refere-se a Paris, considerada, desde os tempos da revolução burguesa da França de fins do século XVIII, como o centro da revolução.



democráticas e os redatores da imprensa democrática. Agora, depois da sua derrota, todas essas frações se chamam republicanas ou vermelhas, exatamente como os pequeno-burgueses republicanos da França se chamam, hoje em dia, socialistas. Ali onde ainda têm a possibilidade de perseguir seus fins por métodos constitucionais, como em Wurtemberg, Baviera etc., aproveitam a ocasião para conservar as suas velhas frases e para demonstrar com os fatos que não mudaram em absoluto. Compreende-se, de resto, que a mudança de nome deste partido não modifica de modo algum sua atitude para com os operários; a única coisa que faz é demonstrar que agora se vê obrigado a lutar contra a burguesia, aliada ao absolutismo, e a procurar o apoio do proletariado.

O partido democrata pequeno-burguês é muito poderoso na Alemanha. Não somente abrange a enorme maioria da população burguesa das cidades, os pequenos comerciantes e industriais e os mestres artesãos, mas também é acompanhado pelos camponeses e operários agrícolas, pois estes últimos ainda não encontraram o apoio de um proletariado urbano independentemente organizado.

A atitude do partido operário revolucionário em face da democracia pequeno-burguesa é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar a sua posição em proveito próprio.

Longe de desejar a transformação revolucionária de toda a sociedade em benefício dos proletários revolucionários, a pequena burguesia democrata tende a uma mudança da ordem social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável. Por isso, reclama em primeiro lugar uma redução dos gastos do Estado por meio de uma limitação da burocracia e do deslocamento das principais cargas tributárias para os ombros dos grandes proprietários de terras e burgueses. Exige, ademais, que se ponha fim à pressão do grande capital sobre o pequeno, pedindo a criação de instituições de crédito do Estado e leis contra a usura, com o que ela e os camponeses teriam a possibilidade de obter, em condições favoráveis, créditos do Estado, em lugar de serem obrigados a pedi-los aos capitalistas; ela pede, igualmente, o estabelecimento de relações burguesas de propriedade no campo, mediante a total abolição do feudalismo. Para levar a cabo tudo isso, precisa de um regime democrático, seja constitucional ou republicano, que dê maioria a ela e a seus aliados, os camponeses, e autonomia democrática local, que ponha em suas mãos o controle direto da propriedade comunal e uma série de funções desempenhadas hoje em dia por burocratas.

Os democratas pequeno-burgueses acham também que é preciso opor-se ao domínio e ao rápido crescimento do capital, em parte limitando o direito de herança, em parte pondo nas mãos do Estado o maior número possível de empresas. No que toca aos operários, é indubitável que devem continuar sendo operários assalariados; os pequeno-burgueses democratas apenas desejam que eles tenham salários mais altos e uma existência mais garantida e esperam alcançar isso facilitando, por um lado, trabalho aos operários, através do Estado, e, por outro, com medidas de beneficência. Numa palavra, confiam em corromper os operários com esmolas mais ou menos veladas e debilitar sua força revolucionária por meio da melhoria temporária de sua situação. Nem todas as frações da democracia pequeno-burguesa defendem todas as reivindicações que acabamos de citar. Tão somente uns poucos democratas pequeno-burgueses consideram seu objetivo o conjunto dessas reivindicações. Quanto mais avançam alguns indivíduos ou frações da democracia pequeno-burguesa, tanto maior é o número dessas reivindicações que apresentam como suas, e os poucos que vêm no acima exposto o seu próprio programa supõem, certamente, que ele representa o máximo que se pode exigir da revolução.

Mas essas reivindicações não podem satisfazer de nenhum modo ao partido do proletariado. Enquanto os pequeno-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em

proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova. Não resta a menor dúvida de que, com o desenvolvimento da revolução, a democracia pequeno-burguesa obterá, na Alemanha, por algum tempo, uma influência predominante. A questão é, pois, saber qual há de ser a atitude do proletariado e particularmente da Liga diante da democracia pequeno-burguesa:

1. Enquanto subsistir a situação atual, em que os democratas pequeno-burgueses também se acham oprimidos;
2. No curso da próxima luta revolucionária, que lhes dará uma situação de superioridade;
3. Ao terminar a luta, durante a situação de sua superioridade sobre as classes derrubadas e sobre o proletariado.

1. No momento presente, quando a pequena-burguesia democrática é oprimida por toda parte, exorta em geral o proletariado à união e à reconciliação, estende-lhe a mão e procura criar um grande partido de oposição, que abranja todas as tendências do partido democrata, isto é, procura arrastar o proletariado a uma organização partidária onde não predominar as frases social-democratas de tipo geral, atrás das quais se ocultarão os interesses particulares da democracia pequeno-burguesa, organização na qual, em nome da tão desejada paz, as reivindicações especiais do proletariado não possam ser apresentadas.

Semelhante união seria feita em benefício exclusivo da pequena-burguesia democrata e em prejuízo indubitável do proletariado. Este teria perdido a posição independente que conquistou à custa de tantos esforços e cairia uma vez mais na situação de simples apêndice da democracia burguesa oficial. Tal união deve ser, portanto, resolutamente rejeitada. Em vez de descer mais uma vez ao papel de coro laudatório dos democratas burgueses, os operários e, sobretudo, a Liga devem procurar estabelecer, junto aos democratas oficiais, uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta, e fazer de cada comunidade o centro e núcleo de sociedades operárias, nas quais a atitude e os interesses do proletariado possam ser discutidos independentemente das influências burguesas.

Uma prova de quão pouco séria é a atitude dos democratas burgueses diante de uma aliança com o proletariado, na qual este tivesse a mesma força e os mesmos direitos que ela, são os democratas de Breslau, cujo órgão de imprensa, o *Neue Oder Zeitung*<sup>1</sup>, ataca com fúria os operários organizados independentemente, aos quais tacha de socialistas. Para lutar contra um inimigo comum não se precisa de nenhuma união especial. Uma vez que é necessário lutar diretamente contra tal inimigo, os interesses de ambos os partidos coincidem no momento e essa união, como vem ocorrendo até agora, surgirá no futuro por si mesma e momentaneamente. É claro que nos iminentes conflitos sangrentos, assim como em todos os anteriores, serão, sobretudo os operários que conquistarão a vitória por seu valor, resolução e espírito de sacrifício. Nessa luta, como nas anteriores, a massa pequeno-burguesa manterá uma atitude de expectativa, de irresolução e inatividade por tanto tempo quanto seja possível, com o propósito de, ao ficar assegurada a vitória, utilizá-la em benefício próprio, convidar os operários a que permaneçam tranquilos e retornem ao trabalho, evitar os chamados excessos e despojar o proletariado dos frutos da vitória. Não depende dos trabalhadores impedir que a pequena burguesia democrata proceda desse modo, mas está ao seu alcance dificultar aos democratas burgueses a possibilidade de se imporem ao proletariado pela força das armas e ditar-lhes condições sob as quais o domínio burguês leve desde o princípio o germe de sua queda, facilitando, consideravelmente, sua ulterior substituição pelo poder do proletariado. Durante o conflito e imediatamente depois de terminada a luta, os operários devem procurar, em primeiro lugar e enquanto for possível, resistir às tentativas contemporalizadoras da burguesia e obrigar os democratas a levarem à prática as suas atuais frases terroristas. Devem agir de tal maneira que a

---

<sup>1</sup> A *Nova Gazeta do Oder*, diário publicado em Breslau entre 1849 e 1855.

agitação revolucionária não seja reprimida de novo, imediatamente depois da vitória. Pelo contrário, deverão procurar mantê-la pelo maior tempo possível. Os operários não só não devem opor-se aos chamados excessos, aos atos de vingança popular contra indivíduos odiados ou contra edifícios públicos que o povo só lembre com ódio, não somente devem admitir tais atos, mas assumir a sua direção. Durante a luta, e depois dela, os operários devem aproveitar todas as oportunidades para apresentar suas próprias exigências, ao lado das exigências dos democratas burgueses. Devem exigir garantias para os operários tão logo os democratas burgueses se disponham a tomar o poder. Se for preciso, essas garantias devem ser arrancadas pela força. Em geral, é preciso levar os novos governantes a se obrigarem às maiores concessões e promessas; é o meio mais seguro de comprometê-los. Os operários devem conter, em geral e na medida do possível, o entusiasmo provocado pela nova situação e pela embriaguez do triunfo, que se segue a toda luta de rua vitoriosa, opondo a tudo isso uma apreciação fria e serena dos acontecimentos e manifestando abertamente sua desconfiança para com o novo governo. Ao lado dos novos governos oficiais, os operários deverão constituir imediatamente governos operários revolucionários, seja na forma de comitês ou conselhos municipais, seja na forma de clubes operários ou de comitês operários, de tal modo que os governos democrático-burgueses não só percam imediatamente o apoio dos operários, mas também se vejam desde o primeiro momento fiscalizados e ameaçados por autoridades atrás das quais se encontre a massa inteira dos operários. Numa palavra, desde o primeiro instante da vitória, é preciso despertar a desconfiança não mais contra o partido reacionário derrotado, mas contra o antigo aliado, contra o partido que queira explorar a vitória comum no seu exclusivo benefício.

2. Mas, para opor-se enérgica e ameaçadoramente a esse partido, cuja traição aos operários começará desde os primeiros momentos da vitória, estes devem estar armados e organizados. Dever-se-á armar, imediatamente, todo o proletariado, com fuzis, carabinas, canhões e munições; é preciso opor-se ao ressurgimento da velha milícia burguesa, dirigida contra os operários. Onde não se possa adotar essas medidas, os operários devem procurar organizar-se independentemente, como guarda proletária, com chefes e um estado-maior eleitos por eles próprios, e pôr-se às ordens, não do governo, mas dos conselhos municipais revolucionários criados pelos próprios operários. Onde os operários trabalharem em empresas do Estado, deverão promover seu armamento e organização em corpos especiais com comandos eleitos por eles mesmos, ou como unidades que participem da guarda proletária. Sob nenhum pretexto entregarão suas armas e munições; toda tentativa de desarmamento será rejeitada, caso necessário, pela força das armas. Destruição da influência dos democratas burgueses sobre os operários; formação imediata de uma organização independente e armada da classe operária; criação de condições que, na medida do possível, sejam as mais duras e comprometedoras para a dominação temporária e inevitável da democracia burguesa: tais são os pontos principais que o proletariado e, portanto, a Liga devem ter em mente durante a próxima insurreição e depois dela.

3. Logo que os novos governos se tenham consolidado um pouco iniciarão suas lutas contra os operários. A fim de estarem em condições de se oporem energicamente aos democratas pequeno-burgueses, é preciso, sobretudo, que os operários estejam organizados de modo independente e centralizados através dos seus clubes. Depois da derrocada dos governos existentes, e na primeira oportunidade, o Comitê Central se transferirá para a Alemanha, convocará imediatamente um Congresso, perante o qual proporá as medidas necessárias para a centralização dos clubes operários sob a direção de um organismo estabelecido no centro principal do movimento. A rápida organização de agrupamentos - pelo menos provinciais - dos clubes operários é uma das medidas mais importantes para revigorar e desenvolver o partido operário. A consequência imediata da derrubada dos governos existentes há de ser a eleição de uma assembléia nacional representativa. Nela o proletariado deverá fazer com que:

- I. Nenhum núcleo operário seja privado do direito de voto, a pretexto algum, nem por qualquer estratagem das autoridades locais ou dos comissários do governo.
- II. Ao lado dos candidatos burgueses democráticos figurem em toda parte candidatos operários, escolhidos na medida do possível entre os membros da Liga, e que para o seu triunfo se ponham em jogo todos os meios disponíveis. Mesmo que não exista

esperança alguma de triunfo, os operários devem apresentar candidatos próprios para conservar a independência, fazer uma avaliação de forças e demonstrar abertamente a todo mundo sua posição revolucionária e os pontos de vista do partido. Ao mesmo tempo, os operários não devem deixar-se enganar pelas alegações dos democratas de que, por exemplo, tal atitude divide o partido democrático e facilita o triunfo da reação. Todas essas alegações têm o objetivo de iludir o proletariado. Os êxitos que o partido operário alcançar com semelhante atitude independente pesam muito mais do que os danos que possa ocasionar a presença de uns quantos reacionários na assembléia representativa. Se a democracia agir resolutamente, desde o princípio, e com medidas terroristas contra a reação, a influência desta nas eleições ficará de antemão eliminada.

O primeiro ponto a provocar o conflito entre os democratas burgueses e os operários será a abolição do feudalismo. Do mesmo modo que na primeira revolução francesa, os pequeno-burgueses entregarão as terras feudais aos camponeses, na qualidade de propriedade livre, isto é, procurarão conservar o proletariado agrícola e criar uma classe camponesa pequeno-burguesa, que passará pelo mesmo ciclo de empobrecimento e endividamento progressivo em que se encontra, atualmente, o camponês francês.

No interesse do proletariado rural e no seu próprio interesse, os operários têm de opor-se a esse plano. Têm de exigir que a propriedade feudal confiscada fique como propriedade do Estado e seja transformada em colônias operárias, que o proletariado rural associado explore com todas as vantagens da grande exploração agrícola; desse modo, o princípio da propriedade comum obtém logo uma base sólida, no meio das vacilantes relações de propriedade burguesas. Tal como os democratas com os camponeses, os operários têm de unir-se com o proletariado rural. Além disso, os democratas trabalharão diretamente para uma República federativa ou, pelo menos, se não puderem evitar uma República una e indivisível, procurarão paralisar o governo central mediante o máximo possível de autonomia e independência para as comunas<sup>1</sup> e províncias. Frente a esse plano, os operários têm não só de tentar realizar a República alemã una e indivisível, mas também a mais decidida centralização, nela, do poder nas mãos do Estado. Eles não se devem deixar induzir em erro pelo palavreado sobre a liberdade das comunas, o auto-governo etc. Num país como a Alemanha, onde estão ainda por remover tantos resquícios da Idade Média, onde está por quebrar tanto particularismo local e provincial, não se pode tolerar em circunstância alguma que cada aldeia, cada cidade, cada província ponha um novo obstáculo à atividade revolucionária, que só pode emanar do centro em toda a sua força. Não se pode tolerar que se renove o estado de coisas atual, em que os alemães, por um mesmo passo em frente, são obrigados a bater-se separadamente em cada cidade, em cada província. Menos ainda pode se tolerar que, através de uma organização comunal pretensamente livre, se perpetue uma forma de propriedade - a comunal -, que ainda se situa aquém da propriedade privada moderna e por toda a parte se dissolve necessariamente nesta e as desavenças dela decorrentes entre comunas pobres e ricas, assim como o direito de cidadania comunal, subsistente, com as suas mazelas contra os operários, ao lado do direito de cidadania estatal. Tal como na França em 1793, o estabelecimento da centralização mais rigorosa é hoje, na Alemanha, a tarefa do partido realmente revolucionário<sup>2</sup>.

Vimos como os democratas chegarão ao Poder no próximo movimento e como serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas. Que medidas os operários devem propor em oposição às dos democratas? É evidente que nos primeiros instantes do movimento não poderão propor medidas diretamente comunistas. Mas é possível:

1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de

---

<sup>1</sup> O termo "comuna" se emprega aqui no sentido amplo da palavra, tanto para designar as municipalidades urbanas como as comunidades rurais (N. da R.).

<sup>2</sup> Hoje devemos assinalar que esse parágrafo se baseia num mal entendido. Em virtude das falsificações dos historiadores bonapartistas e liberais, considerava-se então como um fato estabelecido que a máquina centralizada de Estado francês havia sido introduzida pela grande revolução (...). (Nota de Engels à Edição de 1885).

transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.

2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, que não se comportarão em todo o caso como revolucionários, mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar as estradas de ferro e as fábricas, os operários têm de exigir que essas estradas de ferro e fábricas, como propriedade dos reacionários, sejam confiscadas simplesmente e sem indenização pelo Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado.

As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar em toda a parte segundo as concessões e atos dos democratas.

Embora os operários alemães não possam chegar ao Poder nem ver realizados os seus interesses de classe sem terem passado, integralmente, por um prolongado período de desenvolvimento revolucionário, pelo menos desta vez eles podem ter a certeza de que o primeiro ato deste drama revolucionário iminente coincidirá com o triunfo direto de sua própria classe na França, o qual contribuirá para o acelerar consideravelmente.

Mas têm de ser eles próprios a fazer o máximo pela sua vitória final, tomando consciência dos seus interesses de classe, ocupando o quanto antes a sua posição independente de partido, não se deixando um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequeno-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. Seu grito de batalha tem de ser: a revolução permanente.

*(Londres, março de 1850).*

Escrito por K. Marx e F. Engels. Publicado por Engels na terceira edição do livro *Marx – Revelações sobre o processo dos comunistas em Colônia*, editado em Zurich em 1885.

(Fonte: The Marxists Internet Archive)

## Algumas Conclusões

(Cap. 10 do Livro *Esquerdismo: doença infantil do Comunismo*)

V.I. Lênin

A revolução burguesa de 1905 na Rússia evidenciou uma reviravolta extraordinariamente original da história universal: num dos países capitalistas mais atrasados, o movimento grevista alcançou, pela primeira vez no mundo, força e amplitude inusitadas. *Só em janeiro* de 1905, o número de grevistas foi dez vezes maior que a média *anual* de grevistas durante os dez anos anteriores (1895/1904); de janeiro a outubro de 1905, as greves aumentaram incessantemente e em proporções gigantescas. Sob a influência de uma série de fatores históricos completamente originais, a Rússia atrasada deu ao mundo o primeiro exemplo não só de um salto brusco, em época de revolução, da atividade espontânea das massas oprimidas (coisa que ocorreu em todas as grandes revoluções), como também de uma projeção do proletariado que superava infinitamente o que se podia esperar por sua pequena percentagem entre a população; mostrou pela primeira vez a combinação da greve econômica com a greve política, com a transformação desta última em insurreição armada, o nascimento de uma nova forma de luta de massas e de organização de massas das classes oprimidas pelo capitalismo: os Sovietes.

As revoluções de fevereiro e outubro de 1917 levaram ao desenvolvimento multilateral dos Sovietes em todo o país e, depois, à sua vitória na revolução proletária, socialista. Menos de dois anos mais tarde manifestou-se o caráter internacional dos Sovietes, a extensão dessa forma de luta e de organização ao movimento operário mundial, o destino histórico dos Sovietes de serem os coveiros, os herdeiros e os sucessores do parlamentarismo burguês, da democracia burguesa em geral.

Mais ainda. A história do movimento operário mostra atualmente que ele está destinado a atravessar em todos os países (e já começou a atravessar) um período de luta do comunismo nascente, cada dia mais forte, que marcha para a vitória, sobretudo e principalmente contra o "menchevismo" *próprio* (de cada país), isto é, contra o oportunismo e o social-chovinismo e, de outro lado, como complemento, por assim dizer, contra o comunismo "de esquerda". A primeira dessas lutas desenvolveu-se em todos os países, ao que parece sem exceções, sob a forma de luta entre a II Internacional (hoje praticamente morta) e a III. A segunda luta manifesta-se na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, nos Estados Unidos (onde pelo menos *uma parte* dos "Operários Industriais do Mundo" e das tendências anarco-sindicalistas apóiam os erros do comunismo de esquerda, ao mesmo tempo em que reconhecem de maneira quase geral, quase incondicional, o sistema soviético) e na França (atitude de uma parte dos ex-sindicalistas em relação ao partido político e ao parlamentarismo, também paralelamente ao reconhecimento do sistema dos Sovietes), isto é, manifesta-se não só em escala internacional, como universal.

Contudo, embora a escola preparatória que leva o movimento operário à vitória sobre a burguesia seja em toda parte idêntica em sua essência, seu desenvolvimento efetua-se em cada país de *modo original*. Os grandes países capitalistas adiantados avançam por esse caminho  *muito mais rapidamente* que o bolchevismo, ao qual a história concedeu um prazo de quinze anos para preparar-se como tendência política organizada a fim de conquistar a vitória. No curto prazo de um ano, a III Internacional já alcançou um triunfo decisivo ao desfazer a II Internacional, a Internacional amarela, social-chovinista, que há poucos meses era incomparavelmente mais forte que a III, parecia sólida e poderosa, e dispunha do apoio da burguesia mundial sob todas as formas, diretas e indiretas, materiais (postos ministeriais, passaporte, imprensa) e morais.

O que importa agora é que os comunistas de cada país levem em conta com plena consciência tanto as tarefas fundamentais, de princípio, da luta contra o oportunismo e o doutrinário "de esquerda", como as *particularidades concretas* que esta luta adquire e deve adquirir inevitavelmente em cada país, de acordo com os aspectos originais de sua

economia, sua política, sua cultura, sua composição nacional (Irlanda, etc.), suas colônias, diversidade de religiões, etc., etc. Sente-se expandir e crescer em toda parte o descontentamento contra a II Internacional por causa de seu oportunismo e sua inépcia, sua incapacidade para criar um órgão realmente centralizado e dirigente, apto para orientar a tática internacional do proletariado revolucionário em sua luta pela república soviética universal. É preciso compreender perfeitamente que esse centro dirigente não pode, de modo algum, ser formado segundo normas táticas estereotipadas de luta, mecanicamente iguais, idênticas. Enquanto subsistirem diferenças nacionais e estatais entre os povos e os países e essas diferenças subsistirão inclusive durante muito tempo depois da instauração universal da ditadura do proletariado - a unidade da tática internacional do movimento operário comunista de todos os países exigirá, não a supressão da variedade, não a supressão das particularidades nacionais (o que é, atualmente, um sonho absurdo), mas sim uma tal aplicação dos princípios *fundamentais* do comunismo (Poder Soviético e ditadura do proletariado) que *modifique acertadamente* esses princípios *em seus detalhes*, que os adapte, que os aplique acertadamente às particularidades nacionais e nacional-estatais. Investigar, estudar, descobrir, adivinhar, captar o que há de particular e específico, do ponto de vista nacional, na maneira pela qual cada país aborda *concretamente* a solução do problema internacional *comum*, do problema do triunfo sobre o oportunismo e o doutrinário de esquerda no movimento operário, a derrubada da burguesia, a instauração da república soviética e da ditadura proletária, é a principal tarefa do período histórico que atualmente atravessam todos os países adiantados (e não só os adiantados). Já se fez o principal - claro que não se fez tudo, absolutamente, mas já se fez o principal - para ganhar a vanguarda da classe operária para colocá-la ao lado do Poder Soviético contra o parlamentarismo, ao lado da ditadura do proletariado contra a democracia burguesa. Agora é preciso concentrar todas as forças e toda a atenção no passo seguinte, que parece ser - e, de certo modo, é realmente - menos fundamental, mas que, em compensação, está mais perto da solução efetiva do problema, isto é: procurar as formas de *passar à revolução proletária* ou de *abordá-la*.

A vanguarda proletária está ideologicamente conquistada. Isto é o principal. Sem isto não é possível dar sequer o primeiro passo para a vitória. Mas daí para o triunfo ainda falta uma grande distância a percorrer. Apenas com a vanguarda é impossível triunfar. Lançar a vanguarda sozinha à batalha decisiva, quando toda a classe, quando as grandes massas ainda não adotaram uma posição de apoio direto a essa vanguarda ou, pelo menos, de neutralidade simpática, e não são totalmente incapazes de apoiar o adversário, seria não só uma estupidez, como um crime. E para que realmente toda a classe, para que realmente as grandes massas dos trabalhadores e dos oprimidos pelo capital cheguem a ocupar essa posição, a propaganda e a agitação, por si, são insuficientes. Para isso necessita-se da própria experiência política das massas. Tal é a lei fundamental de todas as grandes revoluções, confirmada hoje com força e realce surpreendentes tanto pela Rússia como pela Alemanha. Não só as massas incultas, em muitos casos analfabetas, da Rússia, como também as massas da Alemanha, muito cultas, sem nenhum analfabeto, precisaram experimentar em sua própria carne toda a impotência, toda a veledade, toda a fraqueza, todo o servilismo ante a burguesia, toda a infâmia do governo dos cavalheiros da II Internacional, toda a inelutabilidade da ditadura dos ultra-reacionários (Kornilov na Rússia, Kapp & Cia. na Alemanha), única alternativa diante da ditadura do proletariado, para orientar-se decididamente rumo ao comunismo.

A tarefa imediata da vanguarda consciente do movimento operário internacional, isto é, dos partidos, grupos e tendências comunistas, consiste em saber *atrair* as amplas massas (hoje, em sua maior parte, ainda adormecidas, apáticas, rotineiras, inertes) para essa sua nova posição, ou, melhor dizendo, em saber dirigir *não só* seu próprio partido, como também essas massas no período de sua aproximação, de seu deslocamento para essa nova posição. Se a primeira tarefa histórica (ganhar para o Poder Soviético e para a ditadura da classe operária a vanguarda consciente do proletariado) não podia ser cumprida sem uma vitória ideológica e política completa sobre o oportunismo e o social-chovinismo, a segunda tarefa, que é agora imediata e que consiste em saber atrair as massas para essa nova posição capaz de assegurar o triunfo da vanguarda na revolução, não pode ser cumprida sem liquidar o doutrinário de esquerda, sem corrigir completamente seus erros, sem

desembaraçar-se deles.

Enquanto se trata (e na medida em que se trata ainda hoje) de ganhar para o comunismo a vanguarda do proletariado, a propaganda deve ocupar o primeiro lugar; inclusive os círculos, com todas as suas debilidades, são úteis neste caso e dão resultados fecundos. Mas quando se trata da ação prática das massas, de movimentar - se me é permitido usar essa expressão - exércitos de milhões de homens, dispor *todas* as forças da classe de uma determinada sociedade *para a luta final* e decisiva, não conseguireis nada através unicamente dos hábitos de propagandista, com a simples repetição das verdades do comunismo "puro". É porque nesse caso a conta não é feita aos milhares, como faz o propagandista membro de um grupo reduzido e que ainda não dirige massas, e sim aos milhões e dezenas de milhões. Nesse caso é preciso perguntar a si próprio não só se convencemos a vanguarda da classe revolucionária, como também se estão em movimento as forças historicamente ativas de *todas* as classes da tal sociedade, obrigatoriamente de todas, sem exceção, de modo que a batalha decisiva esteja completamente amadurecida, de maneira que 1) todas as forças de classe que nos são adversas estejam suficientemente perdidas na confusão, lutando entre si, suficientemente debilitadas por uma luta superior a suas forças; 2) que todos os elementos vacilantes, instáveis, inconsistentes, intermediários, isto é, a pequena burguesia, a democracia pequeno-burguesa, que se diferencia da burguesia, estejam suficientemente desmascarados diante do povo, suficientemente cobertos de opróbrio por sua falência prática; 3) que nas massas proletárias comece a aparecer e a se expandir com poderoso impulso o afã de apoiar as ações revolucionárias mais resolutas, mais valentes e abnegadas contra a burguesia. É então que está madura a revolução, que nossa vitória está assegurada, caso tenhamos sabido levar em conta todas as condições levemente esboçadas acima e tenhamos escolhido acertadamente o momento.

As divergências entre os Churchill e os Lloyd George de um lado - tipos políticos que existem em todos os países com peculiaridades nacionais ínfimas - e, de outro, entre os Henderson e os Lloyd George, não têm absolutamente nenhuma importância e são insignificantes do ponto de vista do comunismo puro, isto é, abstrato, ainda incapaz de ações políticas práticas, de massas. Mas, do ponto de vista dessa ação prática das massas, tais divergências têm extraordinária importância. Saber levá-las em conta, saber determinar o momento em que amadureceram plenamente os conflitos inevitáveis entre esses "amigos", conflitos que debilitam e extenuam *todos os "amigos" tomados em conjunto*, é o trabalho, a missão do comunista que deseje ser não só um propagandista consciente, convicto e teoricamente preparado, como também um dirigente prático *das massas* na revolução. É necessário unir a mais absoluta fidelidade às idéias comunistas à arte de admitir todos os compromissos práticos necessários, manobras, acordos, ziguezagues, retiradas, etc., para precipitar a ascensão ao poder político dos Henderson (dos heróis da II Internacional, para não citar nomes desses representantes da democracia pequeno-burguesa que se chamam de socialistas) e seu malogro no mesmo; para acelerar seu fracasso inevitável na prática, o que educará as massas precisamente em nosso espírito e as orientará precisamente para o comunismo; para acelerar as rusgas, as disputas, os conflitos e a separação total, inevitáveis entre os Henderson, os Lloyd George e os Churchill (entre os mencheviques e os social-revolucionários, os democratas constitucionistas e os monárquicos; entre os Scheidemann, a burguesia, os partidários de Kapp, etc.) e para escolher acertadamente o momento de máxima dissensão entre todos esses "baluartes da sacrossanta propriedade privada", a fim de esmagá-los por completo, mediante uma resoluta ofensiva do proletariado, e conquistar o poder político.

A história em geral, e a das revoluções em particular, é sempre mais rica de conteúdo, mais variada de formas e aspectos, mais viva e mais "astuta" do que imaginam os melhores partidos, as vanguardas mais conscientes das classes mais avançadas. E isso é compreensível, pois as melhores vanguardas exprimem a consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhares de homens acicatados pela mais aguda luta de momentos de exaltação e tensão especiais de todas as faculdades humanas, pela consciência, a vontade, a paixão e a imaginação de dezenas de milhões de homens, enquanto que a revolução é feita, em classes. Dai se depreendem duas conclusões práticas muito importantes: 1) a classe revolucionária, para realizar sua missão, deve saber utilizar todas as formas ou aspectos, sem a menor exceção, da atividade social (terminando depois



da conquista do poder político, às vezes com grande risco e imenso perigo, o que não terminou antes dessa conquista); 2) a classe revolucionária deve estar preparada para substituir uma forma por outra do modo mais rápido e inesperado.

Temos de concordar que seria insensata e até mesmo criminosa a conduta de um exército que não se dispusesse a conhecer e utilizar todos os tipos de armas, todos os meios e processos de luta que o inimigo possui ou pode possuir. Mas essa verdade é ainda mais aplicável à política que à arte militar. Em política é ainda menos fácil saber de antemão que método de luta será aplicável e vantajoso para nós, nessas ou naquelas circunstâncias futuras. Sem dominar todos os meios de luta podemos correr o risco de sofrer uma derrota fragorosa - às vezes decisiva - se modificações, independentes da nossa vontade na situação das outras classes puserem na ordem do dia uma forma de ação na qual somos particularmente débeis. Se dominamos todos os meios de luta, nossa vitória estará garantida, pois representamos os interesses da classe realmente avançada, realmente revolucionária, inclusive se as circunstâncias nos impedirem de utilizar a arma mais perigosa para o inimigo, a arma mais capaz de assestar-lhe golpes mortais com a maior rapidez. Os revolucionários inexperientes imaginam freqüentemente que os meios legais de luta são oportunistas, uma vez que a burguesia enganava e lograva os operários com particular freqüência nesse terreno (sobretudo nos períodos chamados "pacíficos", nos períodos não revolucionários), e que os processos ilegais são revolucionários. Mas isso não é justo. O justo é que os oportunistas e traidores da classe operária são os partidos e chefes que não sabem ou não querem (não digam: não posso, mas sim: não quero) aplicar os processos ilegais de luta numa situação, por exemplo, como a guerra imperialista de 1914/1918, em que a burguesia dos países democráticos mais livres enganava os operários com insolência e crueldade nunca vistas, proibindo que se dissesse a verdade sobre o caráter de rapina da guerra. Mas os revolucionários que não sabem combinar as formas ilegais de luta com todas as formas legais são péssimos revolucionários. Não é difícil ser revolucionário quando a revolução já estourou e está em seu apogeu, quando todos aderem à revolução simplesmente por entusiasmo, modismo e inclusive, às vezes, por interesse pessoal de fazer carreira. Custa muito ao proletariado, causa-lhe duras penas, origina-lhe verdadeiros tormentos "desfazer-se" depois do triunfo desses "revolucionários". É muitíssimo mais difícil - e muitíssimo mais meritório - saber ser revolucionário quando *ainda não existem* as condições para a luta direta, aberta, autenticamente de massas, autenticamente revolucionária, saber defender os interesses da revolução (através da propaganda, da agitação e da organização) em instituições não revolucionárias e, muitas vezes, simplesmente reacionárias, numa situação não revolucionária, entre massas incapazes de compreender imediatamente a necessidade de um método revolucionário de ação. Saber perceber, encontrar, determinar com exatidão o rumo concreto ou a modificação particular dos acontecimentos *suscetíveis de levar* as massas à grande luta revolucionária, verdadeira, final e decisiva é a principal missão do comunismo contemporâneo na Europa Ocidental e na América.

Um exemplo: Inglaterra. Não podemos saber - e ninguém pode determinar de antemão - quando eclodirá ali a verdadeira revolução proletária e *qual será o motivo* principal que despertará, inflamará e lançará à luta as grandes massas, hoje ainda adormecidas. Temos o dever, por conseguinte, de realizar todo nosso trabalho preparatório tendo as quatro patas aferradas ao solo (segundo a expressão predileta do falecido Plekhanov quando era marxista e revolucionário). Talvez seja uma crise parlamentar que "abra o caminho", que "rompa o gelo", talvez uma crise que derive das contradições coloniais e imperialistas irremediavelmente complicadas, cada vez mais graves e exacerbadas, ou talvez outras causas. Não falamos da espécie de luta que decidirá a sorte da revolução proletária na Inglaterra (essa questão não permite nenhuma dúvida para nenhum comunista, pois para todos nós está firmemente decidida), mais sim do motivo que despertará as massas proletárias hoje ainda adormecidas, que as colocará em movimento e as levará à revolução. Não esqueçamos, por exemplo, que na república burguesa da França, numa situação que era cem vezes menos revolucionária que a atual, tanto internacional como internamente, bastou uma circunstância tão "inesperada" e "fútil" como o caso Dreyfus - uma das mil façanhas desonestas do bando militarista reacionário para levar o povo às bordas da guerra civil.

Na Inglaterra, os comunistas devem utilizar constantemente, sem descanso nem vacilação, as eleições parlamentares, todas as peripécias da política irlandesa, colonial e imperialista do governo britânico no mundo inteiro e todos os demais campos, esferas e aspectos da vida social, atuando neles com espírito, novo, com o espírito do comunismo, com o espírito da III e não da II Internacional. Não disponho de tempo nem espaço para descrever aqui os processos "russos", "bolcheviques", de participação nas eleições e na luta parlamentar; mas posso assegurar aos comunistas dos demais países que em nada se pareciam com as habituais campanhas parlamentares na Europa Ocidental. Desse fato tira-se freqüentemente a seguinte conclusão: "Isso é assim no vosso país, na Rússia, mas o nosso parlamentarismo é diferente". A conclusão é falsa. Os comunistas, os partidários da III Internacional existem em todos os países exatamente para *transformar* em toda linha, em todos os aspectos da vida, o antigo trabalho socialista, tradeunionista, sindicalista e parlamentar num trabalho novo, comunista. Em nossas eleições também vimos, à vontade, traços puramente burgueses, traços de oportunismo, praticismo vulgar, fraude capitalista. Os comunistas da Europa Ocidental e da América devem aprender a criar um parlamentarismo novo, incomum, não oportunista, sem arrivismo. É necessário que o Partido Comunista lance suas palavras de ordem; que os verdadeiros proletários, com a ajuda da gente pobre, não organizada e completamente oprimida, repartam entre si e distribuam volantes, percorram as casas dos operários, as palhoças dos proletários do campo e dos camponeses que vivem nas aldeias longínquas (que, felizmente, existem em número muito menor na Europa que na Rússia, e são raras na Inglaterra), entrem nas tabernas freqüentadas pelas pessoas mais simples, introduzam-se nas associações, sociedades e reuniões fortuitas das pessoas pobres; que falem ao povo não de forma doutoral (e não muito à parlamentar), não corram, por nada neste mundo, atrás de um "lugarzinho" no parlamento, mas despertem em toda parte o pensamento, arrastem a massa, tomem a palavra da burguesia, utilizem o aparelho por ela criado, as eleições por ela convocadas, seus apelos a todo o povo e tornem conhecido deste último o bolchevismo, como nunca antes haviam tido oportunidade de fazê-lo (sob o domínio burguês) fora do período eleitoral (sem contar, naturalmente, os momentos de grandes greves, quando esse *mesmo* aparelho de agitação popular funcionava em nosso país com maior intensidade ainda). Fazer isso na Europa Ocidental e na América é muito difícil, difícilíssimo; mas pode e deve ser feito, pois é totalmente impossível cumprir as tarefas do comunismo sem trabalhar, e é preciso esforçar-se para resolver os problemas práticos, cada vez mais variados, cada vez mais ligados a todos os aspectos da vida social e que vão arrebatando cada vez mais à *burguesia*, um após outro, um setor, uma esfera de atividade.

Nessa mesma Inglaterra é necessário também organizar de modo novo (não de modo socialista, mas comunista; não de modo reformista, mas revolucionário) o trabalho de propaganda, de agitação e de organização no Exército e entre as nações oprimidas e que não gozam de plenos direitos que formam "seu" Estado (Irlanda, as colônias). Pois todos esses setores da vida social, na época do imperialismo em geral e, sobretudo agora, depois da guerra, que atormentou os povos e que lhes abriu rapidamente os olhos à verdade (a verdade de dezenas de milhões de homens terem morrido ou terem ficado mutilados exclusivamente para decidir se seriam os bandidos ingleses ou os bandidos alemães que saqueariam maior número de países), todos esses setores da vida social saturam-se particularmente de matérias inflamáveis e dão origem a muitas causas de conflitos e de crises e à exacerbação da luta de classes. Não sabemos nem podemos saber qual das centelhas que surgem agora em grande número por toda parte em todos os países, sob a influência da crise econômica e política mundial, poderá causar o incêndio, isto é, despertar de modo especial as massas. Por isso, com nossos princípios novos, comunistas, devemos empreender a "preparação", de todos os campos, qualquer que seja a sua natureza, até dos mais velhos, vetustos e, aparentemente, mais estéreis, porque em caso contrário não estaremos à altura de nossa missão, faltar-nos-á alguma coisa, não dominaremos todos os tipos de armas, não nos prepararemos nem para vitória sobre a burguesia (que organizou a vida social em todos os seus aspectos à moda burguesa e que agora a desorganizou também à moda burguesa) nem para a reorganização comunista de toda a vida, tarefa que deveremos cumprir uma vez conquistada a vitória.

Depois da revolução proletária na Rússia e de suas vitórias em escala internacional,

inesperadas para a burguesia e os filisteus, o mundo inteiro se transformou e a burguesia também é outra em toda parte. A burguesia sente-se assustada com o "bolchevismo" e está irritada contra ele a ponto de quase perder a cabeça; precisamente por isso, acelera, de um lado, o desenvolvimento dos acontecimentos e, de outro, concentra a atenção no esmagamento do bolchevismo pela força, debilitando com isso sua posição em muitos outros terrenos. Os comunistas de todos os países avançados devem levar em conta para a sua tática essas duas circunstâncias.

Os democratas constitucionalistas russos e Kerenski passaram dos limites quando empreenderam uma furiosa perseguição contra os bolcheviques, sobretudo desde abril de 1917 e, mais ainda, em junho e julho desse mesmo ano. Os milhões de exemplares dos jornais burgueses, que gritavam em todos os tons contra os bolcheviques, ajudaram a conseguir que as massas valorizassem o bolchevismo, e toda a vida social, mesmo sem o concurso da imprensa, impregnou-se de discussões sobre o bolchevismo, graças ao "zelo" da burguesia. Os milionários de todos os países conduzem-se atualmente de tal modo em escala internacional que lhes devemos ficar agradecidos de todo o coração. Perseguem o bolchevismo com o mesmo zelo com que o perseguiam anteriormente Kerenski e companhia e, como estes, também passam dos limites e *nos ajudam* tanto quanto Kerenski. Quando a burguesia francesa converte o bolchevismo no ponto central de sua campanha eleitoral, injuriando por seu bolchevismo socialistas relativamente moderados ou vacilantes; quando a burguesia norte-americana, perdendo completamente a cabeça, prende milhares e milhares de indivíduos suspeitos de bolcheviques e cria um ambiente de pânico propagando em toda parte a notícia de conjurações bolcheviques; quando a burguesia inglesa, a mais "séria" do mundo, com todo seu talento e experiência comete inacreditáveis tolices, funda riquíssimas "sociedades para a luta contra o bolchevismo", cria uma literatura especial a seu respeito e toma a seu serviço, para a luta contra ele, um pessoal suplementar de sábios, agitadores e padres, devemos inclinar-nos e agradecer aos senhores capitalistas. Trabalham para nós, ajudam-nos a interessar as massas pela natureza e a significação do bolchevismo. E não podem fazer de outro modo, porque já fracassaram em suas tentativas de "fazer silêncio" em torno do bolchevismo e sufocá-lo.

Mas, ao mesmo tempo, a burguesia vê no bolchevismo quase que exclusivamente um dos seus aspectos: a insurreição, a violência, o terror; por isso procura preparar-se de modo particular para opor resistência e responder nesse terreno. É possível que em casos isolados, em alguns países, nesses ou naqueles períodos breves, o consiga; é preciso contar com essa possibilidade, que nada tem de temível para nós. O comunismo "brota" literalmente de todos os aspectos da vida social, seus gemes existem absolutamente em toda parte, o "contágio" (para empregar a comparação predileta da burguesia e da polícia burguesa e a mais "agradável" para elas) penetrou profundamente em todos os poros do organismo e o impregnou completamente. Caso se "feche", com particular cuidado uma das saídas, o "contágio" encontrará outra, às vezes a mais inesperada. A vida triunfa acima de todas as coisas. Que a burguesia se sobressalte, irrite-se até perder a cabeça; que ultrapasse os limites, faça tolices, vingue-se por antecipação dos bolcheviques e se esforce por aniquilar (na Índia, Hungria, Alemanha, etc.) centenas, milhares, centenas de milhares de bolcheviques de ontem ou de amanhã; ao fazer isso, procede como procederam todas as classes condenadas pela história a desaparecer. Os comunistas devem saber quê, seja como for, o futuro lhes pertence. E, por isso, podemos (e devemos) unir, na grande luta revolucionária, o máximo de paixão à análise mais fria e serena das furiosas convulsões da burguesia. A revolução russa foi cruelmente esmagada em 1905; os bolcheviques russos foram derrotados em julho de 1917; mais de 15.000 comunistas alemães foram aniquilados por meio da ardilosa provocação e das hábeis manobras de Scheidemann e Noske, aliados à burguesia e aos generais monárquicos; na Finlândia e na Hungria o terror branco faz estragos. Em todos os casos e em todos os países, porém, o comunista está se temperando e cresce; suas raízes são tão profundas que as perseguições não o debilitam, não o extenuam, mas, pelo contrário, reforçam-no. Só falta uma coisa para que marchemos rumo à vitória com mais firmeza e segurança; que os comunistas de todos os países compreendamos em toda parte e até o fim que em nossa tática é necessária a máxima *flexibilidade*. O que falta atualmente ao comunismo, que cresce magnificamente, sobretudo nos países adiantados, é essa consciência e o acerto para aplicá-la na prática.

Poderia (e deveria) ser uma lição útil o que ocorreu com os chefes da II Internacional, tão eruditos e tão fiéis ao socialismo como Kautsky, Otto Bauer e outros. Compreendiam perfeitamente a necessidade de uma tática flexível, haviam aprendido e ensinavam aos demais a dialética de Marx (e muito do que foi feito por eles nesse terreno será sempre considerado como uma valiosa aquisição da literatura socialista); mas ao *aplicar* essa dialética incorreram num erro de tal natureza ou se mostraram na prática *tão afastados* da dialética, tão incapazes de levar em conta as rápidas modificações de forma e o rápido aparecimento de um conteúdo novo nas formas antigas, que sua sorte não é mais invejável que a de Hyndman, Guesde e Plekhanov. A causa fundamental de seu fracasso consiste em que "fixaram sua atenção" numa determinada forma de crescimento do movimento operário e do socialismo, esquecendo o caráter unilateral dessa fixação; tiveram medo de ver a brusca ruptura, inevitável em virtude das circunstâncias objetivas, e continuaram repetindo as verdades simples memorizadas e à primeira vista indiscutíveis: três é maior do que dois. Mas a política se parece mais com a álgebra que com a aritmética e mais ainda com as matemáticas superiores que com as matemáticas elementares. Na realidade, todas as formas antigas do movimento socialista adquiriram um novo conteúdo, razão pela qual surgiu diante das cifras um sinal novo, o sinal "menos", enquanto nossos sábios continuavam (e continuam) tratando teimosamente de persuadir-se e de persuadir todo mundo de que "menos três" é maior que "menos dois".

É preciso fazer com que os comunistas não repitam, só que em sentido contrário, esse mesmo erro, ou melhor, que *esse mesmo erro*, cometido, só que em sentido contrário, pelos comunistas "de esquerda", seja corrigido o mais cedo possível e curado rapidamente e com o menor sofrimento para o organismo. Não só o doutrinário de direita constitui um erro; o de esquerda também. Naturalmente, o erro do doutrinário de esquerda no comunismo é hoje em dia muito menos perigoso e grave que o de direita (isto é, do social-chovinismo e do kautskismo); mas isso é devido apenas a que o comunismo de esquerda é uma tendência novíssima, que acaba de nascer. Só por isso, a doença pode ser, em certas condições, curada facilmente e é necessário empreender seu tratamento com a máxima energia.

As formas antigas romperam-se, pois aconteceu de seu novo conteúdo - antiproletário, reacionário - adquirir um desenvolvimento desmedido. Do ponto de vista do desenvolvimento do comunismo internacional possuímos hoje um conteúdo tão sólido, tão forte e tão poderoso de nossa atividade (em prol do Poder dos Soviéticos, em prol da ditadura do proletariado) que pode e deve manifestar-se sob qualquer forma, tanto antiga como nova; que pode e deve transformar, vencer, submeter todas as formas, não só novas como também antigas, não para conciliar-se com estas, mas para saber convertê-las todas, as novas e as velhas, numa arma da vitória completa e definitiva, decisiva e irremissível do comunismo.

Os comunistas devem consagrar todos os seus esforços para orientar o movimento operário e o desenvolvimento social em geral no sentido do caminho mais reto e rápido para a vitória mundial do Poder Soviético e da ditadura do proletariado. Trata-se de uma verdade indiscutível. Mas basta dar um pequeno passo além - ainda que pareça um passo dado na mesma direção - para que essa verdade se transforme em erro. Basta dizer, como dizem os comunistas de esquerda alemães e ingleses, que não aceitamos senão um caminho, o caminho reto, que não admitimos manobras, acordos e compromissos, para que isso se torne um erro que pode causar, e em parte já causou e continua causando, os mais sérios prejuízos ao comunismo. O doutrinário de direita obstinou-se em não admitir senão as formas antigas e fracassou do modo mais completo por não ter percebido o novo conteúdo. O doutrinário de esquerda obstina-se em repelir incondicionalmente certas formas antigas, sem ver que o novo conteúdo abre seu caminho através de todas as espécies de formas e que nosso dever de comunistas consiste em dominá-las todas, em aprender a completar umas com as outras e a substituir umas por outras com a máxima rapidez, em adaptar a nossa tática a qualquer modificação dessa natureza, causada por uma classe que não seja a nossa ou por esforços que não sejam os nossos.

A revolução universal, que recebeu um impulso tão poderoso e foi acelerada com tanta intensidade pelos horrores, vilezas e abominações da guerra imperialista mundial e pela

situação sem saída que esta originou, essa revolução estende-se e aprofunda-se com rapidez tão extraordinária, riqueza tão magnífica de formas sucessivas, com uma refutação prática tão edificante de todo doutrinário, que existem todos os motivos para acreditar que o movimento comunista internacional se curará rapidamente e por completo da doença infantil do comunismo "de esquerda".

*27 de abril de 1920.*

# NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS E DOS CONSÓRCIOS CAPITALISTAS

V.I. Lênin

O partido do proletariado não pode propor-se, de modo algum, "implantar" o socialismo em um país de pequenas explorações camponesas, enquanto a imensa maioria da população não haja alcançado a consciência da necessidade de uma revolução socialista.

Porém só os sofistas burgueses que se entrincheiram atrás de tópicos "quase marxistas" podem deduzir deste axioma a justificativa de uma política que não fizesse mais que retardar a imediata aplicação das medidas revolucionárias plenamente maduras do ponto de vista prático, medidas *realizadas* não poucas vezes, no transcurso *da guerra, por toda uma serie de Estados burgueses* e peremptoriamente necessárias para lutar contra a completa desorganização econômica que nos ameaça e contra a fome iminente.

Medidas tais como a nacionalização do solo e de todos os bancos e consórcios dos capitalistas, ou pelo menos a implantação *de seu controle imediato* pelos soviets de deputados operários etc., que não significam, nem muito menos, a "implantação" do socialismo, devem ser defendidas incondicionalmente e realizadas, dentro dos limites do possível, por via revolucionária. Sem essas medidas, que não são mais que outros tantos passos dados no caminho para o socialismo, e perfeitamente realizáveis do ponto de vista econômico, não será possível curar as feridas causadas pela guerra nem impedir a iminente bancarrota; e o partido do proletariado revolucionário não retrocederá jamais ante o ataque aos lucros inauditos dos capitalistas e banqueiros, que se enriquecem precisamente *"na guerra"* de um modo particularmente escandaloso.

(Extraído do artigo *"As Tarefas do Proletariado em Nossa Revolução"*, escrito por Lênin em Petrogrado, em 10/04/1917)

**August Thalheimer<sup>1</sup>**

**OS PONTOS DO PROGRAMA:  
A ESTRATÉGIA E A TÁTICA DA INTERNACIONAL  
COMUNISTA**

*Esse texto é parte de um longo documento escrito por August Thalheimer, em julho de 1928, em crítica ao projeto de programa para o VI Congresso da Internacional Comunista, elaborado pela Comissão de Programa da IC.*

---

<sup>1</sup> Augusto Thalheimer: intelectual revolucionário alemão, fundador do grupo Spartakus e do Partido Comunista Alemão (juntamente com Rosa Luxemburgo, Franz Mehring, Brandler e outros). Participou da "Comissão de Programa" da 3ª. Internacional. A partir de meados dos anos 20, passa a compor uma oposição dentro da Internacional. Em 1929 rompe com o PCA e com o stalinismo, fundando a Oposição Comunista Alemã. Thalheimer morreu no exílio, em Cuba, em 1948.

## **SUMÁRIO**

***I. Generalidades***

***II. A questão da guerra***

***(...)***

***VIII. O que são as palavras de ordem de transição?***

***IX. As reivindicações parciais***

***X. Uma conclusão prática***



# OS PONTOS DO PROGRAMA: A ESTRATÉGIA E A TÁTICA DA INTERNACIONAL COMUNISTA

August Thalheimer

## I. Generalidades

Com este artigo, pretendo destacar algumas questões concernentes ao Projeto de Programa da Internacional Comunista, assinalar a insuficiência de algumas formulas, - as lacunas da análise teórica e a relevância da experiência prática dos partidos comunistas. Todavia, não é minha intenção substituir as fórmulas que me parecem insuficientes por outras fórmulas já totalmente acabadas. Isso porque a maior parte das fórmulas teóricas insuficientes aparece onde a análise do capitalismo do pós-guerra não foi suficientemente aprofundada. Não pretendo fazer cair do céu uma, duas ou três fórmulas. E acho que isso é impossível para todo aquele que queira agir conscientemente, mesmo possuindo mais ou menos talento ou formação. O "Manifesto Comunista" foi fruto de pelo menos cinco anos de estudos de dois dos maiores gênios teóricos que o socialismo possuiu até agora. Só nos daremos conta disso quando forem publicados por completo certos escritos de Marx e Engels anteriores a elaboração do "Manifesto Comunista", em especial a "Ideologia Alemã" e todos os primeiros estudos econômicos de Marx (esperamos todos com impaciência a continuação da grande edição Marx-Engels, sob a direção de nosso amigo Riazanov).

Lênin e Plekhanov também trabalharam anos inteiros fazendo estudos extremamente minuciosos para o programa de 1903 do partido russo. Os primeiros trabalhos de Lênin com essa intenção (primeiros projetos de programa) foram escritos já no final do ano de 1900. Só a correspondência de Lênin com Plekhanov e a redação do "Iskra" a respeito do programa enche todo um grande volume das obras de Lênin. Nesses escritos preparatórios, cada frase, cada palavra, é pesada e examinada muito escrupulosamente. Nós, que somos seus sucessores, temos também que trabalhar com o mesmo espírito de ciência e de crítica e a mesma seriedade.

Na qualidade de membro da Comissão do Programa, possivelmente eu poderia me contentar em formular no seu seio algumas questões, dúvidas e sugestões e algumas proposições. Não pude fazer isso por motivos de força maior e me vejo contrafeito de fazê-lo por escrito, mas não vejo nenhum obstáculo em fazê-lo oficialmente. Em sua carta de introdução a todos os partidos da IC, a Comissão do Programa escreveu:

*Com a publicação desse projeto de programa a Comissão, de acordo com e decisão do Comitê Executivo da IC, convida todos os camaradas a responder, através de artigos de crítica, de observações e de propostas concretas. A experiência do trabalho sobre o programa mostrou que é extremamente difícil abarcar num só documento todos os problemas do movimento comunista mundial contemporâneo. A questão do programa será uma das questões centrais do VI Congresso. É necessário que a IC receba materiais suficientes para o exame dessa questão no Congresso. E por isso a Comissão convida todos os camaradas a empreenderem uma discussão frutuosa sobre o Programa.*

Penso que isso concerne também aos membros da Comissão do Programa.

Parece-me ser mais do que necessário um vasto debate sobre a questão do Programa, para reanimar o interesse e a atividade teórica dos partidos da IC. Para enfrentar a diversidade e a complexidade das questões que o programa deve tratar, há igualmente grande necessidade de submetê-lo a um estudo da massa dos simples membros do Partido. É a eles e não aos sábios doutores que o programa é destinado, portanto, ele lhes deve ser compreensível e responder à suas questões. Em todas as discussões sobre o programa do partido russo, Lênin lembrava o grande valor da mais ampla participação dos simples membros do Partido. As experiências feitas nesses últimos tempos pela IC, publicando obras teóricas, demonstraram que, sobretudo junto aos mais jovens elementos do Partido,

existe já um vivo desejo de aprofundar as questões teóricas. Para satisfazer essa necessidade não basta que os membros do Partido sejam uma espécie de gravadores, é necessário que eles passem a ser colaboradores ativos e que contribuam com proposições deles mesmos.

Muitas outras razões importantes sublinham ainda essa necessidade. Em primeiro lugar, a luta cotidiana dos membros do Partido, que absorve a maior parte do seu tempo, exige igualmente uma atividade teórica e de princípio para que seu campo de visão não se restrinja, evitando assim seu escorregamento na rotina política diária e os perigos oportunistas ou esquerdistas que a acompanha. Em segundo lugar, é também necessário colocar em ordem nossa bagagem teórica para que ela seja assimilada no momento da ação revolucionária direta - não muito distante, esperarmos. Dentro dos períodos de crise revolucionária direta, é necessário que cada membro do Partido, que cada militante, possa resistir ao fluxo formidável das correntes de massa (lembro aqui a situação no momento de uma declaração de guerra), possam se orientar e colocar em campo sua iniciativa. Em terceiro lugar, é a maneira mais eficaz de se fazer face aos perigos de paralisia e mecanização burocrática dentro dos nossos partidos (sou da opinião de que a carta aberta do CC do partido russo aos seus membros deva ser atentamente examinada não só por seus membros como também dentro dos outros partidos da IC). Em quarto lugar, é preciso contar um pouco nesses próximos anos, no Ocidente, com o aporte de elementos marxistas e leninistas experimentados, saídos de meios intelectuais burgueses. Mas os intelectuais burgueses que nos procuram, mal informados sobre o marxismo, colocam sem cessar o perigo de uma confusão teórica. Devemos, sobretudo, recrutar os espíritos teoricamente mais destacados de nossa própria classe, entre as jovens camadas dos membros do Partido. Uma discussão ampla de princípio sobre o programa fará surgir, estou certo, dentro de cada grupo de células, dentro de cada grupo local, os jovens elementos do Partido capazes de se desenvolverem.

Infelizmente o tempo reservado para a discussão de preparação do programa é muito curto.

Em geral deve-se reconhecer, em se falando de um projeto de programa, que ele é um progresso sobre o projeto aprovado no V Congresso da IC, pelo fato do mesmo desenvolver toda uma série de questões que, dentro do intervalo, foram estudadas ou nitidamente esboçadas. Trata-se, em primeiro lugar, da nova fase do capitalismo do pós-guerra, qualificada de "estabilização relativa ou parcial" (seria melhor dizer passageira). Podemos agora ver com mais clareza quais são os traços particulares, simplesmente provisórios, locais, da crise do pós-guerra e sob qual ângulo os traços gerais do capitalismo mudaram. Temos agora um panorama histórico que nos fornece uma visão sobre o caminho percorrido pelo capitalismo desde 1914.

Ademais, existe uma documentação econômica formidável sobre o desenvolvimento da concentração capitalista, do capital monopolista e sobre as novas manifestações econômicas, sociais e políticas correlatas. Infelizmente, não temos ainda um estudo teórico suficiente sobre o qual um projeto de programa pudesse se basear. Por outro lado, a revolução chinesa, o movimento nacional na Índia, na Indonésia e nos outros países do Oriente, na América do Sul, nos permitem abordar com muito mais precisão, documentação e amplitude as questões relativas a isso, o que o II Congresso da IC não pôde fazer, à base da experiência anterior e do método marxista (as teses elaboradas por Lênin para o II Congresso da IC sobre a questão colonial são inteiramente justificadas; mas agora se trata de agrupar a experiência ulterior com igual nitidez e precisão). Enfim, a experiência ulterior de todos os partidos e o desenvolvimento da luta de classes dentro dos países capitalistas, como na Rússia Soviética, fez surgirem muitas outras questões e preparou sua solução, inteira ou parcialmente.

É bom constatar que essas experiências da ditadura do proletariado, da edificação do socialismo, da luta de classes no campo, das relações da Rússia Soviética com o mundo capitalista que a cerca, foram objeto de um capítulo especial. Isto possibilita que os outros partidos da IC aproveitem tais experiências, isso os permitem reconhecer a importância internacional desse desenvolvimento, dessas experiências e desses métodos, e de se defenderem contra a social-democracia, que fecha os olhos diante do valor internacional das experiências do primeiro estado proletário do mundo, que o filisteu cego apresenta como

inerentes ao barbarismo do estado atrasado da Rússia. Por outro lado, esse parágrafo se reveste ainda de uma importância especial, ao assinalar aos partidos comunistas, à classe operaria e aos trabalhadores da Rússia, os detalhes da edificação do socialismo que podem facilmente demarcar para um militante dentro de uma região qualquer, as grandes relações da luta internacional de libertação e as obrigações internacionais impostas por ela.

Este projeto, entretanto, se bem que muito mais rico que aquele do V Congresso é, assim, em muitas partes e questões que coloca, menos terminado e menos completo.

O principal objetivo das observações a seguir é o de assinalar lacunas do caráter inacabado da análise teórica e das expressões.

Não objetivarei mais do que as questões essenciais, sem me deter nas questões secundárias ou acessórias.

## **II. A questão da guerra**

(...)

## **VIII. A estratégia e a tática da Internacional Comunista: o que são as palavras de ordem de transição?**

Essa parte do programa parece ser a mais fraca do conjunto do projeto. Ao mesmo tempo, ela é a parte principal para os partidos da Internacional Comunista, que ainda têm como tarefa ganhar a maioria da classe operária para os princípios e para os objetivos do comunismo, quer dizer, que devem criar as condições ideológicas e de organização necessárias à luta pela ditadura do proletariado.

Tal tarefa se impõe para os partidos importantes da IC, tais como os partidos alemão, francês, inglês, italiano, polonês, tcheco etc.

Citei aqui os partidos comunistas que já são partidos de massa. Alguns partidos da IC não atingiram ainda esse nível, não são ainda partidos de massa, não mais que pequenos grupos, círculos restritos onde a propaganda é a atividade predominante. Outros partidos estão ainda no primeiro estágio, o dos círculos.

Naturalmente, os contornos não são rígidos, mas fluidos. Apesar disso, parece-nos útil fazer tal classificação. É particularmente nesse parágrafo que se ressentia da pouca colaboração dos partidos não russos ao projeto de programa. A experiência tática e estratégica de cada partido é muito mais rica, mais variada, mais precisa do que aparece nesse capítulo. Naturalmente, nesse ponto, o programa da Internacional não pode ser uma simples comparação, um simples balanço das experiências de cada partido. Ele deve representar o ponto de vista geral que se extrai dessas experiências táticas. Isto está de acordo com a famosa resolução do IV Congresso da IC, na qual houve uma ativa participação de Lênin. Está de acordo, igualmente, com o ponto de vista que eu então defendi. Eu não julgaria necessário assinalar isto, se certos camaradas não tivessem tentado deformar as idéias que eu então defendi (em nome do PCA e de acordo com ele). Basta comparar o texto dos discursos pronunciados e as resoluções votadas no IV Congresso para esclarecer esse assunto. Se isso for necessário, poderá ser feito. No momento, não estou de posse desses textos.

Evidentemente, teria sido preferível, para a elaboração desse capítulo, que os principais partidos da IC tivessem cumprido a tarefa que lhes foi designada há anos pela Executiva da IC, a saber: elaborar um programa de ação para seu país. Pelo que eu sei, apenas o partido italiano elaborou um programa de ação de duração prolongada. Nesse domínio, ele demonstrou uma maturidade que supera a média dos demais partidos.

No nosso partido alemão houve, como se sabe, hesitações para saber se um programa de ação a longo prazo seria compatível ou não com os princípios da IC. Defendeu-se o ponto de vista de que um programa de ação não deveria conter mais do que reivindicações

parciais ou quotidianas, "reivindicações mínimas", para empregar a expressão conhecida e mais antiga, de forma a poder ser retificado em 24 horas.

Creio que tal ponto de vista seja falso. Lembro novamente o pedido de que falamos, endereçada pela Executiva a cada partido, no sentido de elaborar um programa de ação. Sem dúvida, não se tratava de um simples resumo das reivindicações parciais quotidianas, já que estas devem ser modificadas a intervalos muito curtos, até mesmo no espaço de um dia, impossibilitando, dessa forma, a sua fixação concreta para um longo período. O programa de ação do partido italiano forneceu uma prova contra este ponto de vista, que é contrário também às decisões do III Congresso, no qual Lênin contribuiu de uma maneira decisiva. Ele é, enfim, contrário à concepção e à prática de Marx e Engels.

Entretanto, esse ponto de vista está de acordo com o Programa de Erfurt. É um retorno a um período já ultrapassado do movimento operário.

Chegamos então na questão das palavras de ordem de transição, em geral, e na de saber se estas palavras de ordem podem ser proclamadas nas situações que não são situações revolucionárias agudas.

Certos camaradas acusaram-me - assim ouvi dizer - de ter dado provas de uma incompreensão teórica extraordinária do sentido dado por Marx e Engels às palavras de ordem de transição. Segundo eles, na opinião de Marx e Engels estas palavras de ordem não poderiam ser proclamadas senão nas situações revolucionárias, durante uma convulsão revolucionária.

Alem disso, dentro do espírito de Marx e Engels, as palavras de ordem de transição são concebidas como palavras de ordem que só poderiam ser realizadas depois da conquista do poder pela classe operária.

Os camaradas que defendem o ponto de vista esboçado acima cometem um erro teórico grosseiro.

No "Manifesto Comunista", Marx e Engels falam de "*uma despótica violação do direito de propriedade e do regime burguês de produção*", ou seja, de medidas que economicamente parecem ser insuficientes e insustentáveis, mas que, no decorrer do movimento se superam e são indispensáveis como meio de revolucionar a produção inteira.

Que transição estas reivindicações e estas medidas devem rigorosamente consumir? Aquelas do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista. Que força essa transição deve colocar em movimento? A classe operária "organizada em classe dominante", que se ampara no "poder político", que "conquistou a democracia". Por democracia, sem dúvida, Marx e Engels entendiam ainda aqui a ditadura democrática de operários e camponeses, a democracia revolucionária jacobina e não a democracia parlamentar liberal.

Quais são as reivindicações e as medidas que Marx e Engels preconizam para serem realizadas após a conquista do poder?

O "Manifesto Comunista" diz a esse respeito:

*Estas medidas, bem entendido, serão naturalmente diferentes conforme os diferentes países.*

*Todavia, nos países mais avançados, as seguintes medidas poderão ser postas em prática, na sua quase totalidade:*

- a. Expropriação da propriedade latifundiária e destinação da renda da terra em proveito do Estado;*
- b. Imposto fortemente progressivo;*
- c. Abolição do direito de herança;*
- d. Confisco das propriedades de todos os emigrados e de todos os rebeldes;*
- e. Centralização do crédito nas mãos do Estado através de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo;*

- f. *Centralização nas mãos do Estado de todos os meios de transporte;*
- g. *Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras não cultivadas e melhoramento das terras cultivadas, através de um plano coletivo;*
- h. *Obrigatoriedade do trabalho para todos, organização de exércitos industriais, especialmente para a agricultura;*
- i. *Articulação do trabalho agrícola e do trabalho industrial, no sentido de fazer desaparecer gradualmente as contradições entre cidade e campo;*
- j. *Educação pública e gratuita para todas as crianças; abolição do trabalho de crianças nas fabricas tal como é praticado hoje; articulação da educação com a produção material, etc.*

Como se deve salientar antes de tudo, trata-se aqui exclusivamente de medidas de transição depois da conquista do poder pela classe operária. São, portanto, em sua maior parte, reivindicações finais (com exceção do "imposto fortemente progressivo" que, entretanto, tem aqui também um sentido revolucionário).

No espírito da teoria tática do III Congresso da IC, as palavras de ordem de transição são diferentes, tanto por suas próprias características, quanto pelo período histórico. São palavras de ordem que, durante a luta pelo poder, isto é, durante um período revolucionário agudo, se impõem e são, em parte, realizadas antes mesmo que a classe operária instaure seu poder de Estado. Mas é um período em que ela já tem condições de destruir, num certo número de regiões, embora ainda não de forma centralizada, a dominação capitalista na produção, reforçando assim seu próprio poder de classe. A realização dessas medidas, a despeito da resistência burguesa, e o esforço para quebrar essa resistência, colocam a questão do poder em toda a sua amplitude. A resistência burguesa coloca a classe operária frente à alternativa: ou bem perder completamente as conquistas parciais ou ir adiante.

Na Rússia dos Soviéticos, em 1917, as principais dessas palavras de ordem foram: o controle operário e o armamento dos operários.

Constituído o poder do Estado proletário, essas palavras de ordem ficam ultrapassadas, porque se vai mais longe. Vai-se além do controle da produção pelos operários, passando-se à expropriação completa dos meios de produção capitalistas e à direção das empresas pelos órgãos de poder do Estado. O controle operário se reveste então de novas formas, tornando-se um fator subordinado. Ao mesmo tempo, ele se generaliza. O armamento do operariado no curso da luta pelo poder será substituído pelo desarmamento da burguesia e o armamento dos operários decretado pelo Estado. Os guardas vermelhos serão substituídos pelo Exército Vermelho.

Simplesmente deixou-se confundir pela pequena expressão "medidas de transição", no espírito do "Manifesto Comunista" e "palavras de ordem de transição", no espírito do III Congresso. Em ambos os casos, tratam-se na essência de *transições diferentes* e, portanto, de períodos de luta diferentes. Num caso, trata-se de medidas tomadas pela Revolução proletária vitoriosa, noutro, de palavras de ordem de ação da classe operária que combate pelo poder. Se considerarmos somente a palavra "transição" sem levar em conta de onde e para onde é a transição, então a transformação da sociedade socialista em sociedade comunista é também uma "transição", com suas medidas, suas palavras de ordem, seus aspectos transitórios correspondentes. No primeiro caso, trata-se do período da ditadura do proletariado; no segundo caso, da fase da tomada do poder. Mas as palavras de ordem finais, assim como as palavras de ordem de transição, são palavras de ordem de propaganda antes de serem palavras de ordem de ação.

Notadamente na propaganda, as palavras de ordem finais e as palavras de ordem de transição devem estar ligadas entre si; as palavras de ordem finais devem resultar das palavras de ordem de transição.

As reivindicações do segundo gênero, a saber, as palavras de ordem de transição, não estão contidas no "Manifesto Comunista", mas nas dezessete reivindicações formuladas pelas autoridades centrais da Liga dos Comunistas, em março 1948, quer dizer, assim que a

revolução foi deflagrada e, mais tarde, na célebre carta-circular do Comitê Central, em março de 1850, ou seja, depois da derrota da revolução alemã, quando a onda reacionária estava em seu auge e se esperava um novo fluxo revolucionário.

Esta circular dizia que, naturalmente, no começo do movimento os operários não podem ainda propor medidas diretamente comunistas. Mas eles poderão obrigar os social-democratas a intervir de todas as maneiras possíveis contra a ordem social para dificultar o curso normal, comprometendo-se ainda eles próprios a concentrar o maior número possível de forças produtivas, meios de transporte, ferrovias, etc.

Marx e o Comitê Central estavam enfocando, nesse caso, a transição da revolução burguesa para a revolução proletária e, ao mesmo tempo, as reivindicações dos operários na luta pelo poder.

É compreensível que as palavras de ordem formuladas aí não se adaptem à Alemanha de hoje, que tem por trás de si a revolução burguesa (ainda que esta tenha deixado uma série de imundícies, com o estatismo individual, a justiça degradada por vestígios do tempo do absolutismo dos príncipes etc), e diante de si a revolução proletária ou socialista, que é o passo seguinte.

Não se trata para nós aqui senão de notar o caráter geral das "palavras de ordem de transição" na fase da luta da classe operária pelo poder e de distingui-las das medidas transitórias no sentido do "Manifesto Comunista" que, na realidade, são palavras de ordem finais. Porém, os camaradas que procuram encontrar em mim um erro teórico incompreensível, eles mesmos é que o cometem, ao confundir coisas diferentes:

- 1) As palavras de ordem de transição com as medidas de transição no sentido do "Manifesto Comunista", que são palavras de ordem finais;
- 2) As palavras de ordem tornam-se efetivas, transformando-se em ação, numa situação diretamente revolucionária, ou seja, no decorrer da luta da classe operária pelo poder. Palavras de ordem tais como nós as concebemos foram formuladas e propagadas por Marx e Engels no início de uma fase revolucionária aguda, no momento em que explodia a revolução; e depois de 1850, num período de profunda reação, de refluxo da revolução.

As coisas tornam-se mais claras se considerarmos a situação na qual foi escrita a circular das autoridades centrais antes de 1850. Foi um período "entre duas revoluções". A revolução fora derrotada provisoriamente. A reação estava no poder, e Marx e Engels esperavam uma nova onda revolucionária com uma nova crise econômica. Mas esta nova onda revolucionária não havia ainda chegado. As palavras de ordem de transição da carta não deveriam, naturalmente, ser escondidas dos membros da Liga dos Comunistas até que fosse deflagrada a nova sublevação revolucionária, mas mesmo antes disso ocorrer, elas deveriam ser propagandeadas na classe operária. A carta não teve apenas por objetivo desenvolver as perspectivas das novas lutas revolucionárias diante dos membros, de lhes traçar as diretrizes de principio da estratégia e da tática revolucionárias, mas também fazer penetrar a propaganda dos comunistas na classe operária. Através dessa propaganda, os comunistas deveriam preparar a classe operária para as lutas revolucionárias iminentes. Fazer a propaganda da luta pelo poder apenas quando esta tenha começado é dar provas de reboquismo. Esse era um traço típico dos mencheviques liquidacionistas e de Trotsky nos anos da reação, na Rússia depois de 1907. Os liquidacionistas não queriam tomar conhecimento senão de palavras de ordem principais que supusessem um regime czarista com alguns acessórios liberais. Aos olhos deles, a mais importante reivindicação que proclamavam era a de liberdade de coalizão. Lênin foi contrário a eles e defendeu que uma segunda revolução era necessária e que, em consequência, devia-se formular palavras de ordem revolucionárias sem restrição alguma.

São as três palavras de ordem conhecidas: república democrática, jornada de oito horas, terra das propriedades fundiárias aos camponeses. As palavras de ordem leninistas foram defendidas nas grandes greves de 1912.

Eu pensei que essas coisas elementares fossem do conhecimento de todos. Foi visivelmente um erro.

Passemos ao século XX.

Lênin examina a questão das palavras de ordem de transição em "Doença Infantil do Comunismo", onde ele fala das medidas ou palavras de ordem não completamente comunistas, destinadas a atrair a maioria do proletariado e dos trabalhadores à vanguarda revolucionária (já ganha). Isto foi escrito em 1920. Lênin era suficientemente prudente e circunspeto para não fixar um termo em torno do qual a maioria da classe operária e dos trabalhadores deveria ser ganha para a vanguarda revolucionária. Fica claro, em todo caso, que as palavras de ordem de transição, segundo Lênin, deviam ser propagadas num momento onde o Partido Comunista ainda não tinha a maioria da classe operária e dos trabalhadores, em situações revolucionárias em geral, mas que não são ainda situações revolucionárias agudas.

Isso fica ainda mais claro se considerarmos o III Congresso da IC.

Examinemos o informe de Radek sobre a tática. O que Radek formulava não era naturalmente seu ponto de vista pessoal, mas o dos camaradas dirigentes russos, de Lênin em primeiro lugar.

Os seguintes pontos de vistas gerais foram desenvolvidos a propósito das palavras de ordem de transição:

As reivindicações mínimas formuladas nos programas da Social-democracia de antes da guerra eram *"um sistema de reivindicações que deveriam melhorar a situação da classe operária sobre a base do capitalismo, que deveriam armar a classe operária contra as tendências de opressão do capitalismo"*.

Rosa Luxemburgo numa polémica contra Sombart fixou o caráter da verdadeira função do programa social-democrata (mínimo) dizendo:

*No fundo nós somente lutamos para que a mercadoria força de trabalho seja vendida por seu verdadeiro preço, para que o operário receba o salário que o permita reproduzir sua força de trabalho.*

O programa social-democrata mínimo, do ponto de vista econômico restringe-se aos quadros das formas econômicas capitalistas; do ponto de vista político, permanece dentro dos limites do Estado burguês democrático, das *"ladainhas democráticas conhecidas no mundo inteiro"*, como as chama Marx em sua "Crítica ao Programa de Gotha". A condição objetiva indispensável para isso era que a Social-democracia contava com *"um período ainda longo da existência da sociedade capitalista"*.

O programa mínimo da Social-democracia de antes da guerra formulava reivindicações *"que poderiam ser conquistadas no interior da sociedade capitalista, mas que desempenhavam uma função revolucionária, porque muitas vezes a sociedade capitalista se opunha a essas reivindicações, acessíveis nos seus marcos e indispensáveis para a classe operária"*.

Nesse ponto deveríamos ter acrescentado que o efeito revolucionário das reivindicações políticas mínimas, por exemplo, no Programa de Erfurt, devia-se ao fato de que aqui, a revolução burguesa enalhou no meio do caminho. Na Alemanha de Bismarck-Hohenzollern, a palavra de ordem de república parlamentar burguesa deveria ter, naturalmente, um efeito revolucionário. Como se sabe, ela não constou do Programa de Erfurt, supostamente por motivos de segurança. Na verdade, não era só isso, como demonstraram a oposição à proposta de fazer propaganda da república, feita por Rosa Luxemburgo (1910), e posteriormente (1918), as tentativas social-democratas de salvar a monarquia, mesmo nos seus momentos finais. No congresso de fundação do KPD (Liga Spartacus), no final de dezembro de 1918, Rosa Luxemburgo declarou: *"Para nós agora não há programa mínimo, nem programa máximo, é um único e idêntico programa - o socialismo-, esse é o mínimo que temos que conquistar hoje."*

No programa da Liga Spartacus, esse mínimo e máximo foi proposto como: *"todo o poder aos conselhos operários, armamento do proletariado, cancelamento dos débitos estatais, ocupação das fábricas"*, etc.

Radek comentava:

*Em que situação surgiu esse programa? Os conselhos operários eram o poder supremo na Alemanha. Formalmente, a classe operária tinha o poder em suas mãos. E a tarefa da Liga Spartacus consistia em dizer a esses conselhos operários precisamente em que se fundava o poder da classe operária, e nada mais.*

Prosseguia Radek:

*É evidente que agora não vivemos mais aquela situação. A burguesia detém o poder. O primeiro assalto da classe operária no período de desmobilização foi repellido. A revolução proletária está agora apenas germinando.*

Qual é a conseqüência?

*É principalmente esta: devemos tentar orientar toda luta relativa a aumento salarial, relativa a horas de trabalho, contra o desemprego no sentido do objetivo intermediário do controle da produção, não do sistema de produção, cujo controle o governo exerce, estabelecendo leis, e que o proletariado deve então respeitar, pelas quais o operário não deve roubar, e o capitalista deve cuidar que o operário trabalhe. Controle da produção significa educação na luta proletária, todas as organizações fabris serem eleitas, suas conexões locais e distritais por grupos industriais na luta proletária.*

A segunda palavra de ordem formulada por Radek era o "armamento do proletariado, o desarmamento da burguesia".

Ele tira daí a seguinte conclusão geral:

*Ainda seria possível citar muitas outras dessas palavras de ordem. Eu não o farei. Elas surgem da luta prática. O que podemos dizer para vocês, o que damos por palavra de ordem geral, por diretriz geral, é de não se opor, em todas as lutas do proletariado, ao objetivo pelo qual lutam as massas, mas sim de reforçar a luta das massas por sua necessidade prática, de alargar, de ensinar a essas massas a nutrir desejos mais elevados: o desejo da conquista do poder.*

Citarei ainda a seguinte frase desse discurso:

*O trabalho de preparação não é oposto ao trabalho de agitação (...). A luta é uma agitação revolucionária, é uma propaganda revolucionária; a luta é composta pelas organizações ilegais, a educação militar do proletariado, a escola do Partido, as manifestações, a insurreição.*

As teses do III Congresso sobre a tática resumem em seguida o conteúdo desse discurso:

*Eis aqui o resultado geral: os partidos comunistas não colocam para o combate um programa mínimo tendente a fortalecer e melhorar o edifício vacilante do capitalismo. A ruína desse edifício é seu objetivo diretor, sua tarefa atual; mas para preencher essa tarefa, os partidos comunistas devem difundir reivindicações cuja realização constitui uma necessidade urgente para a classe operária e devem defender suas reivindicações no seio da luta de massas sem se incomodar em saber se elas são ou não compatíveis com a exploração usurária da classe capitalista.*

*Os partidos comunistas devem levar em consideração não apenas a capacidade de existência e de concorrência da indústria capitalista, não apenas a força de resistência das finanças capitalistas, mas a extensão da miséria que o proletariado não pode e não deve suportar. Se tais reivindicações respondem as necessidades vitais das largas camadas do proletariado, se estas massas estão penetradas pelo sentimento de que sem a realização dessas reivindicações sua existência é impossível, então a luta por tais reivindicações se tornará o ponto de partida da luta pelo poder. No lugar do programa mínimo dos reformistas e dos centristas, a IC conduz a luta pelas necessidades concretas do proletariado, por um sistema de reivindicações que no seu conjunto destruam o poder da burguesia, organizem o proletariado e constituam etapas da luta pela ditadura proletária, onde cada uma em particular seja a expressão de uma necessidade das grandes massas, mesmo que estas massas não se coloquem ainda conscientemente no terreno da ditadura do proletariado. (Parágrafo 5, pg.52).*

*Na medida em que as lutas pelas reivindicações parciais ou as lutas parciais dos*



*diversos grupos de operários aumentem e se transformem em uma luta geral da classe operária contra o capitalismo, o Partido Comunista tem o dever de pronunciar palavras de ordem mais elevadas e mais gerais até aquela da derrubada direta do adversário.*

*Estabelecendo suas reivindicações parciais, os partidos comunistas devem cuidar para que estas reivindicações, tendo sua base nas necessidades das grandes massas, não se limitem a treinar as massas na luta, mas que sejam, por si só, capazes de organizá-las.*

*Todas estas palavras de ordem concretas, tendo suas raízes nas necessidades econômicas das massas operárias, devem ser introduzidas no plano da luta pelo controle operário, que não será um sistema de organização burocrática da economia nacional sob o regime capitalista, mas a luta contra o capitalismo conduzida pelos soviets industriais e sindicatos revolucionários. (pg. 33).*

*As exigências de ação que logo serão impostas ao Partido Comunista Unificado da Alemanha pelo processo de destruição da economia alemã, pela ofensiva do capital contra as condições de existência das massas operárias, não poderiam ser satisfeitas a menos que o Partido, longe de opor seus objetivos de agitação e organização aos seus objetivos de ação, tenha sempre vigilante o espírito de combatividade na sua organização, dê à sua agitação um caráter realmente popular, revista sua organização de uma forma que a coloque na medida certa, desenvolvendo sua ligação com as massas, avaliando de forma mais atenta a situação da luta e preparando não menos atentamente esta luta. (4º parágrafo das Teses e Resoluções do III Congresso da IC, pg.50).*

Entre o início da luta pelo poder da classe operária e das classes que lhe são aliadas, à entrada no período revolucionário agudo e seu término provisório pela conquista do poder e a instauração do poder dos soviets (fim provisório porque após a instauração do poder dos soviets a luta contínua pela sua manutenção), desenvolve-se o período da luta pelo poder propriamente dito. Isto alguns camaradas "se esquecem". Em 1917, na Rússia, a luta da classe operária pelo poder durou de março a outubro, ou seja, oito meses. Seu ponto de partida foi a "diarquia", a existência simultânea do poder do Estado burguês democrático (governo Kerensky), e dos Conselhos de operários, de camponeses e de soldados, que realizavam sob uma forma particular a ditadura democrática dos operários e dos camponeses. Seu ponto final foi a instauração do poder dos soviets em outubro, a destruição e a abolição do aparelho de Estado burguês democrático.

Os aspectos mais importantes contidos nessa resolução são:

- 1) O aparecimento dos conselhos de deputados operários, camponeses e soldados, órgãos de combate das classes revolucionárias, em luta contra os órgãos da democracia burguesa e finalmente vitoriosos. Tal vitória transforma os conselhos em órgãos de poder do estado proletário.
- 2) O armamento e as lutas armadas dos operários, camponeses e soldados, a desagregação e a destruição do exército czarista, enfim a insurreição armada, a vitória dos operários, camponeses e soldados e a formação da guarda vermelha, a criação do exército vermelho.
- 3) O controle operário onde os patrões são ainda os proprietários das empresas do ponto de vista formal, mas subordinados ao controle e a direção dos conselhos de fábrica. O ponto final é a conquista do poder, a expropriação das grandes empresas pelo Estado operário; paralelamente, extensão sistemática do controle operário, que se reveste agora de um caráter totalmente diferente: o patrão proprietário é substituído pelo Estado operário proprietário e diretor da fábrica. O controle operário é então colocado sob a direção dos soviets, que se generaliza e se transforma.
- 4) A apropriação local, direta, e espontânea das terras da grande propriedade fundiária pelos camponeses; o ápice aqui é o decreto sobre a nacionalização da

terra, a expropriação geral da grande propriedade fundiária pelo Estado dos soviets.

Estes oito meses são, ao mesmo tempo, a transição ou a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução proletária socialista.

Não há nenhuma dúvida que Marx e Engels não tinham somente a idéia de medidas de transição após a conquista do poder do Estado, após a instauração da ditadura revolucionária democrática dos operários e dos camponeses (tais como se encontram no "Manifesto Comunista"), mas que elas objetivavam também as palavras de ordem de transição para o período precedente, o da conquista do poder. (Engels em 1847, as dezessete reivindicações de Marx em 1848, a circular do Comitê Central de 1850).

As circunstâncias que então reinavam na Alemanha, eram as de uma passagem da revolução democrático-burguesa à revolução proletária socialista.

Na Alemanha contemporânea, que ultrapassou o estágio da revolução democrático-burguesa, o período da luta dos operários e das classes a eles aliadas e por eles conduzidas para a conquista do poder não será mais, naturalmente, uma transição da revolução democrático-burguesa à revolução socialista proletária. As diferentes etapas da revolução burguesa e da revolução proletária, que para a Rússia se estendem do período de 1905-1906 a 1917, quer dizer, por doze anos, se encadeiam na Alemanha por mais de setenta anos (a revolução burguesa na Alemanha começou em 1848 e terminou em 1919; simultaneamente abre-se, em 1918, o período da revolução proletária).

Mas é certo que também na Alemanha, e em outros países onde as condições econômicas são as mesmas, a luta pelo poder da classe operária e de seus aliados se estenderá por um certo período e não constituirá apenas em fator efêmero. Hoje já se pode fixar os seguintes traços essenciais:

- a) A formação de conselhos operários (de pequenos camponeses e eventualmente de soldados) como órgãos da luta contra os órgãos do poder de Estado burgueses.
- b) O armamento dos operários e sua luta armada, a decomposição e finalmente a destruição das forças militares e policiais burguesas e de outras forças armadas da burguesia.
- c) A conquista pelos operários, sobre o patronato, de novos postos dirigentes na produção, o controle operário e, em parte, a gestão das fábricas pelos operários; em parte, provavelmente também, o afastamento e fuga dos patrões capitalistas de suas "fábricas".
- d) Provavelmente também a expropriação local das terras dos grandes proprietários fundiários e dos grandes camponeses pelos trabalhadores rurais, o proletariado semiagrícola, os camponeses pobres e a camada inferior dos médios camponeses.

Deve-se notar a existência deste período e compreender que aí são necessárias algumas palavras de ordem e medidas especiais.

Quais são estas palavras de ordem?

Tomemos, por exemplo, a palavra de ordem da apropriação local das terras dos grandes proprietários e dos grandes camponeses pelos trabalhadores rurais, o proletariado semiagrícola, os camponeses pobres e uma parte dos camponeses médios. Será esta uma palavra de ordem parcial? Não. É mais do que isso. Ela ultrapassa já os limites da ordem burguesa.

Será uma palavra de ordem final? Ainda não. É menos que isso. Uma palavra de ordem final seria a expropriação do grande proprietário de terra (e do grande camponês) e a absorção dessas terras pelo Estado soviético.

Temos aí um tipo de palavra de ordem de transição. Há toda uma série delas, das quais algumas podem ser previstas e outras não.

Segundo exemplo. A palavra de ordem dos soviets. Eles surgirão numa situação revolucionária aguda, num período mais ou menos longo. Serão órgãos de luta da classe

operária e de seus aliados antes de se tornarem em órgãos de poder. A palavra de ordem final é o poder dos sovietes: "Todo o poder aos sovietes!" Mas o que é a palavra de ordem do "governo operário e camponês?" Não é certamente uma palavra de ordem democrático-burguesa. Ela já ultrapassa os limites do Estado burguês. Não é, portanto, uma palavra de ordem parcial ou de reforma, ou uma palavra de ordem do programa mínimo. É uma palavra de ordem revolucionária. Seria já uma palavra de ordem final do poder soviético acabado? Será seu "sinônimo" ou seu "pseudônimo"? Dois nomes ou duas palavras de ordem para a mesma coisa é demais. Novamente trata-se de uma palavra de ordem de transição para a luta pelo poder: o poder dos sovietes ou o Estado dos sovietes, sob uma forma inacabada, transitória. (Por exemplo, na Rússia depois de 7 de novembro até a dissolução da Constituinte e a ruptura da aliança do Partido Comunista com os Socialistas-Revolucionários de esquerda nos sovietes).

Eis ainda um tipo de palavra de ordem de transição ou de uma medida de transição no sentido aqui apresentado.

Alem disso, deve-se notar que essa fase da luta deve ser preparada por um trabalho de *agitação, de propaganda e de organização*, ou seja, que as palavras de ordem de transição devem ser difundidas antes mesmo que comece a luta pelo poder, até que elas se tornem, e para que elas se tornem, palavras de ordem de ação nessa luta.

São as circunstâncias concretas que determinarão quais palavras de ordem de transição deverão ser formuladas e em que momento da luta direta pelo poder; mas será preciso examinar cada caso isoladamente. Em outras palavras, a tarefa é de impulsionar as massas na luta pelo poder.

Essa tarefa, que Lênin em 1920 viu como a tarefa essencial dos partidos comunistas nos principais países, surgiu num momento em que o capitalismo estava ainda mais fortemente abalado do que agora e poderia ser liquidado num período relativamente mais curto.

Hoje, as circunstâncias objetivas mostraram que será necessário um tempo mais longo. Mas a natureza dessa tarefa continua a mesma.

Negligenciar ou "esquecer" e eliminar pelo raciocínio essa tarefa é cometer um grave erro teórico e político. É desconhecer as condições subjetivas necessárias à realização das palavras de ordem de transição. É esquecer o papel do Partido Comunista como guia da classe operária, que deve conduzir seus passos. É fazer uma "política reboquista", ficando atrás do movimento das massas, como na famosa estratégia de exaustão de Kautsky.

Resumindo brevemente:

- a) Não é admissível que se restrinja a um programa mínimo como o da Social-democracia de antes da guerra, que ficava nos quadros da ordem capitalista e do Estado democrático-burguês, numa época em que o capitalismo atravessa uma crise revolucionária e onde o Estado democrático já existe de fato em tal país.
- b) É também inadmissível se contentar com palavras de ordem finais num período onde o capitalismo atravessa uma crise revolucionária, mas quando a classe operária não luta diretamente pelo poder a burguesia está consolidada no poder por um período mais ou menos longo.
- c) Num período como o mais recente, a tarefa consiste, paralelamente à propaganda das palavras de ordem de agitação, na propaganda e organização de lutas por reivindicações, através de palavras de ordem de transição.

Umás e outras deverão ser formuladas com base no estágio concreto da luta.

Em qual fase nos encontramos atualmente? Não é no primeiro período da luta, no período do capitalismo ainda não abalado. Com razão, o projeto de programa fala da crise geral do capitalismo, que caracteriza todo o período atual. Mesmo quando a crise específica do pós-guerra foi liquidada, a crise geral do capitalismo persistiu. Esta crise já foi provada pelo fato de que no interior do mundo capitalista se encontra um oásis, a Rússia dos Sovietes, que se desenvolve e onde as formas econômicas socialistas governam.

O capitalismo mundial do ano de 1928 difere do de 1921 ou do III Congresso da I.C.? Sem

dúvidas. Entrementes, o capitalismo se reforçou (mas também a Rússia Soviética e a I.C.). Mas a situação se difere em seus caracteres fundamentais que determinam a proclamação e a propagação das palavras de ordem de transição? Não.

O que acontecerá? Podem ocorrer duas coisas:

1) A crise geral do capitalismo que continua motiva hoje, como em 1921, a necessidade do se formular e de propagar as palavras de ordem de transição.

2) O triunfo sobre a crise particular do capitalismo no pós-guerra, a "estabilização relativa do capitalismo" sobre uma nova base, exige que as palavras de ordem de transição sejam adaptadas à nova situação e que tenham um conteúdo novo e novas formas, que sejam colocadas novas formas para sua utilização, etc. Trata-se, portanto, de não se repetir simplesmente as velhas formulas ou reproduzir as velhas formas.

Eu me contento aqui com este resultado geral. Não iríamos muito longe se examinássemos aqui uma dessas palavras de ordem de transição, como o controle da produção, seu possível conteúdo atualmente num país como a Alemanha ou a Itália, suas formas de propaganda adequada à situação, sua relevância no domínio da organização.

O programa deve expor claramente o que são as palavras de ordem de transição, em que condições elas devem ser difundidas, quando elas se tornam palavras de ordem de ação.

Tais questões, levantadas no movimento, devem encontrar no programa uma resposta clara e precisa, sob uma forma geral.

O Partido Comunista italiano, em suas últimas teses sobre a situação na Itália e as tarefas do Partido, formula um certo número de palavras de ordem de transição.

É dito nessas teses:

*Com esse objetivo, são necessárias também palavras de ordem políticas gerais e parciais do tipo democrático. Que significa "tipo democrático"? Se nós quisermos nos limitar a mostrar às massas não proletárias e à parte mais atrasada do proletariado que é impossível um retorno às velhas formas políticas da democracia na fase atual do capitalismo na Itália, conseguiremos a muito custo convencer apenas pequenas camadas. Ao contrário, os partidos social-democratas, que baseiam unicamente sua agitação na restauração da democracia como condição necessária ao desenvolvimento gradual da luta de classes, conservariam sua influência sobre as massas, mas as conservariam sob o jugo do capitalismo. De que maneira conseguiremos convencer a maioria das massas populares de que a luta pela democracia é uma luta contra o capitalismo e pela derrubada do poder do capitalismo? Ligando seu movimento econômico à luta pelas reivindicações políticas parciais, cujo objetivo seja próprio para colocar as massas em movimento. No curso desse movimento, as massas constatarão que a conquista dos objetivos democráticos se chocam com a resistência do regime. Então, a derrubada do regime capitalista e a luta pelo poder lhes aparecerão sob uma forma concreta, equivalente à luta pela democracia. Naturalmente, o movimento por si só não basta para atingir tal objetivo. A condição para que o movimento tenha uma direção proletária é que o Partido consiga, através da sua propaganda ativa, tomar a frente do movimento de massas, ganhar o proletariado para suas idéias e influenciar ideologicamente as classes trabalhadoras não proletárias.*

*As palavras de ordem que nós empregamos são do "tipo democrático" (no sentido da democracia burguesa) porque o objetivo que elas contem não implicam numa queda prévia do regime capitalista. Nas elas não podem ser realizadas sem que se ponha em marcha uma revolução popular, no curso da qual a identidade da luta pelo governo operário e camponês com a luta pela queda do regime capitalista e a luta pela democracia aparecerá para as massas com mais evidência do que nunca.*

*Às palavras de ordem de caráter democrático pertence a palavra de ordem política geral de agitação de nosso Partido, que contem os três pontos seguintes:*

- a) A Assembléia Republicana, à base dos comitês de operários e camponeses;*
- b) O controle operário da indústria e dos bancos;*

c) *A terra para os camponeses.*

*De fato, a luta pela Assembléia Republicana, pelo controle operário, pela terra para os camponeses, parece se identificar com a luta pela democracia radical, mas que não é ainda a democracia proletária. Mas esta palavra de ordem não pode se cristalizar na forma do poder. A um dado momento da luta, a correlação de forças será modificada a tal ponto que tornará impossível a convocação de uma assembléia de representantes de delegados operários e camponeses. Quer dizer, os comitês de operários e camponeses terão tomado a primazia sobre as forças do Estado. É neste momento que a palavra de ordem do governo operário e camponês torna-se atual e concreta.*

*A palavra de ordem política geral da Assembléia Republicana, etc, dá à luta antifascista a direção que ela deve ter para ser vitoriosa; Ela realiza a ligação entre a necessidade da luta 'democrática' das camadas não proletárias e a necessidade da direção de classe que deve ter a luta antifascista. (Lo Stato Operario, ano II, n 3, março, 1928).*

O Partido Comunista Italiano mostra, por estas linhas, que ele procura ter uma idéia clara da estratégia de classe que conduz à luta pelo poder e desta mesma luta. Não se trata aqui de examinar se estas propostas, em seus detalhes, são susceptíveis de serem melhoradas. De qualquer modo, o partido italiano, ao formular essas propostas, mostra que compreendeu a tarefa fixada por Lênin na "Doença infantil do Comunismo": apontar o cominho concreto que impulsiona as massas para a revolução.

Na Alemanha, o ponto estratégico onde se encontram todas as classes exploradas é diferente, por causa de condições diferentes. É a luta contra os trustes e o aparelho do Estado que eles dominam.

### **IX. As reivindicações parciais**

Que são "reivindicações parciais" e "palavras de ordem parciais" (reivindicações imediatas, palavras de ordem imediatas)? Este conceito foi primeiramente fixado dentro das teses sobre a tática do III Congresso da IC. Ele está estreitamente ligado ao conceito das "lutas 'parciais'". As lutas parciais são aí compreendidas como antítese da luta pelo poder. De onde vem este novo conceito que os programas socialistas ignoravam antes? É sem nenhuma dúvida que, com isso, surgiu a idéia de que num período onde as ondas revolucionárias crescem, mesmo as escaramuças de lutas, as greves, as manifestações, etc, têm um outro significado do que nos períodos onde a ordem capitalista e o Estado burguês não estão ainda enfraquecidos. Isto estaria ligado ao fato de que em tal momento as escaramuças, as pequenas lutas, por mais insignificantes, podem se transformar com maior rapidez em lutas pelo poder. Se analisarmos as lutas revolucionárias num lapso de tempo maior, de modo que elas não sejam ainda as lutas diretas pelo poder, elas são, quando menos, elementos da luta pelo poder. Numa época revolucionária todos os aspectos da luta transformam-se com maior rapidez uns nos outros. Uns surgem dos outros: a luta econômica se transforma em luta política ou se funde com esta; as lutas políticas, em certos pontos de contato, se transformam de novo em lutas econômicas. Com a mesma rapidez os elementos gerais da luta de classes se transformam uns nos outros: a agitação, a propaganda, a organização, a luta verdadeira em suas diferentes formas.

Todos estes aspectos, que são tacitamente a base das lutas parciais, das reivindicações parciais, das palavras de ordem parciais, devem ser expressos dentro do projeto do programa.

Com isto subsiste naturalmente o caráter geral das reivindicações e palavras de ordem parciais: que os marcos da ordem capitalista o do Estado burguês não são ainda ultrapassados.

Mas se o fluxo revolucionário decresce, se uma estabilidade relativa do capitalismo se estabelece, esta transformação dos aspectos, domínios e elementos da luta de classes se torna mais lenta e se modifica, tornando-se mais difícil.

A transformação dos diferentes aspectos da luta de classes, uns nos outros, sobretudo do

aspecto econômico (sindical) no aspecto político, é um conceito de tática da mais alta importância. Ele deve ser expresso o mais nitidamente porque são encontradas a esse respeito idéias as mais confusas, que praticamente têm graves conseqüências para os nossos partidos.

A experiência de algumas seções nos mostrou, nesses últimos tempos, dois desvios de ordem oposta que praticamente se completam fraternalmente: um, que pode ser chamado "desvio de esquerda", vê em cada luta operária (greve, lockout, etc) algo que, no seu nível, o Partido pode canalizar para a corrente política, independente do conteúdo, da amplitude e da intensidade da luta. Basta para isto lançar as palavras de ordem políticas. A causa desse desvio se encontra na idéia errada de que a luta econômica, por ela mesma, já é a luta política e que as palavras de ordem do Partido não fazem mais, por assim dizer, do que dar livre curso ao caráter político.

O caráter comum e geral da luta econômica e da luta política é o de serem ambas lutas de classes. Entretanto, estes domínios da luta têm suas diferenças essenciais que se exprimem praticamente na diversidade das condições, dos meios e dos objetivos da luta.

O esquecimento dessas diferenças conduz, de uma parte, a que nas lutas políticas não se vejam mais que uma soma ou extensão da luta pelos salários. Se o primeiro desvio transforma toda luta econômica em luta política (naturalmente que apenas na imaginação dessas pessoas), para o segundo desvio a luta política resulta geralmente em luta econômica. E obtemos assim uma renovação da variedade particularmente marcada do oportunismo, conhecido na história do movimento operário russo sob o nome de "economicismo".

Uns transformam tudo em político, outros em econômico. As diferenças específicas entre a luta econômica e a política se perdem. Daí teoricamente uma constante transformação dos dois pólos dos desvios, o de esquerda no de direita e vice-versa.

É necessário compreender que a transformação da luta econômica em luta política e vice-versa não se completa a partir de um simples desejo ou por uma simples idéia. Que a luta política não se distingue somente quantitativamente, nem pela grandeza, quantidade ou amplitude da luta econômica. Ela difere também qualitativamente pela sua forma, sua maneira de nascer, os meios de luta, os objetivos, quer dizer, a transição de uma em outra, é uma transformação no sentido estritamente dialético do termo, uma transição para um outro terreno. A transformação ou transição da luta econômica em luta política é uma transformação de uma forma mais profunda em uma forma superior, de uma forma particular em uma forma geral da luta de classes.

Essa transição ou essa transformação tem suas leis, suas condições e suas regras especiais.

O erro é muitas vezes mascarado por frases sobre a transformação da quantidade em qualidade. E não é mais do que uma frase, porque aquele que a emprega nesse sentido não compreende que esse teorema exige a transformação do estado qualitativo por certos "pontos de contato" com o estado quantitativo.

Se não se vê esses "pontos de contato", não somente teoricamente, mas também praticamente, cai-se em contradições na prática. Longe de achar a passagem da luta econômica para a luta política, no caso dela existir, entra-se em contradição com o próprio movimento econômico e fica-se sem influência sobre o seu desenrolar.

Tais pontos de vista gerais de tática sobre a relação da luta econômica com a luta política não devem faltar no programa. O capítulo do programa sobre tática deve mesmo exigir uma definição clara do que distingue a luta sindical dos comunistas daquela dos reformistas. O que as aproxima é que a luta sindical, enquanto tal, fica dentro do quadro do regime econômico capitalista. Sua base é a realização do valor da força de trabalho pela classe operária. A diferença que faz com que elas se oponham violentamente é a posição de princípios em relação ao sistema capitalista e ao estado burguês. Os reformistas, que se colocam no terreno do sistema capitalista e dos interesses comuns entre o capital e o trabalho, se esforçam em conseqüência para adaptar a luta sindical às necessidades da valorização capitalista, de um lado, e à existência do estado burguês, de outro.

Daí sua tendência a:

- a) De em geral impedir que as lutas operárias eclodam, ou de estrangulá-las uma vez que elas tenham eclodido, num momento em que a sociedade burguesa está abalada ou ainda quando ela, por outras razões, tenha uma necessidade urgente de que as lutas por salários não eclodam, por exemplo, em tempos de guerra. O principal motivo aqui é a crença na transformação da luta econômica em luta política, em luta revolucionária pelo poder, que pode fácil e rapidamente se iniciar num momento como este.
- b) Mesmo em tempos de estabilidade relativa do capitalismo, a tendência de restringir o mais possível as lutas operárias, de enfraquecê-las, de intervir para liquidá-las. O último ato desta tendência é o estabelecimento da "paz econômica". Em tempos de estabilidade relativa do capitalismo, os sindicatos reformistas não podem impedir completamente as lutas operárias, - mesmo do ponto de vista do capitalismo e no momento em que a greve opera um certo reajustamento de salários nas diferentes empresas. Graças ao reajustamento dos salários nas diferentes empresas ocorre freqüentemente que as pequenas empresas capitalistas, tecnicamente atrasadas e mal organizadas, não podem concorrer igualmente com as grandes empresas, melhor aparelhadas e melhor organizadas, em especial as empresas monopolistas. Mas vejamos o que ocorre. Logo a "estabilidade relativa do capitalismo", o monopólio capitalista, pela amplitude e pelas formas da centralização, ultrapassou tudo o que existia até determinado momento. A extrema centralização capitalista, a elevada preponderância do monopólio capitalista, criam as condições nas quais as lutas por salários esbarrem cada vez mais freqüentemente nos limites das lutas políticas e tendem mesmo a ultrapassá-los. O que antes da guerra ocorria nas indústrias mais centralizadas, tais como as minas, hoje ocorre mais freqüentemente e com uma amplitude muito maior graças a estabilidade relativa (mas nem sempre dentro de cada caso). É preciso ainda levar em consideração o que foi dito acima sobre a tendência que têm as crises dentro das condições de monopólio para provocar graves agitações sociais.

Uma outra conseqüência da concepção reformista é que os sindicatos sob a direção dos reformistas não podem ser "escola de socialismo", pelo menos se levarmos em consideração os líderes sindicais. Eles se tornam escolas de diferentes ideologias de harmonia das classes, do cretinismo democrático burguês, do liberalismo, etc. Eles não são "escola de comunismo" a não ser na medida em que os comunistas possam agir em seu seio. Naturalmente, os detalhes da estratégia e da tática das greves não devem fazer parte do programa da I.C., mas somente o esquema dos pontos de vista gerais que caracterizam a luta geral do proletariado.

Em seguida, falta ao projeto uma definição exata das condições da revolução, da situação revolucionária em geral, da situação revolucionária aguda e particular. A importância de definições as mais (*ilegível no original em francês*) e completas possíveis é evidente. Elas não têm mais necessidade de serem demonstradas. Elas existem em traços gerais em Marx, e de uma maneira mais detalhada e mais ampla em Lênin.

O que também falta é uma definição exata da atitude dos comunistas frente à república democrática burguesa e suas instituições, em relação às reformas democráticas (o antigo programa mínimo dos social-democratas). Em relação a isso também se encontra quase tudo em Lênin. Porque essas coisas importantes, em princípio e na prática, não são formuladas no programa?

Um outro ponto que aí deveríamos encontrar, e cuja importância para o programa foi expressamente formulada por Lênin no IV Congresso, é a estratégia do recuo. No IV Congresso da IC, Lênin insistiu expressamente sobre este ponto, para recomendar sua inclusão no programa. A partir daí adquirimos uma rica experiência de bons e maus recuos (infelizmente, sobretudo de maus).

Nós devemos (*ilegível no original em francês*) princípios sobre os quais deve-se fundar a luta contra o oportunismo e o doutrinário "de esquerda". Por outro lado, as formas concretas com que esta luta se reveste devem forçosamente se revestir em cada país,

conforme as características peculiares de sua vida econômica, política, cultural, religiosa, de sua composição étnica, de sua expansão, etc. Sente-se por toda parte aumentar e crescer o descontentamento contra a II Internacional, o que por sua vez é fruto do seu oportunismo e de sua incapacidade de criar um centro de direção capaz de orientar a tática internacional do proletariado revolucionário na luta em que ele se engajou pela República Soviética Universal.

É preciso ter em conta de maneira clara: um centro de direção desse não pode de forma alguma ser estabelecido sob um modelo único e definitivo, retificando-se ou unificando-se mecanicamente táticas diferentes. Na medida em que diferenças táticas e políticas separarão os povos - e essas diferenças subsistirão durante muito tempo mesmo depois da expansão da ditadura do proletariado - não se deve procurar, para unificar a tática internacional do movimento comunista, apagar todas as diferenças, suprimir todas as particularidades nacionais, pois isso seria atualmente um sonho insensato. Deve-se somente por em prática os princípios fundamentais do comunismo (poder dos soviets e ditadura do proletariado) fazendo variar oportunamente esses princípios em suas aplicações parciais, adaptando-os, aplicando-os como convierem as particularidades étnicas e políticas dos diferentes estados.

Lênin exige, portanto, para superar essa tarefa, a justa aplicação e adaptação dos princípios fundamentais do comunismo às diferentes etnias e estados, ao trabalho "dos comunistas em cada país".

Pesquisar a fórmula de aplicação específica nacional do programa geral contribui para essa tarefa. Porém, a tentativa de resolver essa tarefa dentro de um programa geral, deve forçosamente fracassar. Seria excessivo e muito específico para o programa geral e muito pouco, muito vago e impreciso para cada país.

O projeto de programa nem sempre ficou a salvo desse perigo. O mérito de Lênin, sua superioridade sobre a II Internacional, foi precisamente o de ter sabido assimilar em toda a sua amplitude e em toda a sua profundidade os princípios fundamentais do marxismo (ao contrário de Kautsky que os mutilou e os tornou superficiais), de ter continuado a desenvolvê-los aplicando-os às condições especiais da luta de classes na Rússia, país que realizou a revolução proletária imediatamente depois da revolução burguesa, e que foi o primeiro a realizá-la.

Foi precisamente assim que Lênin colocou num degrau mais elevado a teoria e a prática comunistas em geral em escala internacional. Não resta dúvidas que as resoluções que virão após a revolução nos países de grande desenvolvimento capitalista criarão fatos novos na teoria ou na prática além dos que a primeira revolução proletária criou.

Mas isto deve ser preparado, descoberto, sentido e determinado de maneira exata.

## ***X. Uma conclusão prática***

É preciso crer que o programa será definitivamente adotado pelo VI Congresso da IC, mesmo levando-se em conta que não atingiu o nível de perfeição que ele deveria ter, graças a uma preparação mais aprofundada e a uma participação maior das seções da Internacional. É por isso que tenho a proposta de designar ao Congresso uma comissão de redação que, dentro de um prazo de um ano, por exemplo, revisará a fundo o texto, praticamente e formalmente, sobre a base de uma participação verdadeira e fecunda dos membros de todas as seções da IC na discussão da questão do programa. Proponho em seguida que o Congresso recomende às seções que ainda não têm um programa nacional, que o elaborem depois do Congresso, dentro de um prazo mais curto (seis meses, por exemplo). Se esses trabalhos forem feitos, eles facilitarão bastante os últimos retoques no programa geral.

(Publicado por Juniusverlag, Berlin, 1931. Republicado pelo grupo *Arbeiterpolitik*).



# AONDE VAMOS?

## PARTE III - Governo de Transição

Ernesto Martins<sup>1</sup>

*"Aonde Vamos?", foi uma série de documentos de autoria de Érico Sachs, que circulou em edição mimeografada entre abril e julho de 1967, como documentos de discussão interna da organização Política Operária.*

*A série é composta por quatro partes: I – Aonde Vamos?; II – As Causas do Reformismo; III – Governo de Transição; IV – Foco e Revolução.*

*Juntamente com o "Programa Socialista para o Brasil", o trabalho teve um importante papel na divulgação das idéias socialistas entre as várias tendências da esquerda revolucionária brasileira, principalmente entre as Dissidências que surgiram da luta interna no PCB a partir de 1966. A série completa pode ser vista no endereço eletrônico [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br).*

### **O fim e o caminho**

A formação política da classe operária só estará completa quando lhe for colocado o problema da conquista do poder. O objetivo do Brasil Socialista tem de ser nitidamente delineado em nossa propaganda em todas as fases da luta, pois é a compreensão das metas que transforma em movimento militante a oposição dos trabalhadores à sociedade atual. Na prática, a classe não se coloca os seus objetivos históricos de uma só vez e não apreende apenas pela teoria. Somente durante as lutas parciais e somente mediante estas lutas, chega à conclusão de que o sistema social atual deve e pode ser superado. Mesmo quando adquire consciência dessa possibilidade, não significa – como mostra a experiência européia – que já esteja disposta ou em condições de agir nesse sentido.

Lênin já demonstrou que não basta a classe explorada querer mudar o sistema. Para que a situação social se torne revolucionária é preciso que a classe exploradora não saiba mais como vencer a crise. É nestas circunstâncias que o proletariado consegue levar as massas populares para a ação revolucionária. A experiência vem demonstrando que esse processo de amadurecimento do proletariado e o das suas relações com outras classes, seus aliados latentes, coloca periodicamente o problema do poder em termos ainda não socialista – na forma de um governo de transição.

### **As origens do "Governo de Transição"**

As lutas parciais, travadas ainda no terreno da sociedade burguesa, fizeram com que o movimento operário mundial se cindisse sobre o problema das relações com governos capitalistas. Os reformistas e revisionistas começaram a pleitear o ingresso dos seus representantes nos governos burgueses, capitalistas, inclusive imperialistas - e isso se tornou a política oficial dos partidos social-democratas - "a fim de melhorar a situação da classe operária", ou de "conquistar posições", ou ainda a fim de "promover a passagem

---

<sup>1</sup> Ernesto Martins, um dos pseudônimos utilizados por Érico Sachs, dirigente e principal formulador político da ORM – Política Operária. Outros textos de sua autoria podem ser vistos em: "Andar com os Próprios Pés", SEGRAC, Belo Horizonte, 1994 e "Qual a Herança da Revolução Russa? e Outros Textos", SEGRAC, Belo Horizonte, 1998 (disponíveis no Centro de Estudos Victor Meyer – [cvmbahia@gmail.com](mailto:cvmbahia@gmail.com)).

pacífica para o socialismo”. Os marxistas revolucionários, que se reuniram na ala esquerda da II Internacional e, mais tarde, na Internacional Comunista, repeliram essas posições de colaboração de classe, insistiram que a passagem para o socialismo só podia ser um produto de uma revolução e da destruição do Estado burguês, passando pela Ditadura do Proletariado, como nova e última forma de Estado. Foi em torno dessa questão vital que Lênin publicou o seu “*Estado e Revolução*”, cujas teses, até hoje, não perderam nada da sua atualidade (seja dito de passagem que esses ensinamentos leninistas não foram sempre seguidos por seus sucessores. Na França e Itália, depois da guerra, os então comunistas entraram nos governos burgueses, ajudando a reconstruir a sociedade capitalista no Ocidente. Sentimos hoje as conseqüências dessa política).

A experiência formulada por Lênin, todavia, não parou aí. O acirramento das lutas sociais no mundo inteiro criou situações de transição em que se colocava para o proletariado revolucionário o problema de apoiar ou participar de governos que ainda não eram formas de Ditadura do Proletariado, mas que, assim mesmo, podiam representar um avanço para a luta revolucionária.

O grande precedente nesse sentido tinha sido criado em 1905, quando os bolcheviques defendiam a fórmula da “Ditadura Democrática Revolucionária dos Operários e Camponeses” para a revolução burguesa na Rússia Czarista. Essa palavra de ordem (meio sectária para o gosto popular de hoje) procurava sintetizar um estado de coisas em que um governo de transição, formado por representantes dos partidos operários e camponeses, surgido de um levante armado, realizasse as tarefas da revolução burguesa, que a própria burguesia não estava disposta a enfrentar.

O problema se colocou novamente, embora em condições diferentes, em 1922, quando a Internacional Comunista elaborou as teses da Frente Única Operária, na luta contra as investidas do fascismo na Europa. O IV Congresso da Internacional, o último realizado em vida de Lênin, adotou uma série de resoluções que procuravam formular as condições de participação dos comunistas em governos de transição. Definiu como apropriados para uma participação os “Governos Operários e Camponeses”, apoiados em movimentos de massa, cuja ação prática desafia a grande burguesia. As resoluções não preestabelecem se esses governos de transição surgem de processos eleitorais ou insurrecionais, mas deixam claro que sua existência não pode ser garantida por dispositivos legais e jurídicos. A distinção entre “Governo Operário” e “Governo Operário e Camponês”, de outro lado, está relacionada com as particularidades de cada país, levando em conta também o grau de realização da revolução burguesa.

Uma coisa a resolução deixa clara: não se trata de governos socialistas, nem de um substituto para a Ditadura do Proletariado – tão pouco invalida a tese da necessidade de destruição da máquina estatal burguesa pela revolução proletária. Trata-se de governos provisórios – um passo para a frente – previstos para momentos em que a classe operária se mobiliza na luta contra os seus opressores, mais ainda não está disposta ou não tem possibilidade para a batalha final. Trata-se de governos de transição, pois a classe operária não pode governar por muito tempo à base de um sistema social burguês. Ou atacará esse sistema de frente e será obrigada a instaurar a Ditadura do Proletariado ou, pacificamente ou não, terá de dar lugar novamente a governos burgueses. Todavia, a experiência prática do exercício do governo, quando colocada em termos revolucionários, lhe indicará o caminho a seguir.

### ***O Governo Revolucionário dos Trabalhadores***

Essa experiência já é válida atualmente para as condições em que se desenvolve a nossa luta. O aguçamento das contradições sociais, acompanhado por um desenvolvimento sistemático das ilusões reformistas sobre o Estado, por parte das cúpulas políticas esquerdistas, nos impôs muito cedo uma definição em torno do problema do governo de transição, uma alternativa às fórmulas de apoio aos sucessivos governos burgueses-latifundiários. Mobilizamo-nos em torno da palavra de ordem do “Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade do Campo”.

Quando chegamos à conclusão de que um governo revolucionário de transição no Brasil só podia ser um "Governo dos Trabalhadores" é porque tínhamos partido da análise da realidade social e política do país que servira como base para a fundação da Organização e que foi desenvolvida nos sucessivos debates. Partimos do ponto de vista de que as tarefas colocadas para o país não consistiam mais em uma revolução burguesa, mas sim, na revolução socialista. Concordamos com as teses esboçadas por Aguirre <sup>1</sup>, no Equador e, posteriormente, por Sweezy, no sentido de que a América Latina toda não conhecia o processo clássico da revolução burguesa, pois desconhecia, desde o início, o fenômeno do feudalismo, seja em sua forma européia ou asiática. A agricultura latino-americana, isto é, o latifúndio, se formou em grande parte em função do mercado internacional, usando para a exploração interna da mão de obra, processos capitalistas primitivos e pré-capitalistas (como a escravidão). Todas as tentativas, porém, de transpor condições feudais européias para cá fracassaram desde os tempos das Capitânias.

A burguesia industrial, que surgiu tardiamente no cenário nacional, numa época em que já se receavam os conflitos sociais, em vez de acirrá-los, repudiava processos revolucionários que forçosamente tinham de colocar em questão todo o sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção. Ela escolheu o caminho das reformas, preferindo impor-se na medida do crescimento do seu peso na economia nacional. Traindo os seus aliados pequeno-burgueses, de 1922 a 1930, conseguiu os seus intuitos pragmaticamente, chegando ao poder apoiada no Exército, esvaziando, desta maneira, qualquer veleidade de revolução burguesa que ainda podia ter restado. O modo do seu crescimento a amarrava, todavia, por dois lados: de um, ela ficou dependente de uma aliança com o latifúndio do qual surgiu e cujo sistema não desejava pôr em cheque, pois receava convulsões sociais e, além disso, dependia das exportações agrárias para financiar o processo de industrialização (e assim participava indiretamente da exploração dos camponeses). De outro lado, teve de aceitar uma associação do imperialismo na industrialização do país para cobrir as suas próprias lacunas em matéria de capitais e patentes, pois sendo burguesia teve de respeitar os princípios da propriedade privada dos meios de produção.

A reforma burguesa do Brasil, isto é, a expansão e a modernização do parque industrial e a adaptação da máquina estatal às necessidades do capitalismo industrial, intensificou, na prática, o processo de associação da burguesia nacional ao capital imperialista.

As alianças com o latifúndio e o imperialismo não são sem contradições e conflitos. Os atritos com o sistema latifundiário se dão na medida em que este oferece obstáculos a expansão do mercado interno. Os conflitos com o capital imperialista surgem em torno da divisão e distribuição da mais-valia produzida pelo proletariado brasileiro. O que prevalece, entretanto, nessa "cooperação antagônica", como a chamamos, e o que garante a aliança tácita com o latifúndio e a associação com o imperialismo, são os interesses comuns de conservação e de expansão do sistema social vigente.

Nessas circunstâncias, as únicas classes que tem um interesse objetivo na mudança radical do status social do país, são as vítimas diretas do domínio burguês-latifundiário (mais imperialismo) – os operários industriais e os camponeses – os trabalhadores da cidade e do campo. São estas as classes que, mesmo não tendo ainda uma perspectiva socialista, nada tem a perder e por isso são as únicas aptas para utilizar métodos revolucionários na mudança da estrutura social do país.

A Frente Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, na medida em que se realizar, passando de uma palavra de ordem para uma força material, arrastará outras classes consigo – principalmente parte das classes médias, urbana e rural, que, numa sociedade dividida em trabalho assalariado e capital, não tem mais perspectivas próprias. A condição indispensável para o surgimento dessa aliança revolucionária de classes – e essa

---

<sup>1</sup> Manoel Augustin Aguirre (1903-1992). Político e escritor, considerado um dos maiores teóricos marxista-leninistas do Equador. Foi Professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Quito e Assessor Econômico da Confederação dos Trabalhadores do Equador- CTE. Vide artigo "A América Latina e o socialismo", in Rev. Movimento Socialista nº 2 ,Rio, dez/1959. Vide resumo biográfico em [www.dicionariobiograficoequador.com](http://www.dicionariobiograficoequador.com).

consciência determinou desde o princípio toda a nossa atuação teórica e militante – é a formação política do proletariado brasileiro, como classe mais conseqüente e mais consciente dos problemas globais da revolução brasileira, a única capaz de reunir em torno de si as massas dispersas e variadas dos camponeses e demais classes semi-proletarizadas.

Já que partimos da premissa de que essa aliança de classes é a única em condições de assegurar um processo revolucionário no país, temos de concordar também que ela é a única força capaz de assegurar uma derrota revolucionária da ditadura militar. Não queremos dizer que, teoricamente, isso seja a única possibilidade da ditadura aberta terminar. Temos precedentes no país, quando as classes dominantes cansadas da tutela que tinham pedido, “redemocratizaram” o seu governo. Embora isso não seja o caso atual, a possibilidade pode surgir para a nossa burguesia, se a situação econômica lhe permitir uma alternativa. Essa redemocratização burguesa, entretanto, não se estenderá espontaneamente ao proletariado, nem ao campesinato, ela conservará intactos todos os instrumentos da ditadura, pois são os mesmos que a classe dominante usa na democracia burguesa como meio de dominação dos explorados. A questão é de qualidade. Se pregamos a Revolução dos Trabalhadores é porque temos um interesse vital que a ditadura seja derrubada pelos próprios trabalhadores; é um apelo a essas massas para se prepararem e se organizarem com esse objetivo, para interferirem nos acontecimentos, para tomarem sua sorte nas próprias mãos. E, finalmente, formularem uma posição de classe em todas as situações que podemos enfrentar. Não é sempre a classe operária que está em condições de tomar a iniciativa, de dar o primeiro passo, mas independente de quem fizer a pedra rolar, o proletariado deve estar preparado para intervir com objetivos próprios e levar avante o processo revolucionário até onde sua força chegar. E sua força dependerá em grande parte do grau da sua consciência e da clareza dos seus objetivos.

A intervenção do proletariado e dos seus aliados não seria conseqüente se não procurasse assegurar a continuidade do processo revolucionário mediante a conquista das posições de poder, se não procurasse levar a aliança revolucionária de classes a conquistar o poder executivo, a estabelecer um governo revolucionário de transição.

Pelo que foi dito, nas condições concretas em que se encontra hoje a nossa sociedade, um governo revolucionário de transição só poderá se apoiar nos trabalhadores da cidade e do campo, pois são eles que representam as classes que podem enfrentar os problemas vitais do país, as bases sociais da ditadura – liquidar o domínio do latifúndio e dos monopólios capitalistas e imperialistas e dos seus instrumentos: o Exército, a máquina policial, o Judiciário, etc. Terá de ser um governo revolucionário desde a sua origem, pois as condições sociais existentes no país, o poder dos coronéis da cidade e do campo, tornam improvável que semelhante governo vença e se imponha por processos eleitorais. Terá que ser um governo que se apóie na força armada dos trabalhadores da cidade e do campo, para vencer a resistência interna e externa, toda vez que enfrente um dos problemas vitais do país.

Terá de ser um governo que mobilize as massas para uma participação ativa na solução dos problemas sociais e que lhes entregue as primeiras responsabilidades no controle da produção e da distribuição, pois semelhante governo não poderá se apoiar nos recursos tradicionais do estado burguês-latifundiário.

Finalmente, esse governo terá de tomar medidas radicais para aliviar a situação material da população e elevar o nível de vida. Mas justamente pelo fato de representar um governo de transição que, em grande parte, será absorvido cumprindo tarefas que a burguesia não soube enfrentar, toda tentativa de elevar o nível de vida, que será à base da infra-estrutura econômica burguesa, terá efeito limitado. O Governo dos Trabalhadores fará certa redistribuição do produto nacional, elevará salários e limitará lucros, mas isso não soluciona o problema, que consiste na expansão das forças produtivas mediante uma economia planificada. Esta só pode ser alcançada em padrões socialistas e o caminho passa pela ditadura do proletariado.

É exatamente este aspecto do problema que caracteriza o Governo dos Trabalhadores como sendo de transição. Ou leva avante a revolução - com as indispensáveis lutas internas e cisões - tornando-a ininterrupta até se transformar em socialista, e somente desse modo

resolverá definitivamente a questão, ou terá de ceder seu lugar novamente a um governo burguês, que corresponda à infra-estrutura existente. Se esta última hipótese acontecer, em todo caso terá criado uma série de fatos consumados, que nenhuma contra-revolução mais poderá acabar. Não há, todavia, razões para encarar a hipótese pessimista em primeiro lugar. Pela própria dinâmica de um semelhante movimento desencadeado, pelas energias revolucionárias que desperta e os problemas que levanta, terá todos os fatores a seu favor para prosseguir a obra. Poucos meses de convulsão revolucionária tornam o proletariado e seus aliados mais conscientes do que muitos anos de agitação pacífica. A responsabilidade na questão de problemas coletivos, as medidas radicais que mudam a existência de classes inteiras, transformarão radicalmente o proletariado, tornando-o apto para exercer o seu poder.

### ***A experiência latino-americana***

Muito pouco estudada até agora foi a experiência latino-americana de governo de transição. Não podemos preencher essa lacuna neste lugar, mas assim mesmo queremos chamar a atenção sobre dois exemplos que parecem mais importantes: a revolução boliviana e a cubana.

Na Bolívia, em 1952, foi a intervenção armada dos mineiros que deu a insurreição contra a Junta Militar de Ballivián um nítido caráter de Revolução dos Trabalhadores. A atuação dos mineiros se fez sentir desde os primeiros dias, quando os comandos militares do MNR, oficiais do Exército, chegaram a dar a insurreição como perdida. A cidade de La Paz, desde tempos remotos, tinha sido dominada estrategicamente pelo Forte da Serra, e a posse da fortificação garantia, pelas regras da arte militar convencional, o domínio da cidade. Foi a falha da tentativa de ganhar a guarnição do Forte que desencorajou os oficiais de carreira, quando os mineiros, ignorantes das regras militares, tomaram a fortificação a muque e asseguraram a vitória da revolução. A intervenção dos mineiros determinou o curso radical da revolução. A liderança pequeno-burguesa do MNR, chefiada por Paz Estensoro, teve de endossar os fatos criados.

A ocupação das minas pelos operários foi sancionada pelas nacionalizações. A tomada de terra pelos camponeses foi ratificada por uma lei agrária muito mais radical do que os projetos apresentados originalmente pelo MNR. A dissolução completa do exército permanente foi outro fato consumado pela revolução e por muito tempo não havia na Bolívia outras forças armadas a não ser os operários e camponeses. A inclusão de Lechin, o líder dos mineiros, no governo de La Paz, como segundo homem no gabinete de Paz Estensoro, transformou o Executivo num Governo Operário e Camponês, cujo poder dependia diretamente das forças armadas dos trabalhadores, isto é, num governo de transição.

O que enfraqueceu a posição da ala proletária nesse governo foi o fato dela ter tido pouca consciência do seu caráter provisório. A ala pequeno-burguesa, ao contrário, chefiada por Paz Estensoro, que tinha sabido apoiar-se nos camponeses, começou logo que pode a alterar as relações de forças, mediante a formação de novo exército permanente (dessa vez em nome da "defesa da revolução"). O crescimento dessas Forças Armadas foi o barômetro da situação interna da Bolívia. Na medida em que iam se fortalecendo, Paz Estensoro e posteriormente Siles Suazo podiam enfrentar o conflito com Lechin e os mineiros – até que as Forças Armadas se tornaram o fiel da balança, eliminando inclusive a liderança pequeno-burguesa do MNR.

Na Bolívia, a revolução dos trabalhadores estagnou, não foi levada à frente. Sabemos que havia poucas condições objetivas favoráveis para tal na época. País sem indústrias, o seu proletariado era representado por poucas dezenas de milhares de mineiros. O caráter da agricultura boliviana permitiu a divisão de terras em pequenas propriedades a base de uma economia quase natural e isso fez o campesinato se desinteressar cedo pelo progresso da revolução. Outro fator desfavorável era a situação geográfica do país, que acentuou o isolamento de suas forças revolucionárias. O fato básico, todavia, é que o Governo dos Operários e Camponeses, de 1952, era transitório. Os trabalhadores só teriam conservado o poder na medida em que levassem a revolução para frente, até se tornar socialista. Assim

mesmo, representou o movimento mais radical que a Bolívia conheceu em sua história – e também a América Latina até a Revolução Cubana. Para as massas trabalhadoras da Bolívia, essa experiência viva permitirá reiniciar em nível mais alto o seu movimento revolucionário, quando as circunstâncias se apresentarem novamente favoráveis.

A Revolução Cubana também deu lugar primeiro a um governo de transição. Esse fato é esquecido facilmente pelos observadores de fora, pois a passagem de uma fase revolucionária para outra não se caracterizou por uma ruptura ostensiva. A liderança revolucionária tanto no governo de transição quanto no governo socialista, foi simbolizada igualmente na pessoa de Fidel Castro. Houve, porém muito cedo, não só o conflito do então presidente Urrutia com Fidel, como também - e isso foi ainda mais significativo - uma prolongada cisão no "Movimento 26 de julho", cuja ala direita não acompanhou a transformação socialista e preferiu engrossar as fileiras dos refugiados de Miami.

O caráter do governo de transição foi determinado pela aliança das forças que derrotaram a ditadura de Batista. Quando, após uma luta de guerrilha de dois anos, estavam minadas as forças da máquina de opressão da ditadura e os 1.800 guerrilheiros baixavam para às cidades, Batista dispunha ainda de um exército permanente de 25 mil homens. O que garantiu a vitória final foi a greve geral que selou a aliança operário-camponesa com a adesão da pequena-burguesia radicalizada. Depois da desintegração e dissolução do exército permanente, foram os trabalhadores armados da cidade e do campo que garantiram o progresso da revolução.

Mesmo depois da eliminação de Urrutia, o governo ainda não tinha objetivos socialistas. Em sua primeira fase, estava absorvido pelas tarefas de satisfazer as reivindicações imediatas das massas trabalhadoras e de destruir as bases sociais da ditadura. O ponto crítico que impôs um salto qualitativo em direção a revolução socialista foi a expropriação das propriedades imperialistas. Em virtude da associação existente entre o imperialismo e a burguesia cubana, a expropriação das propriedades nacionais se impôs em seguida. E, com a abolição da propriedade privada dos meios de produção na indústria, se impôs igualmente uma planificação da produção em bases socialistas. O povo cubano teve consciência desse fato, com a fracassada invasão de 1961, quando proclamou oficialmente a República Socialista de Cuba.

O fato de o governo de transição, operário e camponês, ter se transformado num poder socialista, sem maiores conflitos internos, deve-se, no caso cubano, em grande parte, à já mencionada continuidade da liderança revolucionária. É preciso salientar, todavia, que sem a experiência do governo de transição, apoiado diretamente nos operários e camponeses armados, durante a qual se procurou solucionar os problemas sociais ainda no quadro da sociedade burguesa – contra a burguesia nacional e contra o imperialismo – os trabalhadores cubanos não teriam amadurecido tão rapidamente para a revolução socialista.

### ***Por uma definição de posições***

Na discussão dos objetivos e do caminho a seguir, nós nos adiantamos aos acontecimentos, mas isso não diminui a importância da controvérsia. Os objetivos futuros representam o divisor de águas no presente.

Levantamos o problema do Governo Revolucionário dos Trabalhadores não porque represente uma palavra de ordem para o momento e sim por ser um item decisivo no programa mínimo, que tem de ser difundido claramente e sem subterfúgios na atuação propagandística no meio da classe operária. Qualquer palavra de ordem em torno de um futuro governo é sem propósito no presente (a não ser para aqueles que querem reformar o governo militar). Para nós, trata-se de mobilizar e preparar as massas operárias e camponesas para a luta contra a ditadura militar e seus sustentáculos e a palavra de ordem fundamental nesta fase, cuja duração desconhecemos ainda, é a Revolução dos Trabalhadores.

A palavra de ordem atual está estreitamente vinculada a do futuro e, por isso mesmo, não é de admirar que aqueles que são contra o Governo dos Trabalhadores acham igualmente "secretário demais" a Revolução dos Trabalhadores.

Com a propagação da Revolução e do Governo dos Trabalhadores defendemos como Organização, uma posição isolada na esquerda brasileira. Isso não nos deve surpreender, nem assustar. Como organização fomos a única que elaborou e defendeu uma linha teórica de luta proletária conseqüente contra todos os matizes da ideologia pequeno-burguesa que domina ainda a nossa esquerda oficial. Essa continua a resistir a um programa de ação, uma linha política e palavras de ordem que confirmem ao proletariado a hegemonia na revolução brasileira. Destruídas as ilusões sobre o "Governo Nacionalista e Democrático", a ideologia pequeno-burguesa refugia as suas esperanças em "Governos Populares e Democráticos", ou "Populares Nacionalistas", ou "Revolucionários Populares", ou qualquer outro que possa esconder o caráter do propalado governo revolucionário e fugir da definição sobre o seu conteúdo de classe.

Quando nós nos definimos pelo Governo Revolucionário dos Trabalhadores levamos em conta os ensinamentos teóricos da Internacional Leninista, que tiveram a sua comprovação mais recente e mais espetacular talvez, justamente na América Latina. Levamos justamente em conta as condições concretas do movimento operário no Brasil e as suas tradições já criadas. A classe operária como a conhecemos hoje, cresceu dentro dos moldes do trabalhismo, que ainda pesa na sua formação. A questão essencial não é opor um "Governo dos Trabalhadores" a um "Governo Operário e Camponês" (não é por acaso que nove entre dez dos que levantam essa alternativa artificial se definam finalmente por um governo popular qualquer), mas dar às noções já adquiridas pelo trabalhador brasileiro um conteúdo revolucionário – e isso quer dizer um conteúdo de classe.

Não pode ser levado a sério também o argumento das experiências das revoluções populares na Ásia e em outros lugares onde se realizaram revoluções agrárias, praticamente sem a presença de um proletariado industrial. Querer opor a existência de uma República Popular na China à Revolução dos Trabalhadores no Brasil é querer, entre outras coisas, ignorar todo um desenvolvimento industrial, com o conseqüente aprofundamento das lutas de classe à base da contradição entre trabalho assalariado e capital no país, que cresceu continuamente desde 1930; é querer esquecer – com as palavras de Lênin – a "*cisão do povo e sua divisão em burguesia e proletariado*", o traço característico da sociedade capitalista. Também, nesse caso, a aparente argumentação "radical" só visa a justificar uma prática direitista. O aprofundamento do presente debate o confirma. Para os apologistas das linhas populares, o proletariado é inevitavelmente "pequeno demais" ou "incapaz" de agir no momento, mas surge sempre um restinho de burguesia nacional que permite enfrentar o imperialismo.

Não cabe mais, nesta altura dos debates, voltar a defender a missão do proletariado brasileiro. Cabe, muito mais, nós nos sentirmos responsáveis pela situação em que se encontra e tornar mais conseqüente a luta. A hora é de definição de posições para toda a esquerda – é de vencer a herança pequeno-burguesa pela linha proletária militante.

(Agosto de 1967.

# O CHILE ENTRE A LEGALIDADE BURGUESA E A REVOLUÇÃO

RAUL VILLA <sup>1</sup>

No Chile, um governo de esquerda, vitorioso nas eleições, se propôs a construir as bases para o socialismo respeitando as regras da legalidade burguesa. A situação esdrúxula desconserta a esquerda, pois não se trata de mais uma das tantas tentativas reformistas burguesas, mas sim de um governo sustentado pelas organizações sindicais e políticas do proletariado.

É claro que a incorrigível esquerda reformista já faz ressurgir todas as ilusões no "caminho pacífico para o socialismo".

Mas na esquerda revolucionária - que nos interessa mais de perto porque é quem pode afinal assumir a luta efetiva pelo socialismo - a confusão não é menor. Pode-se ver isso já pelas meditações de Debray que, após ter sido o teórico da redução de toda luta de classes aos seus aspectos militares, converte-se num apologista ingênuo de Salvador Allende e do equilibrismo entre a reforma e a revolução<sup>2</sup>. Debray apenas repete o comportamento de todo um setor da esquerda que, surpreendido ante a vitória eleitoral da Unidade Popular e a importância do movimento de massas, abandona posições de ultra-esquerda para se curvar ante o caminho legal.

É que lhes faltava a perspectiva de classe do proletariado e o seu radicalismo não era mais do que um nacionalismo radical pequeno-burguês. De outro lado temos também os setores da esquerda revolucionária que ignoram os avanços do processo revolucionário chileno porque não se enquadram em seus esquemas pré-fabricados da "guerra popular". Um exemplo é o PCR (Partido Comunista Revolucionário), o agrupamento maoísta local. Antes das eleições, totalmente cego para a importância que assumia o enfrentamento eleitoral para as massas trabalhadoras (era um enfrentamento legal, mas de classe - a composição da UP<sup>3</sup> é hegemonicamente proletária e corresponde ao nível atual da consciência operária chilena: uma consciência anticapitalista, mas ainda legalista), o PCR afirmava que todas as candidaturas eram pró-imperialistas, e tinha como palavra-de-ordem "*voto não, luta sim*", como se o voto operário não fosse naquela circunstância um aspecto - ainda que secundário - da luta de classes. Depois das eleições, incapazes de uma autocrítica e de compreender as particularidades do processo revolucionário, só podem estar isolados e gritando consignas defasadas e insignificantes.

Evidentemente uma conjuntura original como a chilena atual dificulta a elaboração de uma linha justa e só um charlatão pode afirmar ter a receita perfeita e isenta de erros, nem seremos nós à distância que iremos cometer essas pedanterias. Mas é dever hoje de qualquer revolucionário examinar como age a esquerda chilena e contribuir para que ela possa estar à altura de suas grandes tarefas.

---

<sup>1</sup>Raul Villa: pseudônimo utilizado por Eder Sader em seus escritos políticos nas décadas de 60/70. O autor foi fundador e dirigente da ORM Política Operária até se exilar no Chile após o Ato Institucional Nº. 5. No Chile, militou nas organizações de esquerda, tendo sido dirigente do MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria. Este artigo circulou inicialmente no Brasil em edição mimeografada datada de 1971, logo após a posse de Allende. Foi traduzido para o francês (Lês Temps Modernes Nº. 310, maio de 1972, Paris) e para o alemão (Probleme des Klassenkampfes Nº. 3, maio de 1972, Berlim), em versão revisada e ampliada. As notas de pé de página são do autor. (Nota dos Editores).

<sup>2</sup> Ver o livro "Debray-Allende: Conversation sur la revolution chillene", lançado agora pela Maspero.

<sup>3</sup> UP = Unidad Popular, a frente política que sustenta Allende. É composta pelo PC, PS, MAPU (Movimento de Acción Popular Unitária, cisão da esquerda da DC) e pelo Partido Radical (de classe média).



### **Alguns dados sobre a estrutura econômica**

Desde a década de 30 o desenvolvimento capitalista chileno tem na indústria manufatureira o seu setor dinâmico. Mas essa indústria cresceu dentro dos marcos deixados pela antiga estrutura dominada pela exportação de minérios e por uma produção agrícola realizada com baixíssimos níveis de produtividade. As exigências do processo de acumulação capitalista, nessas condições, acarretam um acelerado processo de concentração monopolística, de dominação imperialista e de encargos crescentes sobre o Estado.<sup>1</sup>

O quadro abaixo revela o papel predominante da indústria manufatureira entre os setores produtivos, e o grande peso assumido pelo setor terciário:

#### DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO GASTO DO PIB EM 1968

Agricultura, Silv., Caça e Pesca	10,5 %
Minas e Cant.	9,7 %
Indústria Manufatureira	25,7 %
Construção	4,5 %
Eletricidade, Gás, Água	1,7 %
Transporte, Armaz., Comunicações	4,4 %
Comércio	21,6 %
Outros serviços	21,9 %

E dentro da indústria os ramos mais importantes são tradicionais. Pela ordem: alimentos (11,8% do total), calçados e vestuário (10,8%;) e têxteis (10,8%), só a seguir vem os ramos mais modernos de bens de produção e intermediários: materiais de transporte (7,6%), químicos (6,8%) e metálicos básicos (6,4%).

Mas, é significativo que as taxas de crescimento para o período 60-67 sejam maiores no setor das indústrias básicas (13,4%), vindo a seguir as intermediárias (6,6%) e por último a de bens de consumo (3,3%).

O crescimento da importância da indústria pesada vem desde meados da década de 50 e foi acompanhado pela associação acelerada com o capital imperialista, pela concentração monopolística e pela redução das taxas de absorção de mão-de-obra. A coexistência dessa nova fase da "substituição de importações" com uma política semipopulista da democracia cristã levou aos impasses do desenvolvimento capitalista e à inflação galopante do fim da década passada.

Em 1963 já 3% dos estabelecimentos considerados de grande indústria (mais de 200 empregados) detinham 58% do capital industrial e empregavam 44% da mão-de-obra industrial. A média indústria (entre 20 e 200 empregados) detinha 35% do capital e empregava 40% da mão-de-obra, representando 30% dos estabelecimentos. A pequena indústria (entre 5 e 20 empregados) era constituída por 67% dos estabelecimentos, mas detinha só 7% do capital e empregava 16% da mão-de-obra. E uma pesquisa mais recente revela que o controle estrangeiro com mais de 51% de ações ia a 72% nas empresas com participação e a 40,6% nos ativos com participação.

---

<sup>1</sup> Boa parte da análise abaixo se sustenta no trabalho de Aranda e Martinez "La Industria y la Agricultura en el Desarrollo Economico Chileno". Ver também, na coletânea "Chile Hoy", os artigos de Aníbal Pinto.

A grande burguesia que surge assim dessa industrialização é caracterizada pelo alto grau de monopolização e de dependência do imperialismo. Já o proletariado se caracteriza pelo seu papel decisivo, seu crescimento lento e sua alta concentração, nas minas ou nas grandes indústrias. A força de trabalho na indústria manufatureira representava 20,5% do total da força de trabalho do país, somando 580 mil homens em 1967. Destes, poderiam ser dados como operários cerca de 350 mil. Se acrescentarmos a eles os operários das minas, construções, serviços públicos e transportes, atingiríamos 600 mil operários. Do total da população ativa do país o censo de 1960 anotava 44,9% como operários, mas incluía entre estes 63,9% da força de trabalho rural (os assalariados que participam da produção material) e 12,7% da força de trabalho do comércio. De qualquer forma, se vê por aí o predomínio das formas mais típicas da exploração capitalista.<sup>1</sup>

Mas é importante ver o peso do desemprego e subemprego. Em 1967, 137 mil homens (ou 4,8% do total da força de trabalho de toda a economia) eram contabilizados como desocupados. Mas certamente esses números não expressam a extensão real do problema, principalmente a grande massa de subemprego escondida em outros setores. Basta dizer que 54,5% dos ocupados em 1960 em comércio e serviços (que reuniam mais de 30% da força de trabalho do país) eram rubricados como "trabalhadores por conta própria".<sup>2</sup>

Recentemente o presidente da Central Única dos Trabalhadores apontou o número de 400 mil para os realmente desempregados no Chile. Para contrabalançar os efeitos restritivos da estrutura monopolística sobre o mercado interno e para complementar o débil processo de acumulação de capitais do setor privado, o setor estatal cresceu desmesuradamente. Entre 1961 e 1966 cerca de 30% da inversão foi feita pelo Estado. E o setor público fez crescer uma grande massa de consumo constituída por burocratas e empregados mais bem remunerados, que permitiu o relativo crescimento industrial que se sustentou até por volta de 1966. Em 1962 trabalhavam para o Estado 275 mil homens (cerca de 10% da força de trabalho do país) dos quais 30% eram operários. A grande dependência que a burguesia chilena tem em relação ao Estado dá uma grande força à burocracia e influi na estabilidade alcançada pelas instituições políticas do país.

Durante muito tempo o Chile constituiu uma economia de "enclave" na qual a acumulação realizada no setor mineiro exportador não tinha efeitos significativos sobre o resto do país: dominado pelos capitais estrangeiros, constituía-se num setor grandemente autônomo e voltado para fora. Com a transferência do setor dinâmico para o setor manufatureiro, este passou a usar o Estado para arrecadar parcelas crescentes do setor exportador para subsidiar a precária acumulação interna. Dependente do exterior, a burguesia chilena preferia deixar as minas nas mãos dos estrangeiros e retirar uma parte através de uma política tributária flexível. Hoje o setor tem um papel bem menor do que nas primeiras décadas do século. Mas o proletariado mineiro se destaca ainda pelo seu número e concentração assim como pela organização e tradição acumulada de lutas.

A agricultura, não obstante compreender apenas 9% do P1B, utiliza 24,4% do total da força de trabalho. Mas isso não quer dizer alto aproveitamento de recursos. Quer dizer apenas que os outros setores têm uma baixa capacidade de absorção do excedente rural. Dos 4,2 milhões de hectares aráveis em 1965, a agricultura só usou 1,5 milhão. E o país é obrigado a importar cerca de 200 milhões de dólares anuais em alimentos e matérias primas.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Os dados vêm de Aranda e Martinez.

<sup>2</sup> Nas metrópoles a expansão do setor "serviços" expressa em geral modernização e complexidade da estrutura produtiva. Nos países subdesenvolvidos ela esconde as formas mais atrasadas de subemprego: engraxates, biscateiros, etc. De padres a prostitutas, tudo é unificado sob a rubrica de serviços.

<sup>3</sup> O que significa cerca de 15,5 % do total anual obtido pela exportação.

Dos 481 mil homens que constituíam a população ativa na agricultura em 1966, 333 mil eram trabalhadores, 11 mil eram empregados e 137 mil patrões. O quadro de distribuição da renda rural dá uma boa idéia das causas dos grandes descontentamentos que se produzem no campo:

#### DISTRIBUIÇÃO DA RENDA RURAL

CATEGORIA	Percentagem da população rural	Percentagem da renda rural	Renda média (Escudos)
Trabalhadores rurais e camponeses pobres (incluindo explorações subfamiliares e meeiros)	70,0 %	33,4 %	63,60
Propriedades familiares	17,7 %	12,7 %	96,60
Empregados	2,1 %	1,8 %	1.178,00
Propriedades médias	6,5 %	15,4 %	3.202,00
Propriedades grandes	3,0 %	36,7 %	16.158,00

Como se vê, o fato das relações de produção já serem mais claramente capitalistas acentua as diferenças sociais e econômicas no campo, distinguindo os trabalhadores e camponeses pobres e remediados da média burguesia agrária e dos grandes latifundiários, além da constituição de uma camada média de empregados relativamente privilegiados.

Gunder Franck cita dados proporcionais da distribuição da renda, que nos permitem ver o mesmo quadro na população urbana. A comparação é feita entre os capitalistas urbanos, empregados urbanos, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais:

#### DISTRIBUIÇÃO DA RENDA URBANA

CATEGORIA	% da população	% da renda
Capitalistas urbanos	4,77	39,3
Empregados urbanos	18,67	37,7
Trabalhadores urbanos	47,77	18,9
Trabalhadores rurais	29,07	4,1

#### ***O aguçamento do processo revolucionário chileno***

Em 1964, a luta política no Chile se polarizou entre as candidaturas presidenciais de Frei e Allende. Um caso raro na América Latina, a luta de classes no Chile produziu um sistema democrático-burguês relativamente estável, em que as eleições são de fato momentos decisivos de alterações dentro da estrutura (A estabilidade democrático-burguesa não quer dizer ausência de violência. Pelo contrário, os massacres de trabalhadores no Chile pelas forças de repressão têm poucos paralelos no Continente pelo sangue frio e número de vítimas). Nas eleições de 1964, ambos os candidatos prometiam "profundas reformas". Allende era o candidato da coligação de esquerda, nucleada em torno do PC e do PS e apoiado pela poderosa Central Única dos Trabalhadores. Apesar da moderação do seu programa reformista - a clássica plataforma da maioria dos PC's do continente: nacionalizações, reforma agrária etc. sem por em cheque o próprio regime burguês - a coloração marxista e operária das suas bases apavorava a burguesia (Para se ter uma idéia do caráter operário do voto dado a Allende basta ver que nessas eleições, em todas as comunas urbanas compostas de mais de 40% de

operários, Allende deteve 40% ou mais dos votos masculinos.<sup>1</sup> Mas mesmo Frei, embora apoiado pela direita, apregoava a "revolução com liberdade", a substituição da sociedade capitalista por uma "comunitária". Ele era, na prática, o porta-voz do kenedismo e da Aliança para o Progresso. Sustentava-se nos setores mais dinâmicos do capitalismo para tentar modernizar o campo, ampliar o mercado interno, integrar novas massas na democracia burguesa e evitar a revolução social.

Em suma, nenhum dos dois pólos em 64 no Chile defendia abertamente o regime vigente. Por quê? Qual era o verdadeiro processo revolucionário que se desenhava progressivamente na sociedade chilena e que se manifestava deformadamente nesses programas reformistas?

De 1958 a 1964 a presidência esteve nas mãos de Jorge Alessandri, a figura de mais peso do conservadorismo chileno, cujo reacionarismo é compensado popularmente pela imagem construída do honesto patriarca. Em seu governo se revelavam, em toda sua clareza, as contradições da industrialização capitalista e sua política não deixou dúvidas sobre o lugar reservado para as massas trabalhadoras no desenvolvimento burguês. Em seu período a industrialização se acelerou abarcando novos ramos da produção, ampliaram-se as camadas médias urbanas com o crescimento do setor terciário e da urbanização. Mesmo o setor exportador conhece uma grande expansão, permitindo grande ampliação das importações (que em meados dos anos 50 estavam por volta dos 350 milhões de dólares e chegaram no fim dos 60 aos 800 milhões). Não obstante tudo isso, sua política econômica é franca e rigidamente de contenção salarial e "austeridade" financeira. Em meio á maior expansão econômica, os trabalhadores conhecem as mais duras condições da exploração capitalista.

A industrialização acelerada não tornou o Chile menos dependente do imperialismo. As inversões diretas dos Estados Unidos no Chile praticamente estagnaram no setor das minas: foram de 517 milhões de dólares em 1960 e permaneceram nessa média até 1967 e só em 1968 passaram para 586 milhões, mas certamente tenderam a cair violentamente a partir daí devido aos processos de nacionalizações feitas ou prometidas. Mas nas manufaturas vêm aumentando progressivamente: foram de 22 milhões em 60, chegaram a 68 milhões em 68. E no comércio passou de 12 milhões para 39. Paralelamente, o endividamento externo cresceu. Os pagamentos de serviços tecnológicos foram de 7 milhões em 62, 10,7 milhões em 65 e 16,5 milhões em 68.<sup>2</sup>

E também a industrialização não expandiu os frutos do crescimento econômico, não integrou as massas marginalizadas e nem reduziu a concentração da renda. Pelo contrário. De 1960 a 1965, enquanto o setor industrial cresceu a uma taxa média anual de 6,5%, os soldos e salários caíram sua participação no valor bruto da produção de 33,7% para 30%. De 1950 a 1968 o total das remunerações ao trabalho caiu de 46,7% do total da distribuição da renda gerada na indústria manufatureira em 1950, para 36,5% em 1968. É que o caminho encontrado pelo capitalismo subdesenvolvido para adaptar-se às restrições do mercado interno e de acumulação deficiente de capitais, foi o caminho da concentração, da subordinação ao imperialismo, dos monopólios e da alta substituição de homens por máquinas. O resultado é o formidável aguçamento das desigualdades de rendas e a contínua marginalização da força do trabalho inaproveitada.<sup>3</sup>

O governo de Frei pretendeu enfrentar a crise. Um milhão de votos tinha sido dado ao candidato da coligação comunista-socialista e, em todo continente, o exemplo cubano entusiasmava crescentes massas cansadas dos experimentos burgueses que reproduziam a exploração e a opressão seculares. O desafio foi respondido nos moldes da Aliança para o Progresso. A democracia cristã projetou ampliar o mercado interno através do acesso ao uso da terra (sob a forma individual ou cooperativa) de novas camadas

---

<sup>1</sup> Cf. pesquisa realizada por Zeitlin e Petras (In "El radicalismo político de la clase trabajadora chilena").

<sup>2</sup> Dados tabulados no "Centro de Estudios Sócio-Econômicos" e divulgados em Ponto Final N.º 1141.

<sup>3</sup> Dados de análise in "Consideraciones sobre el carácter dependiente de la burguesía industrial chilena".

camponesas; ampliar a participação das massas através de vias institucionais (principalmente das massas rurais, até então relativamente desorganizadas, para tentar contrabalançar o peso das organizações operárias, dominadas pelas coligações marxistas); consolidar o desenvolvimento industrial, estimulando seus setores mais dinâmicos.

A economia se manteve ativa em 1965 e 1966, mas iniciou um brusco retrocesso em 1967, mantendo-se em crise daí por diante. Com isso, as massas mobilizadas por Frei, e que pareciam ser uma barreira para o avanço da esquerda, se transformam em novas ameaças ao exigir o cumprimento das promessas não realizadas. Pois os setores que foram ganhos contra Allende em 64, em nome da "revolução com liberdade", se iludem de fato com o "terceiro caminho", mas também acreditam de fato nas transformações radicais prometidas.

Os mitos democrata-cristãos ao penetrarem nas massas também se transformaram em força material e os seus chefes conluiados com a plutocracia local não podiam mais impunemente ignorar as motivações dessa força política, que eles invocaram para desviar a onda socialista. Iniciou-se então, dentro da própria DC, um processo de diferenciação entre a direção representativa da grande burguesia "modernizante" e um setor de esquerda pressionado e empurrado pelo descontentamento de suas bases. O reformismo democrata-cristão pró-imperialista revelava-se incapaz de estabilizar o país e daí em diante sua face repressiva será cada vez mais constante.

A política de desenvolvimento industrial baseada na satisfação da demanda das camadas de rendas médias e altas revelava-se incompatível, seja com a produção para as camadas mais amplas, seja com o estabelecimento de uma infra-estrutura capaz de manter a continuidade do processo. A partir de 1969, mesmo com o setor externo favorável, a aceleração da inflação denuncia os pontos de estrangulamento desse tipo de desenvolvimento.

No campo, o governo pretendia forçar o latifúndio a se modernizar, através das ameaças de expropriações, ao mesmo tempo em que pretendia criar uma classe média. De fato, o efeito foi mais de empurrar o latifúndio para frente do que de derrubá-lo de vez. Até março de 1970 tinha sido expropriada uma área total de 3 milhões de hectares (A área total das explorações era de 30,6 milhões, da qual mais de 22 milhões pertenciam a propriedades de mais de mil hectares). A extensão não foi, pois, suficiente para erradicar o latifúndio, mas foi para forçá-lo a modernizar-se e pesar menos sobre a economia nacional.

De outra parte, em fins de 1969 havia 17.400 famílias morando em propriedades expropriadas. Segundo a lei, após 3 anos sob administração governamental e "experiências" de co-gestão camponesa sob tutela da burocracia estatal, eles escolheriam entre a forma individual ou coletiva de uso da terra. Como se vê, o número de camponeses beneficiados foi extremamente reduzido, mas o efeito maior foi o da expectativa alimentada nas massas rurais.

O que aconteceu, em suma, com a experiência democrata-cristã foi que, incapaz de barrar o avanço da revolução, aguçou sua força, aumentando as expectativas das massas e sendo incapaz de satisfazê-las.

As eleições de 1970 vão encontrar o país mais radicalizado. A crise econômica trazendo à tona todas as contradições do regime; o crescimento da esquerda revolucionária, tendo à testa o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), que expressava a ameaça concreta da luta armada no país; a cisão de esquerda na DC, refletindo as decepções dos setores que a apoiavam à espera da "revolução" que não veio; a mobilização crescente e autônoma dos camponeses ansiosos de pôr em prática a reforma agrária (2 das 3 grandes federações camponesas já estavam com a esquerda socialista-comunista); as ocupações violentas de casas pelos "pobladores" que cresciam nos arredores urbanos sem obter emprego e moradia (e organizados principalmente pelo MIR); o aumento das lutas e da organização da classe operária.

Ante o avanço dos movimentos de massa e da esquerda, a burguesia se divide: a

extrema direita lança o velho Alessandri, com um programa de austeridade financeira e a pretensão de conter o perigo revolucionário enfrentando-o face à face e terminando com a "aventura" democrata-cristã, que tinha "aberto as portas para a subversão"; a DC procurou ainda desviar a onda revolucionária mantendo um programa reformista. Mas desta vez, ante a evidente radicalização do eleitorado, seu candidato e seu programa estiveram bem à esquerda do que tinham estado em 1964. Tomic, o candidato escolhido, representa exatamente o setor "de esquerda" do DC, em oposição ao setor mais direitista de Frei. Finalmente os partidos de esquerda - engrossados pela cisão de esquerda da DC e pela pequena-burguesia do partido radical - mantinham a candidatura de Allende uma vez mais. Mas também a esquerda refletia em sua tônica os avanços da radicalização popular.

### ***A correlação de forças e o compromisso legal***

O resultado final das eleições apontou 1.075.616 votos para Allende (36,37%), 1.036.278 para Alessandri (34,98%) e 824.849 para Tomic (27,84%). Nenhum deles tendo atingido mais de 50 % dos votos, caberia ao Congresso a escolha final entre os dois mais votados. Uma longa tradição política chilena rezava que o Congresso deveria confirmar o vitorioso nas urnas. Evidentemente uma tradição política não seria obstáculo intransponível para se impedir a posse legal de um candidato socialista. A função das tradições é garantir a estabilidade das instituições, e quando a continuidade de uma tradição representa uma ameaça maior à estabilidade do que sua transgressão, os contínuos golpes militares latino-americanos mostram qual é a melhor solução para as classes dominantes.

Mas também as classes dominantes não dominam como querem. Não somente as classes dominadas possuem uma força específica na determinação dos acontecimentos, como ainda as próprias forças políticas e ideológicas invocadas pelas classes dominantes no curso das lutas ganham sua dinâmica própria e não podem ser canceladas a bel-prazer. A ideologia jurídica liberal, o mito da soberania popular através do voto, a "neutralidade do Exército", a democracia cristã que se apresentou como alternativa "revolucionária humanista" à revolução socialista "totalitária": tudo isso foram armas do arsenal burguês que precisavam ser vencidas como condição para o êxito da solução militar pura e simples. Os fatos revelaram que não houve tempo para removê-las todas antes da posse legal do candidato vitorioso nas urnas.

A batalha se exprimia através do mecanismo legal do reconhecimento pelo Congresso. Mas é claro que por trás dos argumentos formais dos juristas e parlamentares, pesavam mais os balanços sobre a real correlação de forças no país. E esta não era favorável a uma solução burguesa de força pura e simples. A burguesia não podia se enganar sobre os votos dados a Tomic: este, para arrebanhar um eleitorado radicalizado, tinha sido obrigado a se declarar favorável a quase todas as transformações antiimperialistas e antimonopolistas do programa de Allende. Ainda que elaborado com as formas indefinidas da ideologia democrata-cristã, o programa de Tomic declara-se instrumento do *"esforço revolucionário em luta contra as estruturas capitalistas e neocapitalistas; contra os interesses imperialistas de exploração econômica e subordinação política"* etc. etc. A base social pequeno-burguesa da DC não aceitaria facilmente o conluio aberto de seus representantes com os "momios" repudiados da ultradireita. A radicalização das forças de esquerda e o reforçamento do MIR eram outro problema: certamente o golpe militar provocaria a extensão da luta armada revolucionária num país em que a esquerda conta com as bases de massa mais fortes do continente depois de Cuba. E finalmente a direita precisaria ainda organizar seu esquema golpista, combatendo os mitos legalistas que alimentara durante anos nas suas Forças Armadas.

A extrema direita, representada pelo Partido Nacional e pela Democracia Radical,<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O PN é a fusão dos velhos Partido Conservador e Partido Liberal, representando a direita mais tradicional. A DR é uma cisão recente do PR, que reúne os mais ferozes anticomunistas e aventureiros golpistas.

procurou evitar a qualquer custo a entrega do poder político a Allende. Para isso, estimulou o pânico financeiro na alta burguesia, a remessa de dinheiro para o exterior e o estancamento das inversões industriais e da atividade agrícola. Só em setembro e outubro de 70 drenaram para o exterior 31 milhões de dólares (cerca de 2,5% do total obtido com as exportações no decorrer de todo o ano!). As empresas norte-americanas desencadearam uma política abertamente provocadora de parar suas atividades e não pagar seus empregados. No campo, o fenômeno foi o mesmo. Por outro lado, a direita armou os fios para a conspiração militar. Mas tentou também, enquanto deu, a solução legal: o não reconhecimento pelo Congresso. Como esta solução, para encontrar maioria, necessitaria da adesão da DC, Alessandri declarou que, se fosse ele o escolhido, renunciaria para haver outras eleições. E, para esclarecer bem, o PN e a DR declaravam por toda parte que apoiariam então a candidatura de Frei, se a DC o quisesse.

Eduardo Frei bem que se encantou com a solução. Mas aí pesaram as contradições da DC. Tomic, no dia seguinte à proclamação do resultado eleitoral, fora à casa de Allende expressar seu reconhecimento pela vitória da UP. Expressava assim a repulsa do seu eleitorado por uma associação da DC com a direita golpista, e o receio de que essa solução colocaria o país ante a opção imediata: ditadura militar ou revolução dos trabalhadores.

Enquanto a DC se declarava internamente vacilando entre a lealdade ao regime burguês, a cujo destino está presa, e a lealdade ao seu eleitorado reformista, cuja força dá a sua importância perante a burguesia, também a UP enfrentou seus problemas e indecisões. Logo após a proclamação da vitória, uma massa humana jamais vista inundou o centro de Santiago, vinda dos mais afastados bairros e vilas operárias, promovendo uma inédita festa popular, que revelou à direita a força e a disposição da esquerda. Para uns, esta seria a maior garantia contra o golpe. Para outros, seria um compromisso com a DC e a tranquilização do Exército. Quando, diante das ameaças do golpe direitista, o Exército impediu qualquer reunião pública, procurou claramente esvaziar os comitês de base da UP, querendo apresentar-se ele como o fiador da ordem pública. Não errou a UP ao arrancar o compromisso legal da DC, obrigando-a a assumir suas declarações democráticas demagógicas. Mas errou ao se centrar nisso e deixar esvaziar o aspecto básico: a mobilização política dos trabalhadores.

A DC afinal resolveu - após intensa luta interna - a reconhecer a vitória de Allende, desde que a UP firmasse no Congresso um "Estatuto de Garantias", pelo qual o novo governo se comprometeria juridicamente a "respeitar o regime democrático". Os astutos chefes da DC queriam dessa forma passar a ser os "guardiões da democracia", garantindo a posse do candidato eleito (e assim satisfazendo os anseios de suas bases pequeno-burguesas legalistas e "antimomias") ao mesmo tempo em que prenderia os vitoriosos a compromissos que poderiam ser cobrados depois, e legalmente, pelo próprio Exército (e assim se apresentariam à grande burguesia como os mais capazes de evitar a "catástrofe"). O problema mais delicado para a elaboração de um tal estatuto estava em que ele não poderia explicitamente defender a manutenção do regime capitalista sem que as raposas demo-cristãs se desmascarassem perante largos setores do seu eleitorado. Por isso, ele teve que se prender aos problemas das instituições políticas: que o governo manteria o "pluralismo político"; que manteria em vigência o "Estado de Direito"; que as Forças Armadas e o corpo de carabineiros seguiriam sendo "uma garantia da convivência democrática"; que a educação permanecesse "independente de orientação ideológica oficial" e se respeitasse a "autonomia universitária"; que se respeitasse a liberdade das organizações sindicais e sociais; que houvesse liberdade de imprensa e expressão; que o Exército mantivesse sua autonomia, passando a ser seus oficiais que decidiriam as promoções e mudanças de comando. A não ser esta última cláusula, as outras todas eram uma repetição das hipocrisias liberais que já constavam da Constituição. E a última cláusula fazia do Exército um poder juridicamente independente do Executivo e, assim, munido já das "condições legais" para enfrentá-lo. A UP aceitou todas as outras cláusulas menos esta e a DC não tinha condições de insistir nela depois que Allende habilmente mostrou como ela

era incompatível com os próprios "princípios democráticos" jurados pela democracia cristã.

A conspiração militar que culminou com o frustrado sequestro transformado em assassinato do general Schneider, chefe do Exército, se deu nesse quadro de desespero de amplos setores da direita, ante a "capitulação" da DC. Na conspiração estiveram implicados não somente líderes dos partidos da ultradireita (PN e DR), mas ainda comandantes militares de confiança de Frei e mesmo figuras de destaque da DC. Mas, ainda que bem instalados em altos escalões do governo, os golpistas se ressentiam da inexperiência e falta de preparação política anterior. A atitude legalista de Schneider - que tinha enorme prestígio na oficialidade — revelava a dimensão dos obstáculos que teriam de ser vencidos. A transformação do sequestro num assassinato revelou a inexperiência dos conspiradores. E o choque emocional causado por esse assassinato neutralizou por um bom tempo o golpismo dentro do Exército, pois Allende soube capitalizar o prestígio de Schneider e a indignação contra seus assassinos.

Assim, se esvaziaram as manobras para impedir a posse de Allende em novembro, 2 meses depois das eleições. Já as sabotagens econômicas não poderiam prosseguir no mesmo ritmo e nas mesmas proporções. Pois essas armas precisariam encontrar seu complemento no consequente golpe político, se não se voltariam em certa medida contra seus próprios autores. A paralisação da produção também significava queda nos lucros, além de provocar diretamente o governo, forçando-o a contra-atacar com medidas enérgicas. A burguesia teve então que jogar a prazo mais longo. A sabotagem teria que ser mais disfarçada, mais graduada, dosada mesmo com votos de confiança e colaborações para tentar segurar da forma que desse o governo reformista.

Mesmo os representantes políticos da direita fizeram uma pausa. O tradicional órgão da reação, "El Mercurio", mudou sua direção executiva para adotar uma linha mais "compreensiva", que elogiava a "dignidade" de Allende e denunciava os "abusos" de seus seguidores. O PN e a DR se puseram num provisório segundo plano (decorrente da constatação da sua evidente impopularidade. Nesse sentido a grande votação de Alessandri expressa mais sua força própria do que uma revitalização dos velhos partidos da direita) e basearam suas táticas em apelos constantes à DC para que assumira seu lugar numa frente anticomunista. A DC, indecisa e dividida, espera ganhar tempo.

Pois o governo não pode perder tempo. Ele tem perante as massas a responsabilidade de cumprir um programa popular sem dispor de poderes para isso. Sem contar que o poder econômico permanece em mãos da burguesia (e não falamos apenas de todo o enorme setor privado que detém grandes monopólios industriais, terras e bancos. Enquanto predominarem as leis da acumulação privada, o setor estatal é também um instrumento para o reforçamento da burguesia), o poder político está dividido de modo a dificultar todos os passos do governo. No Legislativo a bancada da DC é quem decide as coisas, permanecendo entre o bloco minoritário da extrema direita e o majoritário da UP. O Judiciário é dominado pela direita. E no Exército, os grupos dominados se dividem entre simpatizantes da direita democrata-cristã e os que apóiam Allende na medida em que ele permanece dentro dos quadros legais.

A UP não pode perder tempo. Hoje Allende dispõe de enorme popularidade e as massas trabalhadoras se entusiasma com as possibilidades abertas e esboçadas de liquidação do domínio dos seus grandes exploradores. Mas se o governo, limitado pelas travas legais das instituições burguesas, não der sequência aos seus projetos, o esvaziamento e o desencanto das massas não tardarão. Acrescente-se a isso o fato de que se as rédeas do poder econômico permanecerem com os grandes capitalistas de fora e de dentro, o governo não terá meios para combater a crise econômica que se esboça e cujas consequências pesarão sobre os trabalhadores. A desmoralização do governo e suas bases será o sinal para a retomada da ofensiva pela direita. Por isso a UP não pode deixar correr o tempo.

Mas a UP, permanecendo com a tática predominantemente legalista, pretende encontrar os meios legais para romper os atuais empecilhos legais. Por isso as eleições municipais de abril foram tão importantes: elas dariam um índice de correlação de forças



eleitoral após 4 meses de governo e mostraria à UP que se aproximava o momento da convocação de um plebiscito - o meio legal para alterar a legalidade vigente.

Os resultados eleitorais foram francamente positivos para a esquerda. Os partidos que apóiam o governo obtiveram 49,73% (Allende obteve 36,3%, 6 meses antes); a DC obteve 25,6% (Tomic obtivera 27,84% e nas eleições municipais de 1967 a DC conquistara 35,6%); PN e PR somaram apenas 21,9% (Alessandri obtivera 34,98%). Contando-se que uma parcela significativa do eleitorado da DC poderia ser ganho para um programa de transformações sociais da UP, Allende e seus companheiros podem ficar satisfeitos com o balanço das urnas.

E dentro da UP houve também um evidente deslocamento para a esquerda. O PS passou de 12% dos votos em 1967 para 22% em 1971 (era o 5º. partido e hoje é o 2º.). Certamente o PS se beneficiou não só do prestígio de Allende, mas também do fato de outros agrupamentos políticos que não dispuseram de chapa própria reforçarem sua legenda (foi o caso do MAPU, cisão de esquerda da DC que integra a UP e que está em franco processo de radicalização. O MIR apelou a que se votasse no PS ou no PC). O PC manteve a média das últimas eleições, com 16,9%. E o PR, organização da classe média que é a esperança da moderação no governo, permaneceu com apenas 8% dos votos, revelando ser uma força secundária dentro da UP.

O resultado eleitoral é satisfatório. Mas será ilusório se imaginar que o processo se resolverá por essas vias. Uma maioria eleitoral quando não representa uma força política organizada para a luta pode debandar e se diluir frente aos destacamentos, reduzidos, mas organizados e armados pela reação. Não é um erro em absoluto se ter uma estratégia legal capaz de aproveitar todas as possibilidades abertas pelos meios legais, capaz de neutralizar as camadas intermédias legalistas e reformistas. Mas será um erro repousar o destino da revolução nesse caminho. Ele é um excelente artifício que pode ser aproveitado para facilitar a arregimentação de forças. Mas ele não é ainda o meio de se liquidar as forças do adversário. E se a via legal for pensada como a decisiva, ele será um atalho perigoso que leva irremediavelmente à capitulação.

### ***O programa da unidade popular e seu significado no Chile de hoje***

Mas o que pretende o governo da UP? Qual o objetivo do seu programa, qual o significado desse programa no contexto político chileno atual e, finalmente, qual é a prática desse programa? Qualquer análise parcial que separe o programa da dinâmica da luta de classe no país será incapaz de apreender-lhe o verdadeiro alcance.

Já o reformismo deste programa não é o reformismo reboquista típico dos PCs do Continente. O fato do PC e PS serem partidos de forte composição operária, de terem que competir pela liderança de uma classe com grandes tradições de luta e ampla organização sindical, de terem que combater a alternativa reformista burguesa que atingiu o poder com a DC, levou-os a um programa mais marcadamente anticapitalista, que contrasta com as idealizações pró-burguesas de um PC brasileiro ou argentino, por exemplo.

O programa da UP não se limita às clássicas críticas ao imperialismo e ao latifúndio em nome do desenvolvimento capitalista industrial e da "revolução democrático-burguesa, nacionalista e antifeudal". Caracterizando o Chile como "um país capitalista dependente do imperialismo", reconhece que "como consequência mesmo do desenvolvimento do capitalismo mundial, a entrega da burguesia monopolista nacional ao imperialismo aumenta progressivamente". É verdade que as denúncias isentam a "média burguesia" não-monopolista. Mas isso não leva o programa a adotar uma via de "capitalismo nacional" ou coisas do gênero. Pelo contrário, sua tônica é a da crítica do próprio regime:

*No Chile se governa e se legisla a favor de uns poucos, dos grandes capitalistas e seus sequazes, das companhias que dominam nossa economia, dos*

*latifundiários (...). Aos donos do capital, lhes interessa ganhar sempre mais dinheiro e não satisfazer as necessidades do povo chileno.*

E seguem várias especificações revelando os mecanismos da exploração e dos privilégios de classe do regime capitalista. E a análise da situação conclui:

*A única alternativa verdadeiramente popular e, portanto, a tarefa fundamental que o governo do povo tem diante de si, é terminar com o domínio dos imperialistas, dos monopólios, da oligarquia latifundiária e iniciar a construção do socialismo no Chile.*

A baboseira do "governo do povo" não é suficiente para anular a importância do objetivo traçado.

Se o programa da UP fosse julgado apenas por essa parte (análise da situação geral e caráter das grandes transformações econômicas) não hesitaríamos em chamá-lo de revolucionário, perdendo indefinições populistas que pontilham o documento. Mas o caráter reformista do programa é afirmado fundamentalmente pela sua estratégia quanto ao poder político.

No fundamental a estratégia política do programa da UP busca introduzir a democracia popular dentro do Estado burguês. Dizemos "democracia popular" com todas as ambiguidades do termo porque corresponde bem às indefinições do próprio programa. Ele fala que as transformações revolucionárias só serão possíveis caso "*o povo chileno tome em suas mãos o poder*" e depois define o poder popular como aquele dos "trabalhadores, campesinato e setores progressistas das camadas médias da cidade e do campo". O órgão que expressará a "soberania popular" seria a "Assembléia do Povo", eleita através dos mecanismos mais avançados da suma democracia burguesa revolucionária, mas que nada tem de um novo caráter de classe.

E a ambigüidade populista é completada pela concepção gradualista da tomada do poder. Não se trata de substituir um Estado por outro. Não se trata de destruir o Estado burguês e construir um Estado socialista. Trata-se, para o programa, de estimular a maior participação das massas frente aos órgãos estatais. As organizações populares "serão chamadas a intervir no setor que lhes corresponda nas decisões dos órgãos do poder". E o documento prevê várias formas de gestão democratizada nas instituições e empresas públicas. O Tribunal Supremo de Justiça deverá ser designado pela Assembléia do Povo. Já quanto ao Exército a UP é bem mais cuidadosa: define novas tarefas para as forças armadas (defesa da soberania nacional contra as ameaças imperialistas e não a repressão contra as massas), mas não faz a menor referência às mudanças que se teria que fazer para transformar o caráter das Forças Armadas: nada sobre o caráter reacionário da hierarquia militar, da sua formação, etc. Em suma, dadas as indefinições do programa quanto ao poder político, para sabermos se a introdução quantitativa de transformações democráticas "populares" será suficiente para quebrar a dominação burguesa, teremos que ver o ritmo e a qualidade de tais medidas. Pois elas não se dão no vazio. Elas se produzem no fogo das lutas de classe. Se algumas medidas básicas são tomadas conjuntamente e com força suficiente para aniquilar num dado momento o poder de reação da burguesia, temos uma possibilidade revolucionária. Mas se as mais bem intencionadas transformações "revolucionárias" são programadas no curso de um longo processo, o mais provável é que esse processo seja antes interrompido pela intervenção contra-revolucionária da burguesia.

A chamada "construção da nova economia" possui as mesmas indefinições da "construção do Estado Popular". Os objetivos em si mesmos desta "nova economia" são impecáveis. A UP visa a terminar com o "poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio, para iniciar a construção do socialismo". Para isso é vista como indispensável a constituição de uma área estatal dominante e daí a necessidade de grandes nacionalizações: das grandes minas, dos bancos e companhias de seguro, do comércio externo, das grandes empresas de distribuição, dos monopólios industriais estratégicos e todos os setores básicos para o desenvolvimento do país. A reforma agrária deveria ser acelerada, dando-se ênfase nas formas coletivas de exploração. E a política de

desenvolvimento econômico se transforma, voltando a capacidade produtiva dos artigos de consumo das camadas privilegiadas para aqueles de consumo popular e que possam garantir maior absorção de mão-de-obra, além de medidas para evitar a subordinação externa, para tentar estabilizar os preços, etc. Os problemas aqui são os mesmos que se colocam na instância política. Se todas essas transformações se efetivam, o mais provável é que tenhamos as bases para o socialismo no país, embora também não se exclua a possibilidade de serem posteriormente absorvidas e reorientadas por um novo governo sobre uma base de um capitalismo de estado do tipo egípcio, por exemplo. Mas, também aqui, o problema mais concreto é saber do ritmo delas e da sua forma.

Um conjunto de expropriações estratégicas num momento concentrado é uma coisa. Outra, muito diferente, será uma série de nacionalizações, espaçadas no tempo e feitas à base de indenizações. Enquanto a primeira política permite definir a passagem real para uma "nova economia", quebrando num dado momento o poder econômico da burguesia (mesmo que restem muitas propriedades burguesas), a última se desgasta por falta de recursos e é geralmente interrompida no meio. E enquanto a burguesia domina os setores chaves da economia todas as pretensões à planificação ficam seriamente ameaçadas.

Aos seis meses de governo, podemos ver que Allende avançou extraordinariamente em uma série de medidas populares que eram cabíveis dentro do velho quadro institucional, ao mesmo tempo em que apenas projetou a execução de algumas medidas realmente fundamentais.

O efeito imediato das medidas populares tomadas foi principalmente o de revelar uma nova orientação para o governo. Aproveitando-se das possibilidades das próprias instituições burguesas, o governo da UP procurou ensaiar uma política popular. Medidas contra privilégios e abusos de altos burocratas e capitalistas, punições contra banqueiros especuladores, funcionários corruptos, industriais sonegadores, latifundiários armados contra camponeses, e extinção das vultosas verbas para "viagens e assessorias" - mostraram pela primeira vez, de forma mais contínua a aplicação das leis burguesas contra a burguesia. De acordo com antiga legislação, a punição contra o ocupante ilegal da terra é extremamente leve e é pesadíssima contra aquele que procura reavê-la pela força - foi à justiça criada para proteger a expulsão dos índios mapuches de suas terras. Allende aproveitou-a para exigir pesadas penas contra latifundiários que tentaram liquidar as ocupações de suas terras pela força, ao mesmo tempo em que teve o máximo de complacência para com os ocupantes ilegais. Também no dia em que indultava militantes implicados em expropriações de banco ao tempo de Frei, Allende elogiou suas intenções (discordando evidentemente de seus métodos) comparando seu valor com a covardia dos que roubavam o povo serenamente instalados do lado de lá dos guichês. No dia seguinte, para a alusão se tomar mais clara, veio ordem de prisão contra grande banqueiro local flagrado em altas especulações monetárias. Outra medida de efeito foi à dissolução do Grupo Móvel dos Carabineiros - corpo especializado na repressão aos movimentos de massa.

Medidas a favor da "economia popular" também foram tomadas nesse tempo: elevação geral dos salários (cerca do dobro do aumento do custo de vida no período), congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade e quase estancamento da inflação, congelamento dos aluguéis, assistência médica gratuita, barateamento das refeições, etc. Ao mesmo tempo esboçou-se um aprofundamento da reforma agrária. Já no dia 19 de dezembro, a Corporação de Reforma Agrária (CORA) anunciou que tomaria posse de mais 53 fundos, num total de quase 24 mil hectares. Em 22 de janeiro anunciou mais 32 expropriações, e para fins de fevereiro, outras 46. E, diante do temor dos fazendeiros que interrogaram quais os limites da reforma, o Vice-presidente da CORA declarou que o propósito do governo era extinguir a propriedade individual da terra e entregar a todo camponês seu direito ao produto da terra, sendo a forma da propriedade decidida pelos Conselhos de Camponeses. Disse que haveria ainda cerca 500 a 4000 expropriações. O Ministro da Agricultura acrescentou que toda propriedade que não fosse pequena ou média seria expropriada. O obstáculo principal, segundo ainda o

Vice-presidente da CORA, era o custo previsto para toda a operação ("El Mercurio" de 2 e 3/01/71).

Mas é bom se ver que o processo mais acelerado das expropriações se deu sob a pressão de um processo de baixo de tomadas de terra pelos camponeses, que não esperaram o curso legal. Em começos de fevereiro havia cerca de 250 propriedades ocupadas em todo o país, sendo a grande maioria por iniciativa do próprio movimento camponês, que criou fatos consumados para o governo.

Nas relações internacionais, o reatamento com Cuba, com a China, com a Coréia do Norte, com a RDA, completam o quadro das medidas imediatas que deram outro sentido à política chilena.

Mas é claro que todas essas medidas têm seus limites bem visíveis. Elas não tiram ainda a economia chilena da sua estrutura burguesa, elas apenas procuram aproveitar, na medida em que é possível, o que um governo de esquerda pode extrair de um poder burguês. É evidente que essa contradição tem um prazo - e não muito longo, para se resolver. Na medida em que a economia ainda se desenvolve pelas leis da acumulação capitalista, as mais bem intencionadas medidas para redistribuir a renda ou para liquidar abusos e privilégios dos opressores se esfumam contra a inelutabilidade das exigências do regime. Elas são importantes para denunciar um estado de coisas e revelar outra possibilidade. Mas por isso mesmo elas desestimulam a inversão privada, e, portanto, provocam crises e estagnação. Para que tais tipos de medidas não provoquem estagnação econômica, elas têm que afinal se inserir numa política global de substituição da acumulação capitalista pela socialista, como processo fundamental do desenvolvimento.

O processo de estatizações indispensável para criar as bases para a planificação socialista foi apenas projetado. Foram nacionalizadas algumas poucas grandes empresas que provocaram abertamente o governo, paralisando a produção, atrasando os salários e despedindo trabalhadores. E foram projetadas as grandes nacionalizações das minas e bancos. No dia 21 de dezembro, Allende anunciou em praça pública seu projeto para nacionalização das minas, que implicaria numa reforma constitucional; o Estado passaria a ter domínio absoluto sobre as jazidas e minas e os particulares poderiam receber concessões; se regulamenta o que são as "grandes minas", que seriam todas nacionalizadas; as indenizações foram fixadas pela "Contraloría General de La República" com recurso para um Tribunal criado pelo próprio governo, e seu pagamento se faria num prazo de 30 anos. Dia 31 de dezembro o governo anuncia a nacionalização das jazidas de carvão. No mesmo dia Allende expõe a intenção de estatizar todo o sistema bancário: ao mesmo tempo em que envia projeto nesse sentido, começa a comprar ações em condições mais vantajosas para os pequenos acionistas.

O que se pode ver com clareza é que as medidas mais de fundo estão à espera da aprovação legal. Enquanto isso, caminham vagarosamente e através de sistemas de indenizações e pagamentos legais que lhes tiram todo o alcance revolucionário, pois deixam nas mãos dos capitalistas os recursos que escasseiam no Tesouro Nacional. Concluindo a análise da prática do programa governamental, verificamos que até aqui sua importância maior esteve na dinâmica das lutas que permitiu. As lutas de massa que já vinham crescendo desde o tempo de Frei se avolumaram, ao verem se debilitar os instrumentos da reação burguesa. O simples fato da burguesia não poder mais contar com o governo para reprimir as lutas dos trabalhadores, o simples fato das organizações dos trabalhadores poderem se multiplicar e se articular por todo o país, lhes deu uma força extraordinária. Em seguida, as ocupações de casas, construções e fábricas espalharam o fenômeno por todo o país. Fenômeno que a reação mais teme. É essa dinâmica do movimento das massas - estimulada pela simples presença de um governo cuja força advém do apoio dos trabalhadores - que faz hoje do governo da UP algo inassimilável pela burguesia local e o imperialismo.

O perigo maior para o avanço do programa num sentido revolucionário está em suas

tendências burocratizantes. Uma "eficiente" equipe técnica programa toda a execução das reformas. Ao "povo" cabe "apoiar" o governo diante das ameaças da direita. Agora, esses administradores se impacientam com as iniciativas das massas, não previstas em seus programas. O governo pretende dinamizar os "comitês de unidade popular", mas prevendo apenas para eles o apoio às medidas tomadas "de cima". Ele é incapaz de promover uma efetiva força política vitalizada pela genuína iniciativa revolucionária das massas.

De qualquer forma, o programa e a prática da UP abrem um caminho mais largo para o processo revolucionário chileno. As medidas reformistas se tomam insuportáveis para a classe dominante porque a ampla democracia não lhe garante o enquadramento do processo. A tarefa da esquerda revolucionária é justamente aproveitar essas condições para encontrar o "ponto de ruptura" ideal que torne o processo irreversível.

(1971)

## COMO APRENDER, COM QUEM APRENDER

### Sobre as considerações de Raul Villa a respeito da luta por "Direitos Democráticos"

Ernesto Martins

Estou em situação meio incômoda. Tenho que entrar num debate público, desencadeado por uma carta pessoal. Em agosto do ano passado escrevi ao companheiro RV, transmitindo-lhe uma série de críticas e dúvidas sobre a linha política do MIR chileno, depois do golpe militar. Dirigi essa carta a ele justamente por considerá-lo mais qualificado, em virtude da sua dupla experiência, colhida tanto no Brasil como no Chile, para responder as minhas dúvidas. Isso não se deu. A carta, como tal, nunca foi respondida. Em troca, RV veio a público, no início deste ano, com um documento intitulado "*Sobre as Considerações do Companheiro EM, a respeito da linha política do MIR*", que antes de representar uma contribuição para um debate objetivo dos problemas levantados, constitui uma polêmica em torno de posições já definidas e fechadas. Tenho de seguir, portanto, o terreno escolhido por RV, mas quero deixar claro que muitas das formulações da carta, reproduzidas por RV no seu documento, não eram destinadas à divulgação. Mesmo o simples fato da solidariedade com os companheiros do MIR, organização cujo papel durante os anos críticos do governo da Unidade Popular sabemos avaliar, evitaria que tomássemos uma posição pública, que pudesse ser interpretada como um ataque frontal e fornecer munição aos seus críticos da direita, lá e cá.

Em primeiro lugar, tenho que defender-me de certos recursos polêmicos, dos quais RV lança mão no seu documento. Quando, entre outras, manifestei a minha surpresa com o "*baixo nível das definições dos regimes com os quais tinham ou têm de lidar*", referi-me concretamente ao documento do MIR "La Dictadura Gorila en Chile y Ia Tactica de los Revolucionários" que formula as suas posições depois do golpe militar, salientando ainda que "*representa um passo atrás em relação às análises anteriores*". Passando por cima desta segunda parte da observação, RV pretende dar a impressão de que eu teria dado uma avaliação geral do MIR - o que lhe permite mostrar-se extremamente indignado e essa indignação não para até o fim de seu trabalho:

*Pois na verdade — declara logo na primeira página — minha opinião é que o rigor atingido pelo MIR na definição dos regimes (da formação social chilena), de cada governo (UP, Frei, Junta Militar), de cada composição de força, de cada tendência e de cada período ou conjuntura, é algo inusitado em nossa esquerda revolucionária.*

Para provar o rigor atingido no referido documento, RV acusa-me de ter "truncado" uma citação. Trata-se da seguinte:

*A UP (Unidade Popular) constituiu um governo pequeno-burguês de esquerda, expressão de uma aliança entre restos burgueses de um velho bloco histórico dominante (fração do PS), o reformismo operário (PC) e o centrismo de esquerda (PS - MAPU). Sua base social de apoio foi constituída inicialmente por um amplo movimento (que incluía importantes setores da pequena burguesia, da classe operária e de pobres do campo e da cidade). O projeto político da UP foi em essência e prática o modelo reformista.*

Grifei aqui a parte por mim citada na carta, onde deixei reticências para o resto. Tinha feito esta citação parcial, justamente por tratar-se de uma carta, cujo destinatário estava de posse do documento. O que pretendi chamar a atenção do companheiro RV, entretanto, é que essa definição sumária de maneira nenhuma pode esgotar o caráter e a significação do governo da UP. Tampouco me parece que a "aliança

entre os restos burgueses de um velho bloco histórico", o Partido Radical de um lado e o movimento operário reformista e centrista, era o seu traço mais saliente. O "velho bloco histórico" seria justamente no caso a coligação entre um partido da burguesia chilena, o PR, com o movimento operário, que se deu mais nitidamente sob a "Frente Popular".

O paralelo me parece falho. Durante a época da Frente Popular o Partido Radical era um dos partidos da classe dominante chilena, que se apoiava em largos setores da classe média. Este papel já tinha perdido na época da UP. Desgastou-se e teve de ceder este lugar à Democracia Cristã. Dentro da UP, onde teve um papel secundário, não representou mais a classe dominante e sim camadas restritas da pequena burguesia as quais ainda conseguiu manter sob sua influência. Ao mesmo tempo refletiu a situação dessas camadas pequeno-burguesas, quando se cindiu no decorrer do aguçamento das contradições de classe. A ala direita abandonou a UP e a ala esquerda declarou-se "marxista".

Isso significa que, em termos de apoio social, a composição do governo da UP era diferente. A classe dominante não estava mais representada - pelo menos até a inclusão dos militares no governo. Até aí o governo se apoiava de fato na classe operária, em trabalhadores rurais e camadas pequeno-burguesas urbanas. Foi o que permitiu (e obrigou) a Unidade Popular a lançar-se à luta com um programa socialista. O reformismo se manifestou, antes de tudo, nos métodos para realizar o fim proposto.

Por isso achamos que o governo da UP — estamos nos referindo sempre à sua primeira fase, sem os militares — se aproxima do tipo de Governo de Transição, que na Internacional Leninista foi caracterizado como "Governo Operário e Camponês", isto é, um governo formado contra a vontade da classe dominante, sustentado pela classe operária e seus aliados que, todavia ainda não deram o passo decisivo para a conquista do poder e a conseqüente transformação qualitativa da sociedade. Não nos consta que o MIR tenha encarado do ponto de vista teórico a questão desse ângulo (pelo menos não vimos documento ou debate nesse sentido). Na prática porém, agiu conforme as necessidades decorrentes da situação. Seu apoio crítico dado ao governo, de fora, resguardando ao mesmo tempo sua absoluta liberdade de crítica, foi a atitude mais conseqüente que podia tomar nas condições concretas do surgimento do Governo de Transição no Chile.

Todos esses problemas se perdem simplesmente na citada definição do recente documento do MIR. Por isso achei "um passo atrás em relação às análises anteriores". Não dispomos de material original do MIR, da época, para poder fazer uma comparação, mas podemos lançar mão da autoridade do companheiro RV para nos tornarmos mais claros, se não o fomos. Pouco depois da posse de Allende, RV escreveu um artigo, no qual se preocupa justamente com este aspecto da questão. No seu "Chile entre a Legalidade Burguesa e a Revolução Socialista"<sup>1</sup>, afirma ainda: "*E o Partido Radical, organização da classe média que é a esperança da moderação no governo, permaneceu com apenas 8% dos votos, revelando ser uma força secundária dentro da UP*".

E em seguida declara:

*Já o reformismo desse programa não é o reformismo reboquista típico dos PC's do continente. O fato do PC e PS serem partidos de forte composição operária, de terem de competir pela liderança de uma classe com grandes tradições de luta e ampla organização sindical, de terem de combater a alternativa reformista burguesa que atingiu o poder com a DC, levou-os a um programa mais marcadamente anticapitalista, que contrasta com as idealizações pró-burguesas de um PC brasileiro ou argentino, por exemplo.*

Mais adiante verifica que:

---

<sup>1</sup> O artigo citado está incluído na presente Coletânea.

*Se o programa da UP fosse julgado apenas por essa parte (análise da situação geral e caráter das grandes transformações econômicas) não hesitaríamos em chamá-lo de revolucionário, perdoando indefinições populistas que pontilham o documento. Mas o caráter reformista do programa é afirmado fundamentalmente pela sua estratégia quanto ao poder político.*

Essas poucas citações do artigo de RV, que chegou a ser traduzido para o francês e o alemão (Lês Temps Modernes n. 310, maio de 1972, Paris; Probleme des Klassenkampfes n. 3, maio de 1972, Berlim) e que na época representou de fato um dos poucos trabalhos informativos dos problemas chilenos publicados na Europa, mostram que naquela época, pelo menos, o seu autor não se satisfaz com lugares comuns sobre "blocos históricos" e "reformismo".

Outra onda de indignação foi desencadeada por uma crítica minha à afirmação sumária do documento, no sentido que o Gabinete UP-generais tenha sido "imposto por uma fração burguesa (o freiismo)".

Não acho que se trata de um problema fundamental; tais divergências de interpretação ainda não provocariam contendas maiores entre revolucionários. Achei a formulação simplesmente leviana e sintomática para o nível geral do documento. O companheiro RV, no seu afã de defender a invulnerabilidade do texto todo, faz preceder os seus argumentos (ou já é argumento) de memorável exclamação: "*Me espanta sim a segurança com que o companheiro, a milhares de quilômetros de distância, estabelece que 'evidentemente' o gabinete UP-generais 'não foi imposto pela fração burguesa'.*"

Deixado claro, assim, a minha pretensão descabida, prossegue a argumentação dizendo: Primeiro, a entrada dos generais foi reivindicação da DC para a) segurá-lo por dentro e b) obrigá-lo a se opor ao processo embrionário de criação de um duplo poder, que se desenvolvia em 1972. Segundo, Allende resolveu ceder à pressão democrata-cristã, mas através da promoção de oficiais "legalistas" e sem um acordo direto com a DC.

O companheiro que me permita dizer que essa argumentação não convence, apesar das fontes literárias citadas, pois ela se choca com fatos. Mesmo a milhares de quilômetros de distância chegamos a perceber que a formação do governo UP-generais foi resultado do boicote dos caminhoneiros, fato que nem sequer entra no seu esquema apresentado. Esse boicote, que conseguiu levar em 1972 a vida econômica do Chile à beira do caos, representou o primeiro auge de uma campanha de pressão, levada avante por toda a classe dominante chilena - e não só por uma fração - contra o governo da UP.

A classe dominante chilena estava dividida, no sentido que a sua maioria ainda acreditava poder derrubar o governo dos trabalhadores mediante a tática do estrangulamento econômico. Mas a fração mais radical, que já então não confiava nesses métodos, nem por isso deixava de apoiar eficientemente o boicote e chegou a liderá-lo. O afamado líder do boicote, Leon Vilarín, foi expoente político da extrema direita. Foi a essa pressão, a de toda a classe dominante, da cidade e do campo, que Allende cedeu em outubro de 1972, selando assim o seu destino de setembro de 1973. Naquele momento, porém, a medida foi apresentada pelos reformistas (depois de certas hesitações) com mais um golpe genial do presidente. Conseguira acabar com o movimento do boicote. A oposição, que naquela altura, via na entrada dos generais no governo um ato de traição, graças ao qual Allende sobreviveu, recuou, porque não quis arriscar um conflito com o Exército e esperou a sua vez.

Em segundo lugar, tenho que confessar que não sei dessas promoções de última hora, que RV alega terem precedido a entrada dos generais. Se as houve, não podem ter tido essa importância atribuída, pois o dispositivo do general Pratts, que de fato garantiu o governo naquele momento, tinha sido formado em seguida ao assassinato do general Schneider, antes de Allende tomar posse.

Em terceiro lugar, tenho as minhas dúvidas sobre a afirmação de que a DC tenha esperado, com a entrada dos militares no governo, uma oposição ao duplo poder. Entre outras razões, porque o processo do duplo poder só começou mesmo a se fazer sentir em consequência do movimento do boicote, como resultado desse primeiro auge



do confronto.

Finalmente, o próprio RV contradiz a sua afirmação anterior, quando admite que a entrada dos militares não se deu conforme as reivindicações da DC, isto é, não correspondia nem pela forma nem pelo momento escolhido às aspirações dessa "uma fração burguesa".

Para encerrar este aspecto da questão, repito que não o acho fundamental. Se dediquei aqui mais espaço do que talvez, mereça, é para dar ao leitor menos prevenido uma idéia da problemática do debate.

Fundamental, sim, acho outro aspecto do problema, que levantei na crítica e que o companheiro RV soube contornar pelo silêncio. Quando pus em dúvida o nível das definições dos regimes, com os quais o MIR tinha ou tem que lidar, o passado aí serve mais como ilustração; muito mais conseqüências tem a caracterização da ditadura militar atual. Das formulações deficientes do documento a respeito de experiências passadas, pode-se dizer que representam um passo atrás em relação a outras já feitas. Mais graves serão as conseqüências de uma falsa avaliação da ditadura militar, pois se trata do terreno sobre o qual os companheiros chilenos têm de desencadear a sua luta atual e futura. Foi este aspecto da questão que mais me preocupou, mas é justamente aí que RV se esquivava. Não sei se devemos tomar esse silêncio, sobre essa parte das definições do documento do MIR, como concordância tácita no sentido que a caracterização da ditadura militar é indefensável, mas não podemos simplesmente passar por cima da questão, pois esta encerra as chaves para problemas debatidos em seguida.

### ***Ditadura e classe dominante***

É a seguinte a definição do documento do MIR sobre a ditadura militar, citada na carta ao companheiro RV:

*A Junta Militar expressa a política de um setor da alta oficialidade, com forte apoio no corpo de oficiais, em aliança com um setor ultra-reacionário das classes dominantes, representantes dos interesses do grande capital, fundamentalmente industrial.*

O que primeiro chama atenção nessa formulação é o fato da Junta Militar só expressar a política de um setor ultra-reacionário das classes dominantes - fundamentalmente do grande capital industrial. Cabe a pergunta: em que consiste a classe dominante num país de capitalismo dependente, como o Chile?

Pelo grau de industrialização já atingido no Chile, ela consiste antes de tudo, da burguesia industrial. Dela fazem parte igualmente as velhas oligarquias do campo, principalmente na medida em que se adaptaram ao processo de capitalização. Mas também o grande capital comercial interno e de importações e exportações. E por último, embora certamente não represente o setor menos importante, o capital financeiro e bancário, onde se reúnem e freqüentemente sintetizam os interesses dos demais componentes da classe dominante nativa, de um lado, e de outro, do capital estrangeiro. O chamado grande capital financeiro, que nunca é só financeiro, não é outra coisa do que o cume das classes dominantes, que em todo momento decisivo age e decide pela classe.

Para evitar mal-entendido queremos deixar claro aqui, de antemão, que nem as classes médias, nem os seus representantes políticos, fazem parte da classe dominante, mesmo quando sob os regimes parlamentares anteriores administraram os negócios públicos da burguesia ou, como na luta contra o governo da UP, forneciam as suas tropas de choque, inclusive as forças armadas.

Toma-se incompreensível, portanto, porque o grande capital industrial aparece no documento simplesmente como um setor ultra-reacionário, como se houvesse outros setores no mesmo nível e menos reacionários. O documento do MIR não dá

explicações à respeito. O companheiro RV tampouco.

Teria sido mais justo caracterizar a Junta Militar como expressão política dos interesses das classes dominantes, lideradas pelo grande capital. Isso, entretanto, também não esgotaria o assunto. Pois essa definição seria válida também para governos anteriores, como o de Frei, que foi um governo democrático-parlamentar e nada nos diz sobre a maneira particular com que uma ditadura militar cuida dos interesses da classe dominante. Ambas as formas de governo, Frei e a Junta, têm um denominador comum: são governos da burguesia. Importante para nós é justamente saber o que distingue as duas formas de governo da burguesia.

Mesmo correndo o perigo de ser chamado de "doutrinários" (a "superação do doutrinário" é o grito de guerra mais recente do companheiro RV), não podemos deixar de relembrar as nossas fontes para clarear o problema, pois, como Lênin já observou, o marxismo é uma doutrina. Pedimos licença para voltar ao problema do Estado.

Em "Estado e Revolução" Lênin sistematiza a experiência marxista do estado da época. Citando Engels (Das "Origens...") sobre as vantagens que a república democrática oferece ao domínio do grande capital, Lênin comenta:

*A república democrática representa o invólucro melhor possível do capitalismo e, por isso, depois de ter tomado conta desse melhor invólucro, o capital fundamenta o seu poder de maneira tão firme e tão sólida que nenhuma mudança, nem de pessoas nem de instituições nem de partidos da república burguesa-democrática pode abalar esse poder.*

Suponho que essa definição de Lênin seja tão bem conhecida que dispense mais comentários, mas quero lembrar que foi essa atitude, teórica e prática, frente à democracia burguesa, um dos motivos principais da fundação da Internacional Comunista. Esta, em sua plataforma de fundação, em 1919, declara: "*A chamada democracia, isto é, a democracia burguesa, não é outra coisa senão a ditadura velada da burguesia*" (destaque meu, EM).

E é por ser velada, que a república democrática é justamente o melhor invólucro possível da ditadura burguesa. Ao lado de garantias e direitos cívicos formais, oferece uma série de válvulas de escape, que vão da mudança de partidos desgastados, sem afetar o sistema, à divisão de poderes, que permite à burguesia controlar a legislação e a política diária. Mas - isso precisa ser destacado hoje em dia - a república democrática só é o melhor invólucro possível, enquanto o sistema capitalista funcionar sem maiores abalos do equilíbrio social, enquanto a burguesia puder governar, isto é, ditar. E, isso, em épocas de aguçamento das lutas de classes, começa a não se dar mais.

O grande precedente histórico na sociedade burguesa moderna foi o golpe de Estado de Luís Bonaparte, em tempos de vida de Marx. Analisado e estudado pelo fundador do socialismo científico, os resultados desse estudo ainda ajudam a compreender os fenômenos contemporâneos.

O que foi o chamado bonapartismo? Uma ditadura, e uma ditadura aberta não velada. Segundo as características dadas por Marx, no "Dezoito Brumário" principalmente, destaca-se antes de tudo por um reforço do Poder Executivo, às custas do Legislativo e do Judiciário. Marx fala de uma "autonomização do poder do Estado". Entende com isso a autonomia que o poder estatal consegue não só da sociedade em geral (essa ele tem desde que se tomou Estado na sociedade dividida em classes), mas também em relação à classe dominante: "*A luta parece desenvolver-se de tal maneira que todas as classes igualmente impotentes e igualmente emudecidas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil.*"

O processo do reforço do poder do Estado é paulatino. Começou com Napoleão, mas: "*Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece ter-se tornado completamente autonomizado.*"

Para compreender o alcance das observações de Marx, é preciso ter em mente a

crise pela qual a sociedade francesa tinha passado. O levante do proletariado de junho de 1848 foi sufocado sangrentamente, mas a própria burguesia, dividida em frações, não estava em condições de governar. Marx, continuando no "Dezoito de Brumário", deixa claro que essa incapacidade de governar politicamente ameaça as suas próprias bases sociais:

*Para que a calma se restabeleça no país, antes de mais nada, o seu parlamento burguês deve ser silenciado e para que seu poder social permaneça inviolado o seu poder político deve ser quebrado. Os burgueses particulares só podem continuar a explorar as demais classes e se regozijar sem preocupações com a propriedade, a família, a religião e a ordem, sob a condição de que a sua classe seja condenada junto com as outras classes à nulidade política.*

O Poder Executivo, porém, só aparentemente está acima das classes. A autonomia real conquistada é usada para impor os interesses da classe dominante e aí se trata antes de tudo dos seus interesses históricos e não forçosamente dos imediatos. O Executivo não pode agir de maneira diferente, pois ele mesmo é um produto da sociedade existente e não altera as suas bases econômicas e sociais: *"Como autoridade executiva, que se tornou um poder autônomo, Bonaparte considera a sua missão, salvaguardar a ordem burguesa"*.

Salvaguardar a ordem burguesa é governar pela burguesia. Governar, mediante uma ditadura aberta, sem rodeios ou pretextos. A própria burguesia não tem mais os recursos para intervir diretamente nos negócios de Estado. Teve de sacrificar voluntariamente ou involuntariamente os instrumentos de exercício do poder direto, dos partidos políticos, a chamada "liberdade de imprensa", dos políticos de confiança ao Parlamento. Por isso essa forma de governo burguês, mais tarde é definida por Thalheimer como ditadura aberta e indireta da burguesia.

Marx posteriormente, numa retrospectiva da experiência bonapartista, na "Guerra Civil na França", fornece também os indícios das condições em que a burguesia sacrifica os seus instrumentos de ditadura velada e direta: *"Na realidade era a única forma de governo possível numa época em que a burguesia já tinha perdido a capacidade de dominar a nação e em que a classe operária ainda não tinha adquirido essa capacidade"*.

E isso diz respeito não só ao bonapartismo como também a todas as outras formas de ditadura indireta. Esse "empate" nas lutas de classes pode se dar devido a crises econômicas e políticas, mas se dá principalmente quando o proletariado se fortalece a ponto de pôr em perigo o domínio burguês, sem todavia conseguir vencê-lo.

O bonapartismo não foi a única forma de ditadura indireta, que o aguçamento das lutas de classes produziu. O fascismo foi outra. Não podemos nos estender aqui sobre as diferenças. Para nossa finalidade basta observar que o bonapartismo correspondeu mais às necessidades de uma burguesia industrial pouco desenvolvida, enquanto o fascismo só se deu em países-metrópoles, maduros, do capitalismo mundial. Esta forma de ditadura indireta da burguesia pressupõe a existência de uma pequena burguesia de cunho "anticapitalista", isto é, de uma pequena burguesia ameaçada em sua existência pela centralização e concentração do capital e que se toma rebelde contra o grande capital. Não basta que esta pequena burguesia seja reacionária ou conservadora. Ela tem que sentir na própria carne os efeitos do capitalismo decadente. O "socialismo alemão" dos nazistas e a "nação proletária" dos fascistas italianos foram expressões dessa situação. Nós, na América Latina, já tivemos a experiência de ditaduras bonapartistas. Tivemos o Estado Novo no Brasil e o peronismo na Argentina, que representaram formas de governo bonapartista adaptadas à realidade latino-americana. Não chegamos ainda a conhecer ditaduras fascistas. Embora não faltassem tentativas de criação de movimentos fascistas, estes nunca foram capazes de desempenhar mais do que um papel auxiliar, por falta de bases sociais. A forma de ditadura indireta da burguesia, que se impõe no nível das lutas de classes atuais na América Latina é a ditadura militar, tal como surgiu no Brasil em 1964 e de forma mais brutal ainda, no Chile, em 1973.

## ***A ditadura militar "modelo brasileiro"***

O que distingue as ditaduras militares "modelo brasileiro" das ditaduras latino-americanas tradicionais é justamente o fato de tratar-se no nosso caso de uma forma de governo do grande capital. As ditaduras tradicionais, sustentadas por oligarquias e ainda representadas pela paraguaia ou nicaragüense, se tomam mais raras porque não correspondem mais as necessidades de um capitalismo dependente, que se desenvolveu no hemisfério. O "modelo brasileiro" toma a função do fascismo, onde este não encontrou condições para florescer (como o "modelo peruano" se aproxima mais ao bonapartismo). Chega a tomar emprestado do fascismo determinados traços, como a técnica de repressão e de propaganda, mas assim mesmo não é fascismo, não dispõe da capacidade de mobilização e do dinamismo ideológico desse.

Também no "modelo brasileiro" a classe média tem o seu papel funcional. Tem na fase de preparação e na do golpe e o tem posteriormente, fornecendo um apoio, ativo ou passivo, isso depende das circunstâncias. Como se trata de uma classe média conservadora, ainda defende o seu lugar dentro do desenvolvimento capitalista e deseja participar do crescimento. De maneira que, em fase de expansão, o apoio se torna ativo e mais recalcitrante nos momentos de recesso econômico. Em todas as circunstâncias, é essa camada da sociedade que fornece não só os quadros para as próprias Forças Armadas, mas igualmente os técnicos e administradores, que os militares necessitam para poder governar.

A ditadura militar, sendo uma ditadura aberta da burguesia, só reforça as características do domínio do grande capital, da exploração e opressão das demais classes da sociedade; sendo uma ditadura indireta da burguesia, ela pode mais eficientemente impor o interesse da classe toda, não só contra as demais classes da sociedade, como também contra as tendências separatistas e o fracionamento nas próprias fileiras. Os mais fracos são sacrificados aos mais fortes e o grande capital fala pela classe toda. E, essa é a única maneira de unificar a classe burguesa nos momentos em que não se sente mais ameaçada. A força que o consegue, sempre vem de fora, mas a força que o consegue no "modelo brasileiro" é o poder de Estado tornado autônomo e apoiado em baionetas.

Por isso, essa forma de ditadura militar é uma das variantes da ditadura da burguesia e não de parte dela. É uma ditadura de classe, isto é, da classe inteira e não de uma fração, de um "setor ultra-reacionário".

Essa definição de ditadura de classe não depende das intenções subjetivas da burguesia, como da situação política, econômica e social em que se encontra. Ela não é livre arbítrio das suas ações. Ela não escolhe as formas de seu domínio. Se pudesse, conservaria para sempre o "invólucro melhor possível" do seu governo, a república democrática. Hesita e resiste em abandonar os instrumentos do seu poder direto, as instituições, os partidos, etc. Marx mostra esse caminho tortuoso para a burguesia francesa, depois de 1848. Mussolini teve de organizar a sua "Marcha a Roma" para, entre outras, obrigar a própria burguesia italiana a entregar-lhe o poder e levou ainda anos para liquidar os instrumentos de domínio burgueses diretos. Na Alemanha o processo foi mais rápido, pois a burguesia alemã tinha mais a perder e esperava ganhar mais. No Brasil, não se pode afirmar que a burguesia tenha acolhido unanimemente e de bom grado a perpetuação dos militares no poder. O Ato Institucional Nº. 5 entre outros foi promulgado para disciplinar a própria classe dominante.

Uma vez, porém, criado o fato consumado da ditadura aberta e indireta da burguesia, a classe tem de se identificar com ela, pois se impõe quando corresponde às necessidades de manutenção do domínio de classe. Sinal é que uma vez instaurada a ditadura, burguesia nenhuma tenta derrotá-la. Para derrubar uma ditadura aberta, é preciso de algo mais do que as saudades democrático-parlamentares de uma oposição burguesa.

## O caso chileno

Voltemos à argumentação do companheiro RV. Como vimos, ele evita entrar na questão das relações classe-Estado na ditadura militar. Defende, entretanto, indiretamente, a fórmula do MIR, com sua constante ênfase na importância do fracionamento da burguesia chilena. "*Não é menos certo - nos adverte - que aquele que não distinguir contradições no interior dessa unidade mais geral e histórica, ficará para sempre no reino da impotência doutrinária*".

É certamente uma perspectiva sinistra que o companheiro nos abre aqui, mas vamos ver o que tem a dizer concretamente sobre as "contradições no interior dessa unidade mais geral e histórica", que a burguesia chilena representa. Em primeiro lugar objeta o nosso método de encarar a questão:

*Dado que o conjunto da classe dominante apoiou o golpe, o companheiro EM conclui que ela não está dividida. E como reforço ao seu argumento, adiciona que não lhe resta outra saída. Mas ele mistura duas coisas. Uma coisa são as soluções que se impõem; outra, diferente, são os projetos e aspirações das forças sociais. Duas frações burguesas podem se dividir porque uma delas aspira uma solução que certamente não se imporá. O fato de que nós, a partir de uma análise marxista, tenhamos concluído pela inviabilidade de um projeto político, não significa que uma força social que lute por ele tenha de abandoná-lo. Existem ilusões que são produtos necessários da situação social. O fato mais comum na história é a existência de uma força social com um projeto inviável tentando agir segundo ele. Por certo será importante avaliarmos tal inviabilidade mas estaremos equivocados se concluirmos que isso cancela a prática dos projetos inviáveis e as contradições que eles produzem.*

RV nos expõe aqui um método de abordagem de luta de classes, digno de um professor de politologia num seminário sobre o papel da ideologia na história. Fato é que essas generalidades pouco nos dizem, quando se trata de casos concretos, como, por exemplo: as ilusões da burguesia brasileira no sentido de uma volta dos militares aos quartéis, depois do golpe de 1964, elas mudaram a situação de fato? Quais eram então as conseqüências da "divisão" no seio da classe dominante brasileira? Um marxista certamente não desconhecerá o papel da ideologia, mas não a tomará por força motriz nas lutas de classe e a sua preocupação maior será querer saber qual a realidade material por trás desses aspectos ideológicos. Não precisamos, porém, deter-nos mais na questão de metodologia, pois o método real de RV é muito mais simples.

Primeiro, apresenta o quadro de uma classe dominante dividida, cujas frações estão na iminência de um confronto direto (nós não negamos divisões no seio da burguesia chilena, somente negamos-lhe o alcance atribuído por RV).

Em segundo lugar, trata os expoentes políticos da burguesia chilena de ontem, como se continuassem a representar as diversas frações da classe, como se o golpe militar não tivesse criado mudanças.

Terceiro, para poder criar um quadro mais importante de divisão da classe dominante chilena, põe correntes burguesas e pequeno-burguesas na mesma panela, tratando-as no mesmo nível.

Por último, omite-se completamente quanto às conseqüências, que as pretensas ou existentes divisões no campo inimigo possam acarretar na realidade chilena atual. Nada diz também sobre o caráter das "ilusões sociais", que a pretensa oposição de frações da burguesia possa nutrir em relação à junta militar. Vejamos:

*Pinochet, Frei e Leighton se opuseram ao governo de Allende (embora de modo bem diferente) e se oporão à revolução proletária (embora de modo diferente e, no que diz respeito à corrente pequeno-burguesa de Leighton, não está afastada a hipótese que seja neutralizada ou até que preste um apoio vacilante por algum tempo). Mas infeliz do dirigente revolucionário que se contenta com a*

*afirmação genérica da identidade de todas as correntes burguesas frente ao proletariado. Por que Leighton se opôs abertamente ao golpe, Frei não gostou da forma como ele se deu e Pinochet procura liquidar a ambos politicamente. E Leighton não é só Leighton: é todo o setor da DC que se passa para a oposição aberta e se une à esquerda na resistência à Junta. Frei não é só Frei: é toda a fração da grande burguesia que se vê marginalizada das decisões e que se opõe palacianamente à forma da ditadura indireta, que conspira com os setores "liberais" dos Estados Unidos e até com Kissinger, com frações do Exército etc. E Pinochet não é só Pinochet: é o grande capital favorecido diretamente pela política da Junta e é as Forças Armadas como partido do grande capital. Hoje as três frações estão em luta aberta. O revolucionário que, por medo de deixar "aberta a possibilidade de firmar frentes mais amplas possíveis com forças burguesas", não quiser ver as divisões atuais no campo inimigo, estará se protegendo com um belo dogma que o "protege" também da própria luta política.*

Por estranho que possa parecer, essa linguagem já ouvimos no passado: "Deixem de ser sectários e dogmáticos, sejam abertos e amplos, não tenham receios da burguesia..." Mas não é esse aspecto da questão que queremos tratar aqui. Passemos igualmente por cima das futuras relações da ala de Leighton e a revolução proletária, e da eminente adesão de toda uma ala da DC à resistência da esquerda. O que nos interessa no momento é a descrição das relações de classes, dada por RV. "Hoje as três frações estão em luta aberta", afirma ele. Pinochet é grande capital. Muito bem, é uma definição bastante genérica, para poder estar certa. Mas Frei agora é promovido a representante de toda a fração da grande burguesia, que se vê marginalizada das decisões... Aqui temos de parar para analisar. Primeiro, qual é a diferença entre "grande capital" e "grande burguesia". Não a vemos muito bem numa sociedade capitalista, mesmo dependente, mas se existir num dos esquemas sociológicos mais recentes, acontece que o grande capital é igualmente marginalizado, pois se trata justamente de uma ditadura indireta. Em troca, não é dada nenhuma prova para a afirmação que Frei representa hoje grande parte da grande burguesia chilena, e não há nenhuma tentativa para fundamentá-la. Frei foi representante da burguesia, enquanto governo. Como tal empenhou-se no programa de reformas burguesas e foi o caçula mimado da "Aliança para o Progresso", que via em políticos como ele a melhor garantia contra uma radicalização das massas na América Latina. Com o fracasso do programa das reformas e as desilusões criadas em todas as classes da sociedade chilena, Frei e a DC deixaram de ser atração para a burguesia. Sinal é que nas últimas eleições presidenciais não tinha mais candidatura única contra Allende e a burguesia preferiu Alessandri ao candidato da DC. Durante a UP, a burguesia precisou da DC na sua luta contra o governo. Hoje Frei não tem mais possibilidade material de representar a burguesia. Foi sacrificado e tinha de ser sacrificado pela classe dominante. Rompeu com a Junta e tinha que romper, depois de todos os esforços de oferecer os seus serviços e depois de se convencer que no esquema da Junta não tinha mais lugar para presidentes civis. Fez a mesma experiência de um Lacerda no Brasil e o fez, em prazo mais curto. Mas essa espécie de "divisão", que RV nos apresenta, só o consegue confundindo um instrumento de governo burguês com a própria grande burguesia.

No que diz respeito à "terceira fração", representada por Leighton, este nunca representou burguesia nenhuma e sempre foi representante típico da pequena burguesia, de uma força auxiliar. De maneira que não precisamos levá-lo em conta no esquema das frações da classe dominante. De resto, as "divisões", tal como RV nos apresenta, se reduzem sensivelmente...

Mas, suponhamos que o esquema de RV esteja certo, ou que haja esse gênero de divisões das classes dominantes, ou que haja pelo menos uma parcela de verdade nesse esquema. Quais seriam então as conseqüências? Quais seriam os resultados dessa "divisão" para com a estratégia de um movimento revolucionário? - já que RV insiste tanto nas suas advertências. Será que o companheiro espera um confronto no seio da classe dominante, confronto que derrube a ditadura militar? Ou espera que o proletariado chileno possa aproveitar essas "divisões" e passar para a ofensiva? E,

afinal de contas, o que RV espera de "conspirações de círculos da grande burguesia chilena com o Sr. Kissinger"?

Mesmo "divisões" não são nenhuma panacéia e tem de ser vistas dentro de uma realidade de relações de forças existentes. Em 1970, a divisão da burguesia chilena (da qual uma parte pregava a necessidade de um golpe imediato enquanto a outra pretendia derrubar Allende mediante o estrangulamento econômico), permitiu a posse do governo da UP. Hoje, as relações são outras. Quem decide pela burguesia é o poder executivo e as divisões no seio da classe dominante só reforçam a sua autonomia de decisão.

O esquema irreal, que RV defende com tanto empenho e que lhe faz perder mesmo o senso crítico de argumentação, fecha-lhe também a visão dos problemas reais, que a Junta enfrenta. Fato é que a política do governo militar chegou a um ponto morto. As dificuldades maiores que enfrenta estão no terreno econômico. Orlando Saenz, antigo presidente da SOFOFA (Sociedade de Fomento Fabril) critica hoje abertamente a política econômica da Junta. Critica especificamente (no seminário *La Tercera* de fins de fevereiro) a política de importações irrestritas do Ministro da Economia, Fernando Lénis. Raul Sahli, o atual presidente da SOFOFA, é mais cauteloso (provavelmente em virtude de sua posição oficial), mas assim mesmo não poupa críticas à política econômica da Junta, afirmando não existirem planos nem a curto nem a longo prazo para enfrentar problemas vitais, como o de abastecimento energético.

Chama a atenção aqui o fato de tratar-se de dois porta-vozes do grande capital chileno. A sociedade de Fomento Fabril é órgão tradicional de defesa da burguesia industrial, isto é, do "setor ultra-reacionário das classes dominantes". Um aspecto pitoresco da questão talvez seja o fato do Sr. Leon Vilarin, o já citado líder dos donos de caminhões, ter entrado no coro dos opositores do Ministro da Economia e ter pleiteado (e conseguido) um adiamento de uma programada liberalização dos controles de fretes.

O problema fundamental dessa política econômica é a sua orientação liberal, no sentido do nosso professor Gudin. Os gritos de protestos contra as intervenções estatais na economia (que não datam só da época da UP), fizeram a Junta, ao tomar o poder, inaugurar uma política de volta à economia de mercado e ela começou a agir no campo econômico de modo tão inflexível, como no político. Tão inflexível que não souberam nem levar em conta os novos fatores: a queda dos preços de cobre, o aumento do petróleo e a crise nos países industriais. Seria esse talvez um caso para examinar o papel da ideologia na política econômica, mas desde já é de se prever que os interesses fundamentais da burguesia chilena se imporão contra a ideologia. É de se prever que a política econômica será retificada, mesmo se o for acompanhada de conflitos maiores ou menores no seio da Junta. E que a retificação da política econômica encontrará um complemento no campo político. O ministro do Exército interino, Cláudio Collados, já declarou que a campanha antimarxista interna não será mais levada avante na política externa.

Esperar mais, nas condições concretas da burguesia chilena, do que uma campanha de retificação no quadro da ditadura militar, da tentativa de "institucionalização" da ditadura, é criar ilusões para si mesmo. A situação lembra de certo modo a existente no Brasil na primeira fase da ditadura, depois de abril de 1964, quando a crise econômica se aproximava do seu auge. A burguesia brasileira, que então maldizia a "interdependência" de Castelo Branco e o "saneamento econômico" de Roberto Campos, não estava em condições nem cogitava desafiar abertamente o Executivo Militar. E os fatores que ajudavam a abortar qualquer oposição política efetiva da burguesia brasileira, eles estão presentes hoje no Chile com muito mais razões.

Em primeiro lugar, o proletariado chileno desafiou a sua burguesia num grau muito maior do que tinha sido o caso no Brasil. E o susto da ameaça do poder proletário ainda deve provocar pesadelos a todas as frações da burguesia chilena. Isso exclui - segundo - qualquer tentativa da burguesia de derrubar o regime, pois teria de desencadear forças populares e conflitos sociais, que acaba de ajudar a sufocar. E isso exclui também uma solução à maneira argentina. RV esquece que na Argentina existia

ainda um vasto movimento bonapartista, o peronismo, do qual a burguesia podia esperar que resolvesse o problema de uma maneira melhor do que os militares. A burguesia chilena não tem essa alternativa.

Em terceiro lugar, é preciso ter em mente que a contradição fundamental da política chilena continua sendo a existente entre o capital e o trabalho assalariado. A afirmação do documento do MIR, no sentido de um aumento das contradições na classe dominante, porque "o movimento de massas submetido à repressão, as distintas frações burguesas tem condições mais favoráveis para resolver suas contradições", tem de ser vista nas suas devidas proporções. A burguesia chilena, para reorganizar a sua economia (que ela ajudou a desorganizar na luta contra a UP), precisa da ditadura já por motivo de "arrocho salarial". Mesmo derrotado politicamente, o proletariado chileno não teria aceitado pacificamente a brutal redução do seu nível de vida e prosseguiria a luta de classe no terreno econômico. A situação piorou mais ainda com a crise mundial, que por si só já adia qualquer perspectiva de recuperação econômica no Chile. Mais do que dantes - para falar com as palavras de Marx — para que o poder social da burguesia chilena continue mantido, o seu poder político deve continuar quebrado.

### ***Sobre as "tarefas democráticas"***

Chegamos à essência do problema e das divergências, às "tarefas democráticas". Também nesse ponto temos de advertir que a argumentação de RV não é muito correta, também aí inventa posições, para melhor "combatê-las". Assim, eu não disse genericamente que a partir de abril de 1917 caiu a separação entre tarefas democráticas e tarefas socialistas, como afirma. Na carta dirigida a ele escrevi: *"para Lênin essa distinção e separação de tarefas democráticas e socialistas só existia enquanto o proletariado russo enfrentava a necessidade de uma revolução burguesa, isto é, até fevereiro de 1917. Essa separação de tarefas caiu com as Teses de Abril"*.

Em suma, defendi o ponto de vista que para marxistas as plataformas democráticas tinham sentido e função em fases de preparação e durante revoluções burguesas. Citei especificamente o caso da Rússia, onde Lênin, em 1905, distinguiu tarefas democráticas e tarefas socialistas para o movimento revolucionário. Disse que essa dualidade de tarefas ficou superada em fevereiro de 1917, com a vitória da revolução burguesa. Lênin fundamentou isso teoricamente nas Teses de Abril, no Congresso do Partido Bolchevique, que adotou nova plataforma de luta, com vistas à revolução socialista e à Ditadura do Proletariado. Querer atribuir-me, por isso, a formulação de que "a partir de abril de 1917 caiu a separação entre tarefas democráticas e tarefas socialistas", como uma questão de princípio, é um recurso pouco sério.

Tampouco escrevi: "Assembléia Constituinte = tática burguesa", conforme "cita" RV e, sim: *"A Assembléia Constituinte é reivindicação típica de revolução burguesa, contra regimes absolutistas"*.

RV não discute o problema e não entra no mérito da questão. Procura convocar duas testemunhas a seu favor. Trata-se de duas testemunhas de peso na história do movimento comunista: Gramsci e Nin.

Tenho que confessar que não posso acompanhar a discussão sobre Gramsci. Não li o livro de M.A. Macciocchi e não disponho dos textos originais de Gramsci da época. Tenho de observar, entretanto, que tudo que RV cita de Gramsci não tem nada a ver nem com plataforma democrática nem com Constituinte. E se ele cita o revolucionário italiano: *"sem conquista de novas alianças, o proletariado se priva de toda oportunidade séria de um movimento revolucionário"*, só resta constatar que aí morreu Neves. Já afirmamos alguma vez que o proletariado dispensa aliados?

No que diz respeito a André Nin, RV foi definitivamente infeliz com o testemunho deste. Nin confirma a nossa posição e não faz mais do que se colocar à base do leninismo, quando diz: *"... impulsionar estas últimas (as massas/EM) à ação enérgica e constante para conseguir que a revolução democrática seja levada até as últimas conseqüências"*. Se



RV não estivesse tanto à cata de palavras e se tivesse se ocupado um pouco com o conteúdo das citações de Nin (sem falar dos problemas da revolução espanhola), teria notado que a questão fundamental debatida na época era o fato de que a revolução burguesa na Espanha (a revolução democrática) não tinha sido completada. Que a fuga do rei e a declaração da república pelos políticos da classe dominante não passavam de artifícios para evitar um aprofundamento do processo revolucionário e para a conservação das velhas estruturas e privilégios semifeudais. Joaquín Maurín, companheiro de Nin, que tratou dessa questão de modo ainda mais detalhado no seu livro "Revolución y Contrarevolución en España" (Ruedo Ibérico) chega a definir por isso a esperada revolução proletária na Espanha como "democrático-socialista". Quer deixar claro com isso que só o proletariado pode completar a revolução burguesa e o fará no quadro da revolução socialista.

Voltemos à tática do MIR. O que tínhamos objetado era o seguinte trecho:

*Isso, nas condições de ter de emergir de um Estado de exceção, impõe-se que assumam a forma mais ampla de 'democracia formal', a convocação de uma Assembléa Constituinte, na qual todas as camadas do povo e todas as correntes políticas podem participar.*

O que decorre dessa definição dos objetivos de luta? Em primeiro lugar, que em condições de liquidação de uma ditadura aberta da burguesia (Estado de exceção) a tarefa é o restabelecimento da democracia burguesa. "Democracia formal" sempre foi o sinônimo de democracia burguesa para marxistas. Já que consideram que a democracia burguesa é uma ditadura velada da burguesia, ela não passa de formal.

Em segundo lugar, essa definição dos objetivos é reforçada pela exigência da convocação de uma Assembléa Constituinte, "na qual todas as camadas do povo e todas as correntes políticas podem participar". Quem tiver ainda alguma dúvida sobre o conteúdo da primeira parte da definição, a leitura da segunda, a dissipará, pois encontra aqui os princípios fundamentais da representação parlamentar. A representação de "todas as camadas do povo e de todas as correntes políticas" elimina de antemão, não só o objetivo da ditadura do proletariado, mas mesmo o estabelecimento de uma democracia revolucionária de um regime de transição.

O companheiro RV não pensa assim. Embora admita nessa ocasião que a "plataforma de luta atual do MIR carrega determinadas insuficiências que podem ser fontes de desvios", sustenta tratar-se de uma "falha no interior de uma tática fundamentalmente justa". A dúvida que tem é quanto à "indefinição do caráter do governo provisório". Mas, é o caso de perguntar: será que o companheiro RV tem o direito de ser tão ingênuo? Qual pode ser o caráter de um governo provisório, criado à base de uma "democracia formal" e que deve convocar uma Assembléa Constituinte em bases de representação parlamentar?

Nesse seu esforço quase sobre-humano de "provar" que a linha política do MIR não visa à redemocratização, RV acusa-me a) desconhecer as relações entre tática e estratégia e b) querer substituir a análise de uma "tática adequada a cada período" por uma discussão no nível do programa e do caráter da revolução, "burguesa" ou "socialista".

As categorias, que RV usa nessa ocasião, não são sempre claras. Às vezes fala das relações entre tática e estratégia e às vezes entre "tática e programa". Fala de uma "tática, que tem o seu centro próprio ainda necessariamente articulada (portanto, distinto) com a estratégia". Mas esse jogo de palavras só esconde os conceitos do autor. Para que uma tática seja de fato articulada com determinada estratégia não bastam as profissões de fé no sentido que não estamos nos afastando "um centímetro" sequer dos nossos objetivos. Uma tática tem que corresponder de fato a um determinado conceito estratégico, sob pena de que este se tome letra morta. Tática é uma coisa distinta de estratégia, mas ela não pode ser contrária a estratégia. Essa liberdade tática de não precisar levar em conta a estratégia e os objetivos finais de luta já foi evocada por todos os matizes do reformismo, que em todas as ocasiões juraram de pés juntos que os objetivos finais não serão abandonados.

No que diz respeito à importância (ou não importância) do pressuposto do caráter de uma revolução (burguesa ou socialista) para a elaboração de uma estratégia e das táticas decorrentes, o companheiro RV já teve maior clareza. No seu "A guerra revolucionária e os ensinamentos de Mão", escrito em 1968, trata desse problema, dizendo:

*Mas a distinção é lógica e importante no caso. Porque então os defensores da "revolução popular" e da "guerra popular de todo o povo" teriam que provar que a nossa revolução é burguesa. É o que tentam fazer, além do carcomido partido de Prestes, a AP e o PCdoB sem nenhuma fundamentação na realidade brasileira.*

Naquele tempo - o citado artigo o deixa claro em toda a sua extensão - RV ainda conhecia bem o papel distinto que a chamada luta democrática desempenhava em revoluções burguesas ou socialistas. Hoje coloca o problema diferente. Quando lembrei a ele que as bandeiras democráticas se tornaram armas da contra-revolução na hora da queda do fascismo e de nazismo, destinadas a impedir a revolução proletária na Europa, R.V. responde:

*Ainda que seja certa a constatação sobre o papel das bandeiras democráticas (na verdade, caberia perguntar: quais bandeiras democráticas? Formuladas de que modo? E não tratar o assunto assim de modo tão geral) na hora da queda do fascismo, não se pode concluir que elas se tornaram em geral, em qualquer momento, uma arma contra-revolucionária, e independentemente da forma como é levada.*

Não acredito que o companheiro RV, com suas dúvidas sobre o modo de definição das bandeiras democráticas, no caso, se aproxime à essência da questão. As "bandeiras democráticas", "plataformas democráticas" ou "reivindicações democráticas" (programáticas) não visam outra coisa do que a conquista e a expansão da democracia burguesa. Isso representa um passo histórico para a frente em países em que a revolução burguesa ainda está para se fazer, nos quais a luta proletária ainda não pode visar diretamente a instalação do socialismo. Nessas circunstâncias, o "modo" de formular esse objetivo se traduz na tática. Na já citada revolução de 1905, por exemplo, as diferenças táticas entre mencheviques e bolcheviques se manifestaram mais nitidamente na forma de governo, que devia surgir da derrocada do absolutismo. Enquanto os mencheviques pleiteavam um governo provisório, formado por liberais e apoiado de fora pelos social-democratas, os bolcheviques propugnavam por um governo de "ditadura democrática de operários e camponeses", no qual os social-democratas deveriam participar como força revolucionária mais decidida. Estas diferenças táticas tinham divergências de conceito estratégico como base. Enquanto os mencheviques defendiam o ponto de vista que uma revolução burguesa tinha de ser liderada pela burguesia, os bolcheviques achavam que a burguesia não liderava mais revolução nenhuma, que a revolução burguesa tinha de ser levada avante pelo proletariado e seus aliados no campo contra a vontade da burguesia. Embora existisse uma concordância programática entre as duas frações (bolcheviques e mencheviques tinham adotado o mesmo programa), as divergências de estratégia tinham como origem doutrinas diferentes. Enquanto os bolcheviques baseavam a sua estratégia e tática nas experiências das lutas de classes na Europa, tal como foram aproveitadas pelo marxismo, que criou uma doutrina de guerra de classe, os mencheviques, graças às influências pequeno-burguesas, às quais estavam submetidos, não estavam em condições de se aproveitar dessas experiências. Pela situação social das suas lideranças tendiam a um "antidoutrinarismo", pois para eles a herança marxista não tinha implicações para com a luta diária; na realidade seguiam as "doutrinas" democráticas, formadas por ideologias pequeno-burguesas e que dominavam a maioria direitista da Segunda Internacional.

Desde então as águas se dividiram e todas as lutas de classes nas metrópoles do capitalismo e igualmente em muitos países periféricos, passaram para um nível mais alto. Nessas partes do mundo a conquista do poder pelo proletariado tornou-se objetivo do movimento revolucionário e isso dividiu definitivamente bolcheviques e

mencheviques em escala mundial. Hoje são poucos os países do mundo onde a burguesia não está no poder, ou participa dele. No Chile, caso que nos interessa nessa discussão, estávamos de acordo que a revolução burguesa não estava mais na ordem do dia, que se tratava de um país onde a revolução será socialista ou caricatura de revolução. Isso tem implicações. Significa que no Chile a conquista da democracia não representa mais um passo histórico, uma fase a ser vencida no caminho da revolução socialista e, sim, a volta a uma forma de domínio burguês, que deu lugar a uma ditadura militar, quando ameaçado pela luta do proletariado. A uma forma de domínio burguês, que tende a ser abandonada em prol de uma ditadura indireta da burguesia, sempre que o proletariado ameace a ordem existente.

O proletariado chileno ameaçou a ordem existente, mas não conseguiu derrubá-la. Não o conseguiu, entre outras, porque ele mesmo tinha sido vítima de ilusões democráticas, isto é, ilusões sobre a possibilidade de resolver os seus problemas no quadro da democracia parlamentar, da legalidade, etc., ilusões de poder reformar e aproveitar o Estado chileno para seus fins. A luta contra estas ilusões, isto é, no caso chileno, o aproveitamento dos ensinamentos da derrota para a classe operária, deve ser a base da estratégia e tática dos revolucionários chilenos na presente situação. A luta contra a Junta Militar deve ser travada como luta contra a sociedade burguesa chilena (e internacional, evidentemente), contra a burguesia chilena como classe social e não contra determinada forma de domínio da burguesia e contra setores da classe.

Isso não nos torna indiferentes às formas de governo existentes na sociedade burguesa. A democracia burguesa não representa só o invólucro melhor possível para a classe dominante. É também o terreno no qual o proletariado melhor pode desenvolver as suas forças, organizar-se e travar a luta diária. Mas só representa esse terreno favorável na medida em que conseguimos desmascará-la perante a classe operária, na medida em que permite mobilizar o proletariado para sua revolução. Isso significa que não podemos mais apresentar ao proletariado a democracia burguesa como meta de luta, nem como meta parcial, como plataforma ou bandeira. Apoiaremos qualquer reivindicação "democrática", que interesse ao proletariado e que de fato esteja atual. Mas não como princípio, não por ser "democrática" e, sim, por se tratar de uma reivindicação que favorece a luta proletária. Evidentemente também temos um interesse na derrocada da ditadura. Mas a ditadura será derrotada, não pelas reivindicações de volta da democracia, pelas plataformas democráticas ou concessões ideológicas do movimento de esquerda e, sim, porque as contradições econômicas, sociais e políticas a tornam madura para cair. Nesse momento estaremos de fato lado a lado com a resistência pequeno-burguesa e mesmo burguesa, mas, "marchar separados, bater juntos", fazia parte de todos os movimentos comunistas, que não ostentavam somente o nome. E "marchar separados" não se refere só a independência organizatória da classe operária, diz respeito igualmente aos objetivos de luta. E a preocupação maior de todo comunista num momento desses deve ser que todo operário saiba que a luta não é só contra uma ditadura bárbara, mas também contra o sistema que lhe deu lugar. Nós comunistas não podemos combater a ditadura aberta da burguesia sob a bandeira da volta de uma ditadura velada. Não podemos combater a ditadura indireta da burguesia com uma plataforma de retomada da sua ditadura direta.

### ***A plataforma de luta do MIR***

Afirma RV que a luta por direitos democráticos não é idêntica a "redemocratização". Diríamos que se trata de uma redemocratização envergonhada. Já vimos as definições dos objetivos de luta no documento interno do MIR. Para não deixar dúvidas, o N.º.100 do "El Rebelde", que circulou clandestinamente, traz uma "Plataforma de Luta" do MIR, que resume a sua linha política em quatro pontos:

- restituição das liberdades democráticas;
- defesa do nível de vida das massas;

- derrubada da ditadura e a instituição de um novo governo;
- constituição do Movimento de Resistência Popular.

Trata-se evidentemente de um desdobramento prático de formulações já vistas. Do ponto um e três já tratamos. O ponto dois representa uma reivindicação natural de qualquer movimento de esquerda e não é parte específica de tarefas democráticas. O que merece ser visto ainda: Movimento de Resistência Popular, também caracterizado no documento debatido como "ampla aliança social com extensos setores de pobres da cidade e do campo e da pequena-burguesia proprietária e especialmente funcionária". Sobre o caráter desse movimento, o documento já tinha dito:

*Num período de refluxo do movimento de massas e de um Estado de Exceção, a tarefa prioritária é fortalecer uma aliança mais ampla possível. É tarefa nossa, hoje no Chile, conseguir uma aliança contra a Ditadura, pelo restabelecimento das liberdades e pela defesa do nível de vida das massas, com o reformismo e com o centrismo e com a pequena burguesia democrática (Partido Radical e o setor Leighton do Partido Democrata-Cristão).*

Torna-se evidente que o MIR coloca aqui a conquista de massas pequeno-burguesas pelo movimento operário no nível de uma aliança com organizações políticas pequeno-burguesas, que continuam sob as antigas lideranças pequeno-burguesas. No mesmo documento consta:

*Ao mesmo tempo, não devemos confundir o PDC, o partido, seu Conselho, e seus representantes (Frei, Hamilton, Carmona, "los piranas", etc.) com um setor dele, a pequena burguesia democrática (definida assim por nós no CC de maio de 1972) constituído por Leighton, Donosco, Fuentealba, etc., que apesar de suas vacilações se opuseram à derrubada de Allende, antes de sua queda, emitiram declarações imediatamente depois do golpe militar, condenando-o e que hoje constituem um grupo virtualmente orgânico à parte do PDC; com o qual é possível fazer aliança.*

O que criticamos é o caráter populista dessa frente. Caráter populista porque dilui as fronteiras de classe e sacrifica as reivindicações específicas do proletariado a plataformas gerais do "povo", concretamente democráticas. É o antigo problema, que também já enfrentamos no Brasil depois de 1964: como ganhar setores da pequena burguesia? Fazer frentes com organizações pequeno-burguesas, deixar que as antigas lideranças conservem as suas influências, ou formar um movimento operário militante, que atraia setores da pequena burguesia e os tire das lideranças tradicionais?

O que criticamos era a absoluta falta de conteúdo de classe desse movimento. Os companheiros que me perdoem se eu me repetir, mas na carta a RV expus o problema da seguinte forma:

*Qual seria uma alternativa revolucionária, no caso chileno? É evidente que nós não podemos elaborá-la. Isso é e continua sendo tarefa dos revolucionários chilenos. Há, entretanto, algumas conclusões, que se impõem, mesmo vindo a situação aqui de fora. Em primeiro lugar, cabe a uma vanguarda revolucionária concentrar-se neste momento no proletariado, que perdeu quase todas as suas lideranças e está com suas organizações destruídas. Caberá procurar atenuar, na medida das suas forças, os efeitos da debandada geral, ensinando e estimulando os operários a criarem novas e simples formas organizatórias, apropriadas à clandestinidade. A isso ajudam tanto as tradições de organização sindical do proletariado chileno, como as novas formas organizatórias, criadas nos últimos anos, como "cordões" e "comandos".*

*Em segundo lugar - se houver possibilidade de formar frentes em âmbito nacional ou regional, e considerando o alto nível que as lutas de classes no Chile já tinham atingido - a vanguarda devia empenhar-se em formar uma frente única proletária (com reformistas e centristas), à base de reivindicações de classe. Devia procurar formar essa frente de cima para baixo e de baixo para*

*cima, para vencer a resistência das antigas lideranças reformistas. Em terceiro lugar, mas não por último em importância, é decisivo levar para dentro do proletariado as experiências da sua luta e os ensinamentos da sua derrota. Para isso o MIR estaria em situação privilegiada, mas não há dúvida que, primeiro, teria de se preparar para isso (ainda não vimos uma avaliação da maior contribuição que o proletariado chileno deu às lutas de classes no continente: os "cordões"). É evidente que esse processo de ensinamento é prolongado e que provavelmente perdurará toda a clandestinidade, mas, de maneira nenhuma pode a vanguarda apresentar-se à classe com concessões às ilusões democráticas, que no passado deram lugar à derrota.*

Bem, o que tem RV a responder? *"Por isso - contesta - ao propor uma frente única proletária no lugar de uma frente de resistência, o companheiro coloca uma alternativa (reivindicação de classe ou reivindicações democráticas) onde deve haver uma articulação".*

Mas o que RV entende por "articulação" entre reivindicações de classe e reivindicações democráticas? Terá que explicar primeiro como articular a luta da classe operária contra a sociedade burguesa e a luta por uma determinada forma de domínio burguês: a "democracia formal".

*"Além disso - prossegue - o companheiro não se pergunta pela disposição ideológica das forças políticas e sociais em questão. O propósito de uma frente única proletária isolada da resistência contra a ditadura não tem qualquer poder de atração sobre as próprias bases dos partidos operários tradicionais" (grifo meu/EM).*

Aí volta o velho e surrado argumento do "isolamento", que ouvimos durante toda a nossa existência, quando pregamos uma política de classe. Resta perguntar ao companheiro RV porque uma frente de classe pode e deve ficar isolada da luta contra a ditadura. Pelo contrário, será a força mais poderosa que travará a luta de maneira mais tenaz e irreconciliável, pois representa a classe contra a qual o golpe militar se dirigiu em primeiro lugar. Além disso, representaria um pólo de atração (um "pólo proletário", companheiro RV), para as camadas rebeldes de outras classes, que viriam engrossar as fileiras da resistência sem as suas lideranças tradicionais.

Em seguida, RV afirma que a frente única proletária não tem qualquer poder de atração sobre as próprias bases dos partidos tradicionais. Daríamos razão ao companheiro, se se limitasse a citar as lideranças tradicionais dos partidos operários. Temos, porém, nossas dúvidas quanto às bases. Essas dúvidas se justificam em parte pela história do movimento operário chileno, na qual tais frentes não são novidades. A FRAP foi uma frente única proletária, formada por PC, OS, sindicatos e grupos políticos secundários. E foi a ala esquerda do PS e bases sindicais que se opuseram decididamente (e com sucesso) às tentativas do PC de transformar essa frente única em nova Frente Popular. O proletariado chileno conhece, portanto, o problema e mais do que qualquer outro proletariado do hemisfério está preparado para enfrentá-lo de novo, devido as suas tradições de luta.

As dúvidas se justificam também pela situação atual da classe operária chilena. Os últimos meses da UP já abalaram sensivelmente as ilusões democráticas, legalistas e populistas, que tinham grassado no seu meio. A derrota, sem dúvida, reforçou a radicalização e a tomou mais predisposta a uma política classista. Mas, para que isso se dê de fato, é preciso o concurso de uma vanguarda, que saiba formular essa política de classe. Que as lideranças dos partidos tradicionais não sentirão nenhuma atração por uma frente única proletária, é de supor. Elas levaram o proletariado chileno à derrota e pretendem continuar a linha política, que levou a derrota. O PC continua a oferecer alianças a setores da burguesia, continua a depositar esperanças na democracia cristã. Tem fobia de toda política de classe. Mas isso, para comunista, nunca foi obstáculo para lutar por uma frente proletária. Quando as cúpulas resistem, comunistas procuram realizá-la nas bases, nas fábricas e nos bairros, em torno de reivindicações concretas e essa própria luta em torno de uma política de classe contribui (e é a arma mais eficiente) para desmascarar

as cúpulas reformistas.

Finalmente, a luta *por* uma política de classe — independente da forma concreta que tomar e que só os revolucionários chilenos podem concretizar - representa o único caminho para fazer o proletariado chileno compreender as causas da sua derrota e é premissa de uma futura vitória. As lutas de classes no Chile foram as mais agudas no hemisfério. Tinha-se criado uma situação em que as bases políticas e sociais das instituições democrático-parlamentares tinham completamente ruído no Chile. As alternativas reais, que se colocavam eram a ditadura aberta da burguesia ou a tomada do poder pela classe operária, a Ditadura do Proletariado. Se o proletariado não deu esse passo decisivo, isso se deve antes de tudo às ilusões democráticas, legalistas e populistas, que ainda alimentava. Todo o problema de uma política revolucionária no Chile, a premissa para a classe operária recuperar as suas forças e tomar a ofensiva para a derrocada da ditadura militar, consiste no aproveitamento das lições da derrota. Consiste em quebrar definitivamente os tabus democráticos e pequeno-burgueses do passado e fazer da revolução proletária, da destruição do Estado burguês e da Ditadura do Proletariado as bandeiras da sua luta futura.

É de se perguntar, finalmente, porque o MIR, que no passado teve o papel de uma oposição revolucionária ao reformismo vigente no movimento operário chileno, mudou de rumos. Pois, não há dúvidas que abandonou as posições comunistas e se quisermos situá-los hoje, seria na vasta faixa que existe entre revolução e reforma que nos tempos da Internacional foi qualificada de centrismo. Não é fácil responder essa pergunta, mas há alguns indícios, que nos permitem uma aproximação, pelo menos:

Em primeiro lugar os companheiros chilenos parecem ter tido dificuldades para compreender a natureza real da ditadura. Acostumados a décadas de democracia parlamentar (mesmo quando escolheram uma clandestinidade voluntária nos tempos de Frei), a ditadura militar, o "Estado de exceção", lhes parecia mesmo como uma situação excepcional, não só para o povo como para a própria classe dominante. Há por baixo disso, a suposição que a burguesia pode voltar a governar com outros meios. Não compreenderam ainda que a ditadura aberta e indireta, "a mais prostituída das formas de domínio burguês" (Marx), na fase do declínio do capitalismo, não representa mais exceção, e se torna mais freqüente na medida em que o sistema enfrenta a luta direta pela sobrevivência.

Além disso, e simultaneamente, nota-se no conceito estratégico do MIR o receio da ditadura se consolidar à maneira brasileira, superando a crise atual. Isso levou a uma tentativa de acumulação de forças que, por um lado, não desse fôlego ao regime para se consolidar e, por outro, permitisse a sua derrocada em prazo mais breve possível, para voltar pelo menos a uma situação "normal".

Esse raciocínio tem uma forte base de voluntarismo (voluntarismo não leva somente a desvios de esquerda). O método permite justamente cair de um extremo ao outro. Na história do MIR, o voluntarismo está presente. Revelou-se nitidamente numa fase de aventuras militaristas, durante o governo Frei, causado por dificuldades de penetração numa classe operária já organizada por partidos reformistas, mas que por sua vez fez perder um precioso tempo na tentativa de penetrar no proletariado. O MIR fez autocrítica, chegou a expurgar os elementos mais indóceis e voltou à luta de classes proletária antes do governo da UP tomar posse. No documento interno que debatemos nesta resposta, o voluntarismo volta novamente à tona. Volta a abrir novamente perspectivas militaristas, propagando a formação de um Exército Revolucionário do Povo (ERP) e incluindo a "propaganda armada" no seu instrumentário de luta. Apesar dos veementes protestos de RV, estas formulações estão aí e elas abrem as portas a novas aventuras militaristas. É verdade que o MIR fala de "lutas de massas" como condição para a derrocada do regime, mas essas ressalvas conhecemos por experiência própria. A VAR, o PCBR, não queriam ligar a luta armada à luta de massas? E o ERP da Argentina, não usa hoje a mesma linguagem? Acredito pessoalmente que os quadros mais antigos, que já passaram por uma experiência

militarista, sejam mais ponderados. O mesmo certamente não se dará com a maioria dos recrutas novos, que ingressaram na última fase da UP e cuja "impaciência revolucionária" é alimentada por tais formulações. Além disso, não devemos esquecer o fator da composição social do MIR. Movimento saído da classe média radical, das universidades, cuja base de massas eram *pobladores* e *mapuches*, encontram-se relativamente poucos operários industriais nas suas fileiras. O que reflete a pouca penetração do MIR na classe operária, fenômeno que começou a ser superado na última fase da UP. Hoje, depois da debandada da política reformista, seria a hora do MIR colher os frutos da sua atividade anterior e desafiar a liderança reformista na classe. Parece que não se sentiu em condições. Deixou essa atividade revolucionária conseqüente para "depois" e dedicou-se à "frente mais ampla possível" - à acumulação de forças quantitativas. Todavia, o nosso julgamento da atual linha, não deve ser projetado em definitivo sobre a organização toda. Resta saber se essa orientação será definitiva, ou se as tradições revolucionárias presentes no seio dela se revelarão bastante fortes para levar a uma retificação. Em todo caso, o MIR ainda tem de provar na prática, se será a vanguarda revolucionária do proletariado chileno sob a ditadura militar.

### **A propósito das "conclusões"**

É nas "conclusões" do seu trabalho, que RV entra de fato no cerne da questão e explica não só o estilo estranho da sua resposta, como também os seus motivos.

*Ao escrever a resposta ao companheiro EM - diz ele - ainda não se haviam ressaltadas todas nossas divergências acerca da tática atual para o Brasil e da própria concepção da tática. Estava em meio da redação final da resposta quando toda a discussão se acelerou e se precipitou, esclarecendo inúmeros aspectos antes apenas vislumbrados.*

Os motivos reais, antes não mencionados, consistem na defesa de uma "tática" de luta democrática no Brasil. Não pudemos, neste lugar, entrar numa discussão sobre a situação brasileira, porque RV não argumentou a respeito. Preferiu levantar o "exemplo" do MIR para abrir caminho. RV, todavia, merece uma retificação, quando afirma que "toda discussão se acelerou..." A discussão não se acelerou, pois não houve discussão. Fora a "resposta" a minha carta, escrita mais de meio ano depois, RV não apresentou nenhum documento de discussão sobre o problema das lutas democráticas no Brasil e soube evitar igualmente todos os debates verbais. O que se deu de fato foi uma tentativa sua de introduzir a discutida "tática" pela porta traseira - tentando criar um fato consumado.

Para poder aproveitar o exemplo do MIR nessa "discussão" sobre a linha a seguir em casa, RV joga com os diversos recursos. Aponta-nos o MIR como exemplo em todos os sentidos, em virtude do papel que desempenhou, do destaque que teve e, principalmente, como o de um "núcleo de coesão forjado numa prática profissional, de modo que nós não logramos no Brasil".

É verdade que o MIR era mais forte do que nós somos e que dispunha de um campo de trabalho muito mais vasto do que dispomos, no passado como no presente. Mas o que o companheiro pretende esquecer, é que toda a luta de classes no Chile tinha outras proporções, do que entre nós. O PC era mais forte, sem falar do PS e os sindicatos operários eram realmente sindicatos operários, que organizavam a classe. O próprio proletariado chileno estava incomparavelmente mais avançado no caminho da formação da classe para si do que o brasileiro. O papel que o MIR pode desempenhar correspondia ao nível das lutas de classe no Chile — embora ainda não correspondesse às suas necessidades.

Acha o companheiro RV que temos de aprender algo com o MIR. Concordamos plenamente. Temos de aprender com o MIR e com a experiência chilena em geral, pois indica algo sobre futuros problemas, que teremos que enfrentar. Mas nós estamos acostumados a aprender como marxistas, isto é, criticamente, método que já

comprovamos no passado quando procuramos aprender com a Revolução Cubana. Mas, se RV, em vez de nos apresentar uma apologia da luta democrática (que não foi tática do MIR durante a UP e que surgiu na derrota) nos tivesse fornecido o relatório das experiências das atividades do MIR nas fábricas e sindicatos e do enfrentamento dos problemas diários da luta proletária, que prometera há mais de um ano, teria de fato facilitado a nossa aprendizagem. E se o companheiro continuar realmente interessado que essas experiências sejam aproveitadas no Brasil, não é tarde demais para cumprir a promessa e poderá ter certeza que o assunto será discutido com todo o carinho.

Finalmente o companheiro usa um estranho argumento. Diz que, se as imprecisões do MIR constituíssem desvios já superados por nós, "poderíamos talvez assumir essa intransigência assumida pelo companheiro EM". Mas como nós mesmos caímos em diversos e seguidos desvios e "não realizamos uma efetiva autocrítica que localiza as fontes", o próprio tom da crítica é descabido. Se o adotarmos, o destino que nos espera é o mesmo que guiou as várias seitas trotskistas e maoístas.

É mais um equívoco de RV. O único momento em que o grupo em questão esteve realmente ameaçado de se transformar numa seita foi em seguida à cisão de 1969/70. Entretanto, fez autocrítica de esforço próprio, no campo teórico, e continua a fazê-la na prática. Mas, um dos responsáveis por essa fase, o companheiro RV, nunca fez autocrítica. Preferiu "deixar em silêncio as questões candentes" e se dedicou às lutas democráticas.

No que diz respeito às minhas críticas ao MIR, isto é, a linha política do MIR depois do golpe, inicialmente não visou mais do que uma crítica entre companheiros, exposta numa carta a um companheiro. O que está sem cabimento e que não convence, são as queixas e as indignações de RV, pois foi ele quem trouxe o assunto a público. O fez com determinadas intenções e que não se queixe se falhou. Uma vez o problema levantado em público, temos de deixar claro que não se trata de "imprecisões" nem de "divergências de tática", mas de questões fundamentais de uma política comunista, tal como nos foi legado da época leninista. Esse acervo doutrinário foi o que ajudou a manter a nossa continuidade durante mais de uma década de luta clandestina, apesar de erros e desvios de comunistas, que se revelaram capazes de retificá-los.

A aventura da "luta democrática", que agora nos está sendo aconselhada, não representa alternativa para nós. Trata-se de um simples abandono de posições. E se RV conhecesse um pouco melhor a história do movimento operário, não teria usado fórmulas tão gastas como "a superação do doutrinário!" É sob esta bandeira que todas as gerações de reformistas atacaram o marxismo revolucionário. Nós não podemos agir diferente dos nossos antecessores, quando defenderam a doutrina. E, aliás, aí estamos em boa companhia.

*"Onde a consonância com o processo da evolução sócio-econômica é o único e o mais alto critério de uma doutrina, não pode haver dogmatismo; quando a tarefa consiste no fomento da organização do proletariado, quando conseqüentemente, o papel da "inteligência" consiste em tornar supérflua a existência de dirigentes intelectuais especiais, não pode haver sectarismo".*

*(Lênin, Quem são os Amigos do Povo e como combatem os social-democratas).*

*(Fevereiro de 1975)*

## **POST-SCRIPTUM**

Desde que o presente trabalho foi redigido e posto em circulação restrita, Raul Villa produziu novos documentos nos quais procura justificar suas novas posições. Responderemos em outra ocasião aos novos argumentos, na medida em que conservem atualidade. No momento queremos constatar:

1) Raul Villa continua a basear a sua argumentação principal em textos de Lênin, da



época da revolução burguesa russa, no intuito de provar que a luta pelos "direitos democráticos" faz parte da tática leninista. Assim cita, por exemplo, do "Que fazer?", do capítulo "A classe operária, combatente de vanguarda pela democracia", referência de Lênin às "tarefas democráticas do conjunto de toda social-democracia em geral e da social-democracia russa atual em particular".

Assistimos aqui um exemplo flagrante daquilo que Lênin chamava de "jogar a palavra de Marx contra o conteúdo do marxismo". Será que leninismo implica em substituir "absolutismo russo" por "ditadura militar brasileira", para encontrar tática justa? Será que não se passou nada neste mundo entre 1902 e hoje, de modo que possamos substituir tranquilamente a continuação e o desenvolvimento do método leninista por citações da época?

Lênin falava das tarefas "da social-democracia russa atual em particular" (grifos meus/EM), evidentemente por se tratar do exemplo clássico da necessidade de uma revolução burguesa na Europa de então. Trata-se evidentemente de um caso em que o estabelecimento de uma democracia burguesa significava ainda um progresso histórico, em relação às estruturas absolutistas e semi-feudais. Lênin não deixou dúvidas, entre outros em "Duas Tácticas..." que o resultado da vitória da revolução de 1905 seria uma Rússia capitalista e que o socialismo ainda não estava na ordem do dia. O problema existia ainda, se bem que de forma diferente, para a maioria dos países europeus (sem falar do resto do mundo), que passaram por tentativas derrotadas de revolução burguesa, como em 1848. Mas mesmo nos poucos países onde a revolução burguesa podia ser considerada fato consumado, como na Inglaterra e na França, por exemplo, o proletariado ainda não podia colocar o problema do poder, o problema da revolução socialista. Também nesses países o proletariado tinha de limitar a sua luta a reformas, a direitos democráticos, que a classe dominante lhe negava. E foi por isso mesmo que os revolucionários daquela época podiam ser social-democratas, estando nos mesmos partidos e na mesma Internacional com os oportunistas da direita e do centro. Apesar de todas as divergências, que já existiam, ainda havia tarefas fundamentais em comum.

É preciso poder ignorar muita coisa, para partir de premissas tão simples, como Raul Villa. É preciso poder ignorar todo um desenvolvimento histórico, desde a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de Outubro na Rússia, a fundação da Internacional Comunista e o início da elaboração de uma estratégia global de luta pela revolução mundial, até a experiência da contra-revolução internacional e do fascismo. Mas, se Raul Villa não for muito dado ao estudo histórico das lutas de classes, pelo menos poderia dedicar-se a uma experiência viva, ao caso de Portugal, onde as plataformas democráticas (a bandeira democrática) e, inclusive a Constituinte (defendida tão ardentemente no programa de ação do MIR) se tornaram as armas mais poderosas da reação.

- 2) No decorrer dos seus estudos de Lênin, Raul Villa descobriu a importância fundamental da tática justa para o "momento concreto". Isso em si já seria um progresso considerável para o companheiro Villa, levando em conta a "tática" que defendeu em momentos concretos, como de 1970 em diante. Ele, todavia, não cai na tentação de tirar essas conclusões. Usa essa "descoberta" unicamente para defender a sua plataforma democrática. Acusa-me de partirmos de princípios gerais "doutrinários", escamoteando o presente no Brasil.

Realmente, não é a nós, que essa acusação deveria ser dirigida. Se cada momento concreto exige uma tática apropriada, porque então a insistência em querer generalizar a tática da revolução burguesa russa, que nasceu em condições completamente diferentes às nossas? Não queremos, porém, devolver a acusação. Não achamos Raul Villa "doutrinário". Teve, sim, um desvio para o dogmatismo, querendo elevar uma tática concreta, produto de situação concreta, a um dogma. Mas também não o acusamos de dogmatismo, propriamente dito. Trata-se simplesmente de mais um desses pequenos

recursos, que usa para justificar a sua presente linha democrática. O fim justifica os meios.

- 3) Mas, quando Raul Villa pretende torna-se "doutrinário", no sentido de expor uma doutrina de luta, como acontece nas suas "Notas sobre a questão da tática", em "Brasil Socialista" Nº. 3<sup>1</sup>, ele se sai de maneira deveras infeliz. Alegando uma exposição das noções de "estratégia" e "tática" nas obras de Lênin, nem chegou a perceber no decorrer dos seus "estudos", que o revolucionário russo não empregava o termo "estratégia" na sua obra, a não ser nos últimos dias de sua vida, principalmente nas resoluções redigidas para a Internacional Comunista. Se Raul Villa estivesse realmente empenhado em estudar Lênin e não se limitando a catar citações de "apoio" à sua linha atual, não teria contado que *"nos textos de Lênin, vemos o emprego dos dois termos de modo quase indiferente, tudo dependendo da dimensão segundo a qual ele trata do problema"*.

É só levando em conta que o termo "estratégia" entrou muito tarde no vocabulário de Lênin, que se compreende que este tenha intitulado a sua conhecida obra de "Duas táticas da social-democracia na Revolução democrático-burguesa". Pois, pelas categorias usadas hoje, tratava-se de duas estratégias, que separavam bolcheviques e mencheviques. Enquanto aqueles viam na classe operária a força hegemônica, que deveria levar avante a revolução burguesa contra a burguesia hesitante, os mencheviques achavam que na revolução burguesa a hegemonia cabia à burguesia (aos liberais), que devia ser apoiada pelo proletariado.

Esses problemas, entretanto, não interessam realmente a Raul Villa. Só estorvariam o seu esforço de apresentar a linha democrática como "tática".

- 4) Finalmente, temos de constatar que Raul Villa, também na sua última produção literária, não nos disse ainda em que consiste realmente a sua luta por "liberdades democráticas" no Brasil, no momento atual. Quais as implicações dessa "tática", o que se esconde por trás dessa fórmula vaga?

Tomemos, por exemplo, um caso palpitante: qual a situação frente às eleições? Para os aliados mais próximos de Raul Villa, a AP e o MR-8, que defendem linha política idêntica na questão, a "luta pelos direitos democráticos" implicou no abandono do voto nulo nas últimas eleições e no apoio de candidatos burgueses na chapa do MDB. A AP por intermédio de um documento publicado no "Brasil Socialista" Nº. 2 procura fundamentar a sua mudança de linha, ligando especialmente a luta democrática ao voto. Justifica isso teoricamente pela necessidade do proletariado fazer alianças com a pequena burguesia, mesmo quando não tiver a hegemonia dentro dessa "frente maior". Supomos que o MR-8 não divirja essencialmente dessa posição, da qual não se distanciou e que acompanha na prática. Raul Villa, por sua vez, passa por cima desse problema, que evidentemente não representa mais mera "questão de tática" e que implica no abandono prático de uma política independente para a classe operária. É verdade que em círculo restrito manifestou a sua "dúvida" sobre a justeza do voto nulo, mas em público se omite. Por que companheiro Raul Villa? Não se deve chocar os companheiros do Interior com doses cavalares?

*Ernesto Martins*

---

<sup>1</sup> "Brasil Socialista" foi uma revista editada no exterior nos anos de 1975/1977, através de Nouvelles Editions Populaires (Suíça), por exilados brasileiros das organizações MR-8, AP-ML, Polop e outras, que se encontravam na França. O projeto inicial visava a formação de uma "Tendência Proletária" a partir da aproximação dessas organizações, mas a publicação desenvolveu-se no sentido da defesa das propostas de "luta democrática", contrariamente ao posicionamento da Polop. A revista entrava clandestinamente no Brasil, passando a influenciar o movimento de luta pelas liberdades democráticas.

(1977)

(Publicado originalmente na Revista "Marxismo Militante Exterior" Nº. 1, outubro de 1975. Circulou logo após no Brasil em edição mimeografada; republicado na Rev. Marxismo Militante Nº. 4 edição brasileira, junho de 1977. Digitalizado em 2007 com base na versão da MM 4. As notas são dos Editores).

## **Contracapa**

### **COLEÇÃO MARXISMO MILITANTE**

Volume 1 – Sobre o fascismo - August Thalheimer

*Textos inéditos sobre o fascismo e sobre a frente popular, de autoria do revolucionário alemão August Thalheimer (1884-1948), cuja obra é praticamente desconhecida no Brasil.*

Volume 2 – Curso básico de ORM-PO

*Curso de formação política básica, utilizado pela Política Operária durante os anos da ditadura militar. Permanece sendo um importante instrumento para transmitir e debater os conceitos básicos do marxismo, destacando-se pelo didatismo e poder de síntese dos textos.*

Volume 3 – Marxismo e luta de classes – Érico Sachs

*Reedição ampliada do livreto de autoria de Érico Sachs, publicado pela primeira vez no Brasil em 1987, pela Editora Práxis (Salvador – BA). Trata-se da reprodução de curso ministrado pelo autor na Alemanha, quando do seu exílio, nos anos 70.*

Volume 4 – A transição para o poder na tradição marxista

*Coletânea de textos marxistas relativos às questões da transição para o poder e às palavras de ordem de transição, no caminho da luta pela tomada do poder na sociedade capitalista.*

A sair:

Volume 5 – A lenda do outubro alemão – August Thalheimer

*Mais um texto inédito no Brasil de autoria do revolucionário alemão August Thalheimer. Versa sobre a polêmica em torno da revolução proletária de 1923 na Alemanha.*

### **CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER**

Acesse o nosso Portal: [www.centrovictormeyer.org.br](http://www.centrovictormeyer.org.br)